



**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

30 de abril de 2020

12:00 horas



Banco Inter S.A.

Companhia Aberta – Código CVM nº 2440-6

CNPJ/ME 00.416.968/0001-01

Avenida Barbacena, nº 1.219, 20º andar, Bairro Santo Agostinho,

CEP 31190-131, Belo Horizonte/MG

SUMÁRIO:

1. Mensagem do Conselho de Administração	3
2. Data, horário e local de realização das Assembleias Gerais	4
3. Quórum de Instalação	5
4. Quórum de Deliberações	5
5. Orientações para Participação	5
5.1. Orientações para Participação Pessoal ou por Procuração	5
5.2. Orientações para Participação por Voto à Distância	8
5.3. Esclarecimentos Adicionais	13
5.4. Conflito de Interesses	13
6. Cópia Fiel do Edital de Convocação	14
7. Proposta da Administração	17
Anexo I – Destinação do lucro líquido exigidas pela Instrução CVM 481/09	28
Anexo II – Informações dos membros indicados para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal	35
Anexo III – Regras e Procedimentos para indicação e eleição de Conselheiros	68
Anexo IV – Comentários dos Administradores acerca da Situação Financeira do Banco	73
Anexo V – Informações do Item 13 do Formulário de Referência	154
Anexo VI – Quadro Comparativo do Estatuto Social	195
Anexo VII – Proposta de Estatuto Social Consolidado	203

1. Mensagem do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

É com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") do Banco Inter S.A. ("Banco"), convocadas para o dia 30 de abril de 2020, às 12:00 horas, na sede do Banco, localizada na Avenida Barbacena, nº 1.219, 20º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-131, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

As matérias a serem deliberadas nas Assembleias estão descritas no Edital de Convocação e neste "Manual de Participação e Proposta da Administração para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária do Banco Inter S.A." ("Manual").

Esperamos que este Manual lhes seja útil para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito das Assembleias, bem como possibilite uma tomada de decisão informada.

A participação de V.Sas. nas Assembleias e o seu voto são de fundamental importância para o Banco. Contamos com a sua presença, aproveitando para apresentar nossa consideração e apreço.

Cordialmente,

Rubens Menin Teixeira de Souza
Presidente do Conselho de Administração

2. Data, horário e local de realização das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Data: 30 de abril de 2020.

Horário: 12:00 horas.

Local: Sede do Banco, localizada na Avenida Barbacena, nº 1.219, 20º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-131, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

3. Quórum de instalação

De acordo com o Artigo 125 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”) e ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Nos termos do artigo 135 da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral Extraordinária que tenha por objeto proposta de alteração de estatuto social instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital votante; e, em segunda convocação, com qualquer número.

4. Quórum das deliberações

Nos termos do artigo 129 da Lei 6.404/76, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Os titulares de ações ordinárias de emissão do Banco, incluindo aquelas subjacentes aos certificados de depósito emitidos pelo Banco (*units*), terão direito de voto em todas as matérias das ordens do dia. Os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão do Banco, incluindo aquelas subjacentes aos certificados de depósito emitidos pelo Banco (*units*), terão direito de voto exclusivamente em caso de eleição em separado, pelos acionistas preferencialistas, de membro do Conselho de Administração do Banco.

5. Orientações para participação

Os acionistas do Banco poderão participar das Assembleias (i) pessoalmente; ou (ii) por procurador devidamente constituído; ou (iii) utilizando a prerrogativa do voto a distância, nos termos da Lei 6.404/76 e da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”).

5.1. Orientações para Participação Pessoal ou por Procuração

Aos acionistas que desejarem participar pessoalmente das Assembleias ou por meio de procurador devidamente constituído, pedimos a gentileza de comparecerem na sede do Banco, localizado na Avenida Barbacena, nº 1.219, 20º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-131, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, na data e hora das Assembleias, portando os documentos abaixo mencionados, conforme aplicáveis:

- (i) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural;
- (ii) documento de identidade válido, com foto, do procurador, bem como instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, em original ou cópia autenticada. Nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76 e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, proferida em 04 de novembro de 2014, o acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais de acionistas do Banco das seguintes formas: (a) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de um ano (que seja acionista, instituição financeira, administrador da companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil), (b) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei no 10.406, de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil Brasileiro”), (c) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor (conforme aplicável de acordo com os

documentos constitutivos do fundo) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

- (iii) no caso de acionista pessoa jurídica, cópia autenticada do estatuto social ou do contrato social atualizado, do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito das assembleias gerais, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, e do documento de identidade com foto do representante legal;
- (iv) no caso de fundos de investimento, cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, documentos societários que comprovem os poderes de representação e documento de identidade com foto do representante legal;
- (v) cópia de extrato emitido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão do Banco de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo 5 (cinco) dias de antecedência da data de realização das Assembleias; e
- (vi) em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 5 (cinco) dias úteis antecedentes à data das Assembleias (sendo que não serão admitidos como comprovantes de posição acionária documentos que evidenciem transações não liquidadas e refletidas nos extratos competentes da instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão do Banco).

Com relação aos documentos acima, é necessário que sejam observados pelo acionista e/ou seu representante as seguintes formalidades:

- a) serão aceitos os seguintes documentos de identidade: (a) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG); (b) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE); (c) Passaporte; (d) Carteira de Órgão de Classe como identidade civil para os fins legais (ex. OAB, CRM, CRC, CREA); ou (e) Carteira Nacional de Habilitação com foto (CNH);
- b) para fins dos documentos previstos no item (iii) acima, serão aceitos estatutos e contratos sociais, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, cópia simples do original, desde que acompanhada de certidão original emitida pelo órgão registrador ou sua cópia autenticada, atestando o registro do documento ou cópia autenticada do ato registrado; e (ii) especificamente em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome da pessoa jurídica acionista estrangeira, se for instrumento particular de mandato, deverá observar o procedimento previsto no item (ii), acima. Caso tal ato corresponda a uma reunião de conselho de administração, o acionista deverá providenciar antecipadamente o comprovante do arquivamento e publicação do ato no registro competente.
- c) no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente;
- d) no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de

gestor e/ou administrador do fundo (conforme aplicável de acordo com os documentos constitutivos do fundo) ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável;

- e) para fins dos documentos previstos no item (ii) acima, caso a procuração esteja em língua estrangeira, a mesma deverá ser vertida para o português por tradutor juramentado e registrada, juntamente com a tradução juramentada, em cartório de registro de títulos e documentos, sendo dispensada, nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, conforme reunião realizada pelo Colegiado da CVM em 24 de junho de 2008 (Processo CVM RJ2008/1794), a consularização das procurações estrangeiras outorgadas pelos acionistas a seus representantes, salvo nas hipóteses em que estas tiverem firma reconhecida pelos notários do país de origem e/ou sejam lavradas por meio de instrumento público, conforme aplicável. No entanto, nesta última hipótese, nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 05 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, o Banco dispensará a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que comprovado o seu apostilamento; e
- f) O Banco admite procurações outorgadas no Brasil e assinadas por acionistas por meio eletrônico, uma vez que a Medida Provisória 2200-2/01 reconhece a validade jurídica dos documentos no Brasil assinados por meio eletrônico, podendo-se utilizar para esta finalidade qualquer mecanismo que assegure a autoria e integridade das procurações por meio eletrônico e seja admitido como válido pelas partes envolvidas. O Banco não admite procurações estrangeiras outorgadas ou assinadas por acionistas por meio eletrônico.

O Banco solicita que, para uma melhor organização das Assembleias, os documentos listados nos itens (b) a (f) acima sejam, se possível, enviados pelo acionista com até 5 (cinco) dias corridos de antecedência da data da realização das Assembleias, por correspondência ou por e-mail, conforme os dados abaixo:

Banco Inter S.A.

At.: Departamento de Relações com Investidores – Srta. Helena Lopes Caldeira

E-mail: ri@bancointer.com.br

Cópia para: governanca.corporativa@bancointer.com.br

Assunto: Documentos para participação na AGOE

Lembramos que a regularidade dos documentos de representação será verificada antes da realização das Assembleias, razão pela qual pedimos aos acionistas a gentileza de chegarem com antecedência às Assembleias, de forma que possam ser conferidos os documentos necessários em tempo hábil à sua participação.

Adicionalmente, os acionistas podem, ainda, optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância, conforme a seguir descrito.

5.2. Orientações para Participação mediante o envio de Boletim de Voto a Distância

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM 481/09, os acionistas do Banco poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia das Assembleias mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância disponibilizado (“Boletim de Voto a Distância”). O Boletim de Voto a Distância é um documento eletrônico cuja forma reflete o Anexo 21-F da Instrução CVM 481/09, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia das Assembleias.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- (i) mediante o envio de instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância diretamente ao agente escriturador do Banco, conforme detalhado no item 5.2.1 abaixo;
- (ii) mediante o envio de instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, conforme detalhado no item 5.2.2 abaixo; ou
- (iii) mediante encaminhamento do Boletim de Voto a Distância diretamente ao Banco, conforme detalhado no item 5.2.3 abaixo.

O Banco ressalta que:

- (i) não será considerado, para fins de cômputo do voto, o Boletim de Voto a Distância enviado por acionista que não seja elegível para votar nas Assembleias ou na respectiva deliberação;
- (ii) para fins de cômputo dos votos, serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização das respectivas Assembleias, conforme extratos competentes da instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão do Banco, independente da data de envio do Boletim de Voto a Distância, sendo que, caso o acionista (a) aliene, ou (b) adquira, mas em operações pendentes de liquidação; ações entre a data de envio do Boletim de Voto a Distância e a data de realização das Assembleias, os votos relacionados às ações alienadas e/ou adquiridas mas não liquidadas serão desconsiderados;
- (iii) a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data das Assembleias; e
- (iv) ainda que a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) e a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) ocorram no mesmo dia e horário, seus respectivos quóruns devem ser contabilizados de forma distinta. **Assim, um acionista que eventualmente preencha apenas o Boletim de Voto a Distância gerado para a AGO, mas não o faça para o boletim gerado para a AGE, deve ter sua presença computada apenas na AGO, valendo o mesmo racional para aquele que proferir votos no Boletim de Voto a Distância referente à AGE e não preencher no boletim de voto da AGO.**

Abaixo, informações e procedimentos a serem observados para fins do exercício do direito do voto a distância por meio de prestadores de serviços ou diretamente por meio do Banco.

5.2.1. Exercício do direito de voto mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador do Banco

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. ("Agente Escriturador") e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central – i.e., junto à B3– e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do prestador de serviço de escrituração das ações de emissão do Banco, o Bradesco, deverá comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco em até 7 (sete) dias antes da data das Assembleias, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos constantes na tabela abaixo, para que as informações constantes no Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco:

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador (conforme aplicável), observada a política de voto.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância ao Agente Escriturador em até 7 (sete) dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, **até 23 de abril de 2020 (inclusive)**, salvo se prazo diverso for estabelecido pelo Agente Escriturador, observado o disposto na Instrução CVM 481/09.

5.2.2. Exercício do direito de voto mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas aos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas titulares de ações custodiadas no depositário central – como, por exemplo, junto à Central Depositária da B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços, deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por eles determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto a Distância, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância para seus agentes de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização das Assembleias, **ou seja, até 23 de abril de 2020 (inclusive)**, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia, observado o disposto na Instrução CVM 481/09.

Vale notar que, conforme determinado pelo artigo 21-S da Instrução CVM 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

5.2.3. Exercício do direito de voto mediante envio do Boletim de voto a distância diretamente ao Banco

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente ao Banco, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos para Avenida Barbacena, nº 1.219, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-131, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores:

- (i) via original (física) do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, rubricado (em todas as páginas) e assinado, com firma reconhecida (e, no caso de pessoa jurídica estrangeira, notariada e consularizada, conforme aplicável), observado que:
 - a) o Boletim de Voto a Distância destinado aos acionistas preferencialistas do Banco, poderá ser acessado para impressão e preenchimento prévio nos websites do Banco (ri.bancointer.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) - neste website clicar em “Central de Sistemas”, posteriormente no campo “Informações sobre Companhias”, selecionar “Informações periódicas e eventuais (ITR, DFs, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercado, entre outros)”. Nesta página digitar “Banco Inter” e, em seguida, clicar em “Continuar” e, na sequência, em “Banco Inter S.A.”. Ato contínuo, selecionar “Assembleias” e, posteriormente, clicar em “Boletim de Voto a Distância”, clicar em “Download” ou “Consulta” da versão de tal boletim mais recente disponível).
 - b) o Boletim de Voto a Distância destinado aos acionistas ordinaristas do Banco, poderá ser acessado para impressão e preenchimento prévio nos websites do Banco (ri.bancointer.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) - neste website clicar em “Central de

Sistemas”, posteriormente no campo “Informações sobre Companhias”, selecionar “Informações periódicas e eventuais (ITR, DFs, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercado, entre outros)”. Nesta página digitar “Banco Inter” e, em seguida, clicar em “Continuar” e, na sequência, em “Banco Inter S.A.”. Ato contínuo, selecionar “Aviso aos Acionistas” e, posteriormente, clicar em “Avisos aos Acionistas – Boletim de Voto a Distância – AGO (Ordinaristas)” e “Aviso aos Acionistas – Boletim de Voto a Distância – AGE (Ordinaristas), clicar em “Download” ou “Consulta” das versões de tais boletins mais recentes disponíveis).

- (ii) cópia dos seguintes documentos:
- a) documento de identidade válido com foto do acionista, no caso de acionista pessoa física;
 - b) no caso de pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado, do ato que investe o representante de poderes bastantes e do documento de identidade com foto do representante legal;
 - c) no caso de fundos de investimento, cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, documentos societários que comprovem os poderes de representação e documento de identidade com foto do representante legal;
 - d) extrato de ações custodiadas atualizado, para o acionista que de detenha ações custodiadas no depositário central

Com relação aos documentos listados no item (ii) acima, é necessário que sejam observados pelo acionista e/ou seu representante as seguintes formalidades:

- a) serão aceitos os seguintes documentos de identidade: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG); (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Carteira de Órgão de Classe como identidade civil para os fins legais (ex. OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira Nacional de Habilitação com foto (CNH);
- b) serão aceitos somente estatutos, contratos sociais, outros documentos constitutivos correlatos e regulamentos, que estejam arquivados nos órgãos competentes;
- c) no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente;
- d) no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável;
- e) caso quaisquer documentos que comprovam os poderes de representação do acionista estejam em língua estrangeira, os mesmos deverão ser vertidos para o português por tradutor juramentado, sendo necessária a notarialização e a consularização dos mesmos, e registrados no competente cartório de títulos e documentos. No entanto, nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 05 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, a Companhia

dispensará a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que comprovado o seu apostilamento;

Ressalta-se que o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pelo Banco no prazo de até 7 (sete) dias antes da data das Assembleias, ou seja, até **23 de abril de 2020 (inclusive)**. Eventuais Boletins de Voto a Distância recebidos pelo Banco após essa data serão desconsiderados.

Encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, a partir de **24 de abril de 2020**, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo nas Assembleias, presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, mediante solicitação específica de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim de Voto a Distância, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

O acionista também poderá, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos ao Banco, enviando as vias digitalizadas do Boletim de Voto a Distância e dos documentos referidos no item (ii) acima para o endereço eletrônico ri@bancointer.com.br com cópia para governanca.corporativa@bancointer.com.br.

De qualquer modo, é indispensável que o Banco receba a via original (física) do Boletim de Voto a Distância e a cópia dos demais documentos encaminhados anteriormente por email pelo acionista no prazo de 7 (sete) dias antes da data da realização das respectivas Assembleias, ou seja, até o dia **23 de abril de 2020 (inclusive)**, para o endereço postal acima abaixo indicado:

Banco Inter S.A.

At.: Departamento de Relações com Investidores – Srta. Helena Lopes Caldeira
Avenida Barbacena, nº 1.219, Bairro Santo Agostinho,
CEP 30190-131, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, o Banco avisará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto a Distância, acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481/09.

Caso o Boletim de Voto a Distância não esteja regularmente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal fato será informado ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto a Distância, que indicará a necessidade de reenvio do Boletim de Voto a Distância ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Até o dia **23 de abril de 2020**, o acionista poderá enviar nova instrução de voto ao Banco, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação do Banco a última instrução de voto apresentada.

Entretanto, caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pelo Banco e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do Agente Escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto enviada ao Agente Escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º da Instrução CVM nº 481/09.

5.3. Esclarecimentos Adicionais

Em caso de dúvida com relação aos procedimentos de representação acima, favor contatar:

Srta. Helena Lopes Caldeira

E-mail: ri@bancointer.com.br

Cópia para: governanca.corporativa@bancointer.com.br

5.4. Conflito de Interesses

Durante a realização das Assembleias, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização do Banco, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesse, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da Assembleia deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

6. Cópia fiel do Edital de Convocação

BANCO INTER S.A.

CNPJ/ME 00.416.968/0001-01

NIRE 31300010864

Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas do Banco Inter S.A. ("Banco") convidados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), a serem realizadas em 30 de abril de 2020, às 12:00 horas, na sede do Banco, localizada na Avenida Barbacena, nº 1.219, 20º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-131, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, para tratarem das seguintes matérias constantes da ordem do dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

1.1 Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

1.2 Deliberar acerca da proposta da administração do Banco para a destinação do lucro líquido do Banco e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

1.3 Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração do Banco, e eleger seus membros para o mandato de 2020 a 2022;

1.4 Instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato a se encerrar na data de realização da Assembleia Geral Ordinária do Banco em 2021;

1.5 Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração e do Conselho Fiscal do Banco referentes ao exercício social de 2020.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária:

2.1 Reformar o Estatuto Social do Banco para, (i) adequar a linguagem, por meio da correção de um erro de português no artigo que trata da competência do Conselho de Administração para aprovar a celebração de contratos e aditivos pelo Banco; (ii) alterar a nomenclatura dos cargos e funções da Diretoria; (iii) excluir uma obrigação residual do Nível 1 de Governança da B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão ("B3") para manter somente as obrigações do Nível 2 de Governança da B3, em conformidade com os demais artigos; (iv) incluir as regras de funcionamento, composição e competências do Comitê de Ativos e Passivos e Liquidez, do Comitê de Riscos Operacionais, Governança e Integridade e do Comitê de Risco de Crédito; e (v) renumerar os artigos e consolidar o Estatuto Social do Banco.

Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas, incluindo, mas não se limitando, ao “Manual de Participação e Proposta da Administração para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária do Banco Inter S.A.” (“Manual”), encontram-se à disposição dos acionistas para consulta (i) na sede do Banco; (ii) no website de Relações com Investidores do Banco (ri.bancointer.com.br); (iii) no website da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br).

A participação dos acionistas nas Assembleias poderá ser:

(I) PESSOAL: solicitamos aos acionistas que optarem por participar pessoalmente das Assembleias, que compareçam munidos (a) de documentos que comprovem, no caso de (i) pessoa física, a sua identidade; e (ii) no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários dos mesmos e atos que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante; e (b) dos documentos que comprovem a titularidade das ações pelo acionista, observado que para fins de apresentação dos documentos indicados nos itens (a) e (b) acima, deverão ser observadas pelo acionista todas as formalidades indicadas no Manual; ou

(II) POR MEIO DE PROCURADOR: as procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76 e no Manual. O representante legal do acionista deverá comparecer às Assembleias munido de procuração e demais documentos indicados no Manual, incluindo, exemplificativamente, os documentos que comprovem a titularidade das ações pelo acionista e os documentos que comprovem a identidade do procurador, observado que, para fins de apresentação dos documentos acima pelo acionista ou seu representante, deverão ser observadas todas as formalidades indicadas no Manual.

(III) VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA: o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, permite que acionistas do Banco exerçam o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância, mediante o envio (i) de instruções de preenchimento do referido documento transmitidas ao escriturador do Banco; ou (ii) de instruções de preenchimento do referido documento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) de boletim de voto a distância diretamente ao Banco, acompanhado dos documentos e informações necessárias, os quais devem ser apresentados pelo acionistas em conformidade com as orientações e formalidades constantes do Manual.

O Banco solicita que, se possível, para melhor organização das Assembleias, os documentos descritos nos itens (I) e (II) acima sejam entregues, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência à realização das Assembleias, nos termos descritos no Manual.

A administração do Banco esclarece que os titulares de ações ordinárias de emissão do Banco, incluindo aquelas subjacentes aos certificados de depósito emitidos pelo Banco (units), terão direito de voto em todas as matérias das ordens do dia. Os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão do Banco, incluindo aquelas subjacentes aos certificados de depósito emitidos pelo Banco (units), terão direito de voto exclusivamente em caso de eleição em separado, pelos acionistas preferencialistas (ou pelos acionistas não controladores em conjunto, conforme o caso), de membro do Conselho de Administração do Banco e de eleição em separado de membro do Conselho Fiscal do Banco(se instalado).

Conforme previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, no artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09 e nos artigos 1º e 3º da Instrução CVM nº 165/91, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer, por meio de notificação escrita entregue ao Banco com até 48 (quarenta e oito) horas antes das Assembleias, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 31 de março de 2020.

Rubens Menin Teixeira de Souza
Presidente do Conselho de Administração

7. Propostas da Administração a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Senhores Acionistas,

A administração do Banco vem apresentar as propostas acerca dos temas a serem submetidos à sua apreciação, quais sejam:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Demonstrações Financeiras

Foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2020, as contas dos administradores do Banco, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), acompanhadas das Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes do Banco e do Parecer do Conselho Fiscal, documentos estes publicados na edição do dia 13 de fevereiro de 2020 do “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais”, nas páginas 2, a 10 do Caderno 2 – Publicação de Terceiros e Editais de Comarcas; e, ainda, nas edições do dia 13 de fevereiro de 2020 do Jornal “Estado de Minas”, nas páginas 25 a 29, respectivamente, ambos no caderno de Economia. Acompanham as Demonstrações Financeiras da Companhia, a declaração dos Diretores de que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal aprovando as mesmas.

Além disso, as demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Board (IASB), e também foram disponibilizadas pelo Banco em 24 de março de 2020 no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Banco (ri.bancointer.com.br).

As Demonstrações Financeiras têm como data base o dia 31 de dezembro de 2019 e foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, que emitiram parecer sem ressalvas sobre as mesmas.

Relatório da Administração

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas, operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como informações de caráter não financeiro e operacionais, incluindo informações relacionadas aos colaboradores do Banco, responsabilidade social, mercado de capitais e governança corporativa.

Documentos Apresentados pela Administração do Banco

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social do Banco, no website do Banco (ri.bancointer.com.br), nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2019 (BACEN GAAP)
- (c) Relatório dos Auditores Independentes;
- (d) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2019 (IFRS);
- (e) Pareceres do Conselho Fiscal acerca das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2019 (BACEN GAAP e IFRS);
- (e) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 2019; e
- (f) Comentários dos diretores sobre a situação financeira do Banco, nos termos requeridos pelo artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09 (**Anexo IV** deste Manual).

CONSIDERANDO O ACIMA EXPOSTO, PROPOMOS que as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019, sejam apreciados e aprovados pelos Srs. Acionistas.

2. Deliberar acerca da proposta da administração do Banco para a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

O lucro líquido do Banco auferido no exercício social de 2019 foi de R\$78.879.376,09 (setenta e oito milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e nove centavos).

Propomos a seguinte destinação para o lucro líquido descrito acima:

- a) **Reserva Legal:** Em cumprimento ao disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76 e ao Artigo 31, Parágrafo 2º, inciso (i), do Estatuto Social do Banco, propomos a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à reserva legal, no montante de R\$3.943.968,80 (três milhões, novecentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).
- b) **Distribuição de Dividendos:** Ao longo do exercício social de 2019, o Banco distribuiu, aos seus acionistas, o valor de R\$ 51.251.667,00 (cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), a título de Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”), correspondendo a um montante líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$ 45.415.199,98 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), oriundos da conta de lucro acumulado do exercício. Tais valores correspondem a 64,97% (sessenta e quatro vírgula noventa e sete por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sendo superior, portanto, ao montante do dividendo mínimo obrigatório de 25,0% (vinte e cinco por cento). Dessa forma, propõe-se a imputação desses valores à título de dividendos, razão pela qual não se propõe o pagamento de dividendos adicionais.
- c) **Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos:** Propomos a destinação do saldo remanescente do lucro líquido ajustado do exercício de 2019, no montante total de R\$23.684.855,90 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), à Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, nos termos do Artigo 31, Parágrafo 2º, inciso (v), do Estatuto Social do Banco.

CONSIDERANDO O ACIMA EXPOSTO, PROPOMOS que a destinação do lucro líquido acima seja apreciada e aprovada pelos Srs. Acionistas. As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo artigo 9º, § único, inciso II, e Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 constam do **Anexo I** à presente Proposta da Administração.

3. Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração do Banco, e eleger seus membros para o mandato de 2020 a 2022

Conforme dispõe o Artigo 11 do Estatuto Social do Banco, o Conselho de Administração é um órgão colegiado, composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Neste sentido, considerando que o mandato atual dos Conselheiros do Banco irá se encerrar em 30 de abril de 2020, **PROPOMOS** a reeleição dos atuais 8 (oito) membros do Conselho de Administração do Banco para um novo mandato unificado de 2 (dois) anos até a Assembleia Geral Ordinária do Banco a se realizar em 2022, conforme lista de candidatos indicados pelos acionistas controladores para compor o Conselho abaixo:

Nome	Cargo	CPF
Rubens Menin Teixeira de Souza	Presidente	315.936.606-15
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	Conselheiro	040.415.096-96
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez	Conselheiro	139.359.336-49
José Felipe Diniz	Conselheiro	249.815.406-04
Leonardo Guimarães Corrêa	Conselheiro	275.939.863-68
Luiz Antônio Nogueira França	Conselheiro Independente	078.004.438-09
Cristiano Henrique Vieira Gomes	Conselheiro Independente	249.815.406-04
André Guilherme Cazzaniga Maciel	Conselheiro Independente	299.490.388-12

As informações pertinentes à eleição dos membros indicados acima do Conselho de Administração do Banco, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, podem ser encontradas no **Anexo II** deste Manual.

Indicação de Candidatos. É permitido aos acionistas que detêm, no mínimo, 1,0% (um por cento) do capital social total do Banco, nos termos da Instrução CVM 481, , indicar candidatos ao Conselho de Administração para inclusão no Boletim de Voto à Distância até 04 de abril de 2020.

O Banco, com intuito de aprimorar cada vez mais suas melhores práticas de governança corporativa, vem esclarecer aos acionistas não controladores que as regras e procedimentos para indicação e eleição de membros para o Conselho de Administração estão descritos no **Anexo III** deste Manual.

As informações relativas aos candidatos ao Conselho de Administração que forem indicados por acionistas minoritários, após a divulgação desta proposta e antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, serão divulgadas pelo Banco na categoria “Aviso aos Acionistas”, disponibilizado nos websites da Companhia (ri.bancointer.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na forma prevista na regulação aplicável.

Voto Múltiplo. Nos termos do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, bem como da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, os acionistas não controladores, titulares de ações ordinárias, que representam pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social votante do Banco, poderão requerer a adoção de processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração do Banco. As regras e procedimentos para solicitação do processo de voto múltiplo estão descritas no **Anexo III** deste Manual.

Eleição em Separado. Nos termos do Artigo 141, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas não controladores, poderão eleger, por maioria, até 01 (um) membro do conselho de administração, conforme regras e procedimentos descritos no **Anexo III** deste Manual, sendo que terão direito de exigir a eleição em separado:

- (a) Os acionistas não controladores, titulares de ações ordinárias, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto do Banco; e
- (b) Os acionistas não controladores, titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total do Banco.

Votação em conjunto pelos acionistas minoritários. Nos termos do Artigo 141, parágrafo 5º, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas não controladores titulares de ações preferenciais e os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias poderão agregar suas ações para elegerem em conjunto 1 (um) membro para o conselho de administração, desde que: (i) os acionistas não controladores titulares das ações ordinárias não tenham elegido qualquer membro com base no Artigo 141, §4º, I da Lei das Sociedades por Ações; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais não tenham elegido qualquer membro com base no Artigo 141, §4º, II, Lei das Sociedades por Ações; e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais e os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias perfizerem juntos o quórum de 10% (dez por cento) do capital social total do Banco.

Requisitos para Eleição. O Banco esclarece que os candidatos indicados para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração deverão atender aos requisitos estipulados pela Lei das Sociedades por Ações, bem como aos requisitos estipulados pelo Banco Central do Brasil e demais normas de entidades regulatórias.

A efetiva eleição e posse dos membros do Conselho de Administração estarão condicionadas à prévia homologação pelo Banco Central do Brasil.

4. **Instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato a se encerrar na data de realização da Assembleia Geral Ordinária do Banco em 2021.**

Conforme dispõe o Artigo 28 do Estatuto Social do Banco, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

Neste sentido, considerando que o mandato atual dos Conselheiros Fiscais irá se encerrar em 30 de abril de 2020, **PROPOMOS** (i) a instalação do Conselho Fiscal para o ciclo que se inicia na Assembleia Geral Ordinária de 2020 até a Assembleia Geral Ordinária de 2021; e (ii) a reeleição dos atuais membros do Conselho Fiscais do Banco para um novo mandato até próxima Assembleia Geral Ordinária do Banco a se realizar em 2021, conforme lista de candidatos indicados para compor o Conselho abaixo:

Nome	Cargo	CPF
Fernando Henrique da Fonseca	Membro Efetivo	199.017.396-91
Thiago da Costa e Silva Lott	Membro Efetivo	039.250.866-41
Paulino Ferreira Leite	Membro Efetivo	056.171.206-97
Lucas Wanderley de Freitas	Membro Suplente	060.484.106-03
Marcos Villela Vieira	Membro Suplente	265.849.056-91
Antônio de Pádua Soares Pelicarpo	Membro Suplente	293.142.676-87

As informações pertinentes à eleição dos membros do Conselho Fiscal do Banco, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, podem ser encontradas no **Anexo II** deste Manual.

É permitido aos acionistas que detêm, no mínimo, 1,0% (um por cento) do capital social total do Banco, nos termos da Instrução CVM 481, , indicar candidatos ao Conselho Fiscal para inclusão no Boletim de Voto à Distância até 04 de abril de 2020.

O Banco esclarece aos acionistas não controladores que as regras e procedimentos para indicação e eleição de membros para o Conselho Fiscal estão descritos no **Anexo III** deste Manual.

As informações relativas aos candidatos do Conselho Fiscal que forem indicados por acionistas minoritários, após a divulgação desta proposta e antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, serão divulgadas pelo Banco na categoria “Aviso aos Acionistas”, disponibilizado nos websites do Banco (ri.bancointer.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na forma prevista na regulação aplicável.

5. Fixar a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal do Banco referentes ao exercício social de 2020

Em consonância com o disposto no Artigo 10, inciso (iv), do Estatuto Social do Banco, compete à Assembleia Geral fixar o montante global anual para a remuneração dos administradores para o exercício social de 2020.

PROPOMOS que seja aprovada a proposta de remuneração global anual dos administradores (membros do Conselho de Administração e Diretores) para o exercício social de 2020 no valor de até R\$23.663.812,80 (vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e doze reais e oitenta centavos) e a remuneração global para os membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020, no valor de até R\$ 497.916,00 (quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e dezesseis reais).

a) Período a que se refere a proposta de remuneração:

A proposta de remuneração se refere ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

b) Comentários sobre os valores aprovados na Proposta de Administração em 2018 e os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco realizada em 26 de abril de 2019 (“AGO 2019”), foi aprovado, a título de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2019, o montante de até R\$20.309.752,59 (vinte milhões, trezentos e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Por sua vez, o montante efetivamente realizado a título de remuneração dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria) para o exercício social de 2019 foi de R\$18.549.572,42 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos). Portanto, verifica-se que a remuneração dos administradores referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 está dentro do limite máximo aprovado pela AGO 2019.

c) Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência do Banco:

O limite da remuneração global anual dos Administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) proposto para o exercício social de 2020 é de R\$23.663.812,80 (vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e doze reais e oitenta centavos). O limite da remuneração global dos administradores proposto para o exercício social de 2019 foi de R\$20.309.752,59 (vinte milhões, trezentos e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Assim, o valor proposto para o exercício social de 2020 é superior ao valor proposto para o exercício social de 2019, em virtude do aumento do número de Diretores eleitos no Banco. Ressalta-se que não há diferença entre o limite global da remuneração dos Administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) ora proposto e o valor da remuneração global estimado para o exercício social de 2020, constante do item 13.2, que compõe o **Anexo V** deste Manual. Destacamos, por fim, que as informações detalhadas sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração do Banco, nos termos do item 13 do Formulário de Referência, conforme previsto no artigo 12, inciso (II), da Instrução CVM 481/09, encontram-se descritas no **Anexo V** deste Manual.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Reformar o Estatuto Social do Banco para, (i) adequar a linguagem, por meio da correção de um erro de português no artigo que trata da competência do Conselho de Administração para aprovar a celebração de contratos e aditivos pelo Banco; (ii) alterar a nomenclatura dos cargos e funções da Diretoria; (iii) excluir uma obrigação residual do Nível 1 de Governança da B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) para manter somente as obrigações do Nível 2 de Governança da B3, em conformidade com os demais artigos; (iv) incluir as regras de funcionamento, composição e competências do Comitê de Ativos e Passivos e Liquidez, do Comitê de Riscos Operacionais, Governança e Integridade e do Comitê de Risco de Crédito; e (v) renumerar os artigos e consolidar o Estatuto Social do Banco.

Considerando que o Banco deseja adequar a linguagem do Art. 14 (xv) de seu Estatuto Social, para corrigir um erro de português, se faz necessário um simples ajuste no referido artigo.

Considerando que o Banco deseja criar e alterar a nomenclatura de determinados cargos da Diretoria e suas funções e atribuições, se faz necessário fazer o ajuste do Estatuto Social para refletir as referidas atualizações, notadamente para (i) excluir o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial, (ii) criar o cargo de Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários; (iii) criar o cargo de Diretor Financeiro; e (iv) alterar a nomenclatura do cargo do Diretor de Tecnologia para Diretor de Tecnologia da Informação.

Considerando que (i) a B3 deferiu o pedido de adesão do Banco ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3, a partir 19 de julho de 2019 e, (ii) que o Banco Inter atualizou a linguagem do estatuto social do Banco na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2019, para retirar as regras e obrigações que eram aplicadas ao Nível 1 de Governança e manter somente as regras e obrigações de Nível 2 da B3, verificou-se a necessidade de atualizar um último artigo residual que ainda constava com Obrigações pertinentes ao Nível 1 de Governança da B3.

Considerando a importância de aprimorar os níveis de governança corporativa do Banco, verificou-se a necessidade de incluir no Estatuto Social do Banco o número de integrantes, critérios de nomeação, de destituição e de remuneração, tempo de mandato e as atribuições do (i) comitê de ativos, passivos e liquidez; (ii) comitê de riscos operacionais, de governança corporativa e integridade; e (iii) comitê de risco de crédito, propondo-se que sejam incluídas no Estatuto Social do Banco, as regras de funcionamento, composição e competências dos referidos comitês descritos acima.

PROPOMOS que os acionistas aproveem a Reforma do Estatuto Social nos termos abaixo:

- (i) Alteração do Art. 14, (xv) do Estatuto Social para fazer um simples ajuste e correção de português na redação. Com essa finalidade, propõe-se que o *caput* do Artigo 14º, (xv), do Estatuto Social passe a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 14.[...]

(xv) deliberar sobre a celebração ou aditamento de contrato ou acordo, pelo Banco ou suas sociedades controladas, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses, e sob o qual o Banco ou suas sociedades controladas assumam responsabilidades ou obrigações recíprocas, represente valor superior a montante determinado pelo Conselho de Administração anualmente no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica”.

- (ii) Alteração do Artigo 21 (atual 36), parágrafo 1º e do Artigo 24 (atual 39), parágrafo 3º, do Estatuto Social para (i) extinguir o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e criar o cargo de Diretor-Vice Presidente de Produtos Bancários, bem estipular as atribuições do referido cargo; (ii) criar o cargo de Diretor Financeiro e estipular as suas referidas atribuições; e (iii) alterar a nomenclatura do cargo de Diretor de Tecnologia para Diretor de Tecnologia da Informação. Com essa finalidade, propõe-se que o Artigo 21 (atual 36), parágrafo primeiro e o Artigo 24 (atual 39) do Estatuto Social passe a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 36.[...]

Parágrafo 1º. A Diretoria terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor. O Banco terá (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro; (iii) um Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários; (iv) um Diretor de Relações com Investidores; (v) um Diretor Financeiro; (vi) um Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria; (vii) um Diretor de Tecnologia da Informação; (viii) um Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem; e (ix) demais Diretores, sem designação específica.”

“ARTIGO 39.[...]

Parágrafo 3º. Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente:

- (i) ***Diretor Presidente:*** *Dirigir as atividades gerais do Banco e coordenar as atividades da Diretoria e, ainda: (a) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e reuniões do Conselho de*

Administração; (b) supervisionar a área de crédito; (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (d) supervisionar e coordenar as políticas internas do Banco; e (e) desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Conselho de Administração.

- (ii) **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro:** Coordenar e supervisionar as áreas financeira e back-office, incluindo operações, jurídico, cobrança, desenvolvimento, controladoria, tesouraria (inclusive mesa de operações de câmbio) e tecnologia da informação e, ainda, desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.
 - (iii) **Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários:** Coordenar e supervisionar as áreas de produtos bancários do Banco, incluindo as áreas de crédito imobiliário, crédito consignado, crédito empresas, dentre outros produtos bancários, e, ainda desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.
 - (iv) **Diretor de Relações com Investidores:** Representar o Banco perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Bacen, às bolsas de valores nas quais o Banco venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.
 - (v) **Diretor Financeiro:** Representar o Banco perante as áreas financeiras do Banco, cabendo-lhe supervisionar as áreas de planejamento financeiro e contabilidade.
 - (vi) **Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria:** Exercer as funções que lhes forem atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos jurídico e ouvidoria do Banco.
 - (vii) **Diretor de Tecnologia da Informação:** Exercer as funções que lhes forem atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos de tecnologia e inovação do Banco.
 - (viii) **Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem:** Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos do Banco, bem como por direcionar a estruturação destas atividades, equipes e processos correlatos. É responsável também por elaborar as políticas para a concessão das operações de crédito, definição das alçadas de aprovação e exceção, definição dos critérios de aceite, valorização e monitoramento das garantias, estruturação do processo decisório e de monitoramento das operações creditícias, bem como pela gestão das respectivas equipes. Por fim, é responsável pelo desenvolvimento de modelos analíticos para apoio nas decisões estratégicas.
 - (ix) **Diretores Sem Designação Específica:** Responsáveis por coordenar e supervisionar áreas específicas, de acordo com as funções a eles atribuídas pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.”
- (iii) Alteração do Artigo 35 (atual 50), *caput*, do Estatuto Social para excluir uma obrigação remanescente do Nível 1 de Governança Corporativa da B3, em razão da conclusão para migração para o Nível 2 de Governança. Com essa finalidade, propõe-se que o Artigo 35,

caput do Estatuto Social passe a vigorar com a seguinte redação:

***“ARTIGO 50.** O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos - das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 - na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes dos regulamentos da B3 e do contrato de participação no Nível 2.*

- (iv) Inclusão das regras e funcionamento, composição e competências dos “Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez”, “Comitê de Riscos Operacionais, Governança Corporativa e Integridade”, e “Comitê de Riscos de Crédito”, conforme redação abaixo proposta, que deverão vigorar como novos Artigos 21 ao 35 do Estatuto Social do Banco.

“Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez

ARTIGO 21. O Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

ARTIGO 22. Os membros do Comitê Ativos, Passivos e Liquidez terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO 23. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.

ARTIGO 24. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.

ARTIGO 25. Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez:

- (a) aprovar assuntos que impactem as exposições do Banco em risco de mercado, capital e liquidez,
- (b) aprovar metodologias de mensuração, gestão e controle correlatos, limites de exposição; e
- (c) definir ações de mitigação e verificação da suficiência das reservas prudenciais.

“Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade

ARTIGO 26. O Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função

é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

ARTIGO 27. *Os membros do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.*

ARTIGO 28. *O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.*

ARTIGO 29. *Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.*

ARTIGO 30. *Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade:*

- (a) aprovar assuntos que impactem e mitiguem o risco operacional do Banco;*
- (b) aprovar metodologias de trabalho e mensuração de riscos; e*
- (c) definir planos de ação mitigatórias e de contingência, levando em consideração a observância dos limites máximos de exposição e verificação das reservas prudenciais..*

“Comitê de Riscos de Crédito

ARTIGO 31. *O Comitê de Riscos de Crédito será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.*

ARTIGO 32. *Os membros do Comitê de Riscos de Crédito terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.*

ARTIGO 33. *O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Riscos de Crédito cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.*

ARTIGO 34. *Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Riscos de Crédito, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.*

ARTIGO 35. *Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Riscos de Crédito:*

- (a) aprovar assuntos que impactem e envolvam o risco de crédito do Banco;*

- (b) aprovar metodologias de trabalho e mensuração; e*
- (c) definir alçadas e limites de exposição, suficiência de mitigadores, verificação da constituição das reservas prudenciais e a garantia de sua suficiência.*
- (v) Em função da inclusão dos artigos referente aos Comitês descritos acima, caso as matérias acima sejam aprovadas, **PROPOMOS QUE** todos os artigos do Estatuto sejam reenumerados e as referências cruzadas atualizadas, nos termos do Estatuto Social consolidado aprovado nos termos do Anexo VI.

Como se verifica, as propostas acima têm como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e do Banco, motivo pelo qual a Administração solicita que tais propostas sejam aprovadas na íntegra pelos Senhores Acionistas.

Documentos apresentados pela administração do Banco

Está à disposição dos acionistas do Banco, as seguintes informações:

Anexo I – Destinação do lucro líquido exigidas pela Instrução CVM 481/09;

Anexo II – Informações dos membros indicados para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

Anexo III – Regras e Procedimentos para indicação e eleição de Conselheiros;

Anexo IV – Informações relativas ao Item 10 do Formulário de Referência;

Anexo V – Informações relativas ao Item 13 do Formulário de Referência;

Anexo VI – Quadro Comparativo das alterações do Estatuto Social;

Anexo VII – Proposta de Estatuto Social Consolidado

Anexo I

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (conforme o artigo 9º, parágrafo único, inciso II, e Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 78.879.376,09 (setenta e oito milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e nove centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Foram declarados antecipadamente nas Reuniões do Conselho de Administração do Banco realizadas em 20/03/2019, 21/06/2019, 25/09/2019 e 20/12/2019, juros sobre o capital próprio ("JCPs") relativos às ações ordinárias e preferenciais no valor total de R\$ 51.251.667,00 (cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), oriundos da conta de lucro acumulado do exercício, correspondendo a um montante líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$ 45.415.199,98 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). Tais valores correspondem a 64,97% (sessenta e quatro vírgula noventa e sete por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sendo superior, portanto, ao montante do dividendo mínimo obrigatório de 25,0% (vinte e cinco por cento).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em 2019, o Banco distribuiu 64,97% do seu lucro líquido ajustado na forma de JCP conforme detalhado no item 2 acima.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Os itens abaixo são não aplicáveis, tendo em vista que ao longo do exercício social de 2019, o Banco distribuiu, aos seus acionistas, o valor de R\$ 51.251.667,00 (cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), a título de JCP os quais correspondem a 64,97% (sessenta e quatro vírgula noventa e sete por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sendo superior, portanto, ao montante do dividendo mínimo obrigatório de 25,0% (vinte e cinco por cento). Dessa forma, propõe-se a imputação desses valores à título de dividendos, razão pela qual não se propõe o pagamento de dividendos adicionais.

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

1º trimestre: R\$ 12.812.917,48 – valor bruto (R\$ 11.327.561,32 – valor líquido do imposto de renda)

2º trimestre: R\$ 12.812.917,38 – valor bruto (R\$ 11.354.175,62 – valor líquido do imposto de renda)

3º trimestre: R\$ 12.812.915,30 – valor bruto (R\$ 11.371.654,70 – valor líquido do imposto de renda)

4º trimestre: R\$ 12.812.916,84 – valor bruto (R\$ 11.361.808,34 – valor líquido do imposto de renda)

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

1º trimestre: 04/04/2019

2º trimestre: 05/07/2019

3º trimestre: 08/10/2019

4º trimestre: 08/01/2020

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Período	2019	2018	2017
Lucro líquido por ação	0,2325	0,7473	0,6746

*Não há diferença no valor do lucro líquido por ação preferencial e ação ordinária.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 não houve pagamento de dividendos, uma vez que foram realizados durante tais exercícios, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCPs"), em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório de cada ano, razão pela qual tais JCPs foram imputados aos dividendos nas Assembleia Gerais Ordinárias aplicáveis. Segue abaixo os JCPs distribuídos por espécie de ação:

Período	2019	2018	2017
JCP pago às Ações Ordinárias	26.108.998,50	18.490.681,34	12.476.667,95
JCP pago às Ações Preferenciais	25.142.668,50	18.177.254,38	11.926.200,62
JCP Total	51.251.667,00	36.667.935,72	24.402.868,57

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Montante destinado à reserva legal: R\$ 3.943.968,80 (três milhões, novecentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Reserva Legal é constituída a partir da aplicação de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício, até o atingimento de 20% do Capital Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme Artigo 31, Parágrafo 2º, inciso (iii), do Estatuto Social do Banco, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos valores destinados à reserva legal e/ou à reserva de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas, serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório, exceto no exercício em que tal distribuição for incompatível com a situação financeira do Banco.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

No exercício de 2019 o, Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 78.879.376,09 (setenta e oito milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e nove centavos), sendo tal valor suficiente para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 19.719.844,00 (dezenove milhões, setecentos e dezenove mil e oitocentos e quarenta e quatro reais). Durante o exercício de 2019, o Banco declarou o montante bruto de R\$ 51.251.667,00 (cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e

sessenta e sete reais), a título de juros sobre capital próprio, sendo tal valor correspondente a 64,97% (sessenta e quatro vírgula noventa e sete por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sendo superior, portanto, ao montante do dividendo mínimo obrigatório de 25,0% (vinte e cinco por cento), ao qual foi imputado.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga cumulativa.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

No exercício de 2019 foram declarados a título de juros sobre capital próprio os montantes brutos de R\$ 26.108.998,50 (pagamento líquido de R\$ 22.515.835,79) para as ações ordinárias e de R\$ 25.142.668,50 (pagamento líquido de R\$ 22.899.364,19) para as ações preferenciais. Tais valores correspondem a 64,97% (sessenta e quatro vírgula noventa e sete por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sendo superiores, portanto, ao montante do dividendo mínimo obrigatório de 25,0% (vinte e cinco por cento). Dessa forma, propôs-se a imputação desses valores à título de dividendos, razão pela qual não se propõe o pagamento de dividendos adicionais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos os valores abaixo a título de Juros sobre o Capital Próprio. Dessa forma, propõe-se sua imputação ao dividendo do Banco (haja vista serem os valores pagos superiores ao que seria o dividendo mínimo obrigatório) e o não pagamento de outros valores complementares.

<i>Espécie</i>	<i>1T19 RCA de 20/03/2019</i>	<i>2T19 RCA de 20/06/2019</i>	<i>3T19 RCA de 25/09/2019</i>	<i>4T19 RCA de 20/12/2019</i>
<i>Ordinária</i>	0,126496180	0,126193160	0,018231110	0,018169620
<i>Preferencial</i>	0,126496180	0,126193160	0,018231110	0,018169620

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme Artigo 31, Parágrafo 2º, inciso (iii), do Estatuto Social do Banco, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos valores destinados à reserva legal e/ou à reserva de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas, serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório, exceto no exercício em que tal distribuição for incompatível com a situação financeira do Banco.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos mínimos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há valor de dividendo mínimo obrigatório retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há montante destinado à reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há montante destinado à reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Estatuto Social do Banco define em seu Artigo 31, Parágrafo 2º, item (iv), que após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, poderá a Assembleia Geral destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional, que será limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social do Banco e terá por finalidade garantir que a sua margem operacional seja compatível com a regulamentação aplicável e com as atividades do Banco.

Também define em seu item (v) que após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, poderá a Assembleia Geral, se assim entender, destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, que também será limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social do Banco e terá por finalidade garantir o pagamento de dividendos e de Juros Sobre o Capital Próprio, assegurando aos acionistas do Banco a sua remuneração.

b. Identificar o montante destinado à reserva

No exercício de 2019, propõe-se a destinação à reserva estatutária denominada “Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, o montante de R\$ 23.684.855,90 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

c. Descrever como o montante foi calculado

O referido montante foi calculado, com base no lucro líquido remanescente após as seguintes destinações do lucro líquido do exercício social de 2019:

a) **Reserva Legal:** Em cumprimento ao disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76 e ao Artigo 31, Parágrafo 2º, inciso (i), do Estatuto Social do Banco, propomos a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à reserva legal, no montante de R\$ 3.943.968,80 (três milhões, novecentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

b) **Distribuição de Dividendos:** Ao longo do exercício social de 2019,, o Banco distribuiu, aos seus acionistas, o valor de R\$ 51.251.667,00 (cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), a título de Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”), correspondendo a um montante líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$ 45.415.199,98 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), oriundos da conta de lucro acumulado do exercício. Tais valores correspondem a 64,97% (sessenta e quatro vírgula noventa e sete por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sendo superior, portanto, ao montante do dividendo mínimo obrigatório de 25,0% (vinte e cinco por cento). Dessa forma, propõe-se a imputação desses valores à título de dividendos, razão pela qual não se propõe o pagamento de dividendos adicionais.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação para reservas de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não há destinação para reservas de incentivos fiscais.

* * *

Anexo II

Informações dos membros indicados para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal,
em atendimento ao disposto no artigo 10, da Instrução CVM 481

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

NOME	DATA DE NASCIMENTO	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO	CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:		
CASO O CANDIDATO TENHA OCUPADO O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCAL, INDICAR O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADA PELO ÓRGÃO DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO.				
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.				
RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA	12/03/1956	Conselho de Administração	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
315.836.606-15	Engenheiro	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim
Não.	11	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		
100%				

Rubens Menin Teixeira de Souza - 315.836.606-15

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1978). É fundador do Banco Inter e Presidente do seu Conselho de Administração desde a sua constituição. É fundador da MRV Engenharia (1979), na qual atuou como Diretor Presidente até março de 2014, sendo hoje o Presidente do seu Conselho de Administração. É, ainda, Presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Urbamais Properties e Participações S.A., também do Grupo MRV.

O Banco não tem conhecimento da participação do Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que o Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301

CRISTIANO HENRIQUE VIEIRA GOMES	08/12/1957	Conselho de Administração	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
249.815.406-04	Economista	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Independente)	30/04/2020	Sim
Sim.	02	Membro Efetivo do Comitê de Ativos e Passivos e Liquidez		

100%

Cristiano Henrique Vieira Gomes – 249.815.406-04

Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG (1979), com pós-graduação em Relações Internacionais pela Mary Ward University, Londres – Reino Unido (1980), com extensão em “*International Banking*”, Manchester Business School, Manchester – Reino Unido (1985), e com extensão em “*Advanced Management Programme*”, INSEAD, Fontainebleau - França (1997). Ingressou no Banco Inter como Diretor Comercial (2011-2015), tendo sido eleito membro do Conselho de Administração em maio de 2016. Antes de se juntar ao Banco Inter, atuou como Diretor Executivo Financeiro no Banco Mercantil do Brasil S/A (2007 e 2008), empreendedor no setor imobiliário (2000-2006), trabalhou no Banco Interatlântico S/A em diversos cargos, tendo ocupado o posto de Diretor Executivo Estatutário e membro do Comitê de Crédito (1994), cumulando com a função de Diretoria de *Marketing* e de *Corporate Banking* (1996-1999), e atuou no Lloyds Bank PLC, tendo exercido seu último cargo de Gerente Sênior de Comércio Exterior (1982-1990). Participou em diversas associações, tais como Câmara Britânica – Rio de Janeiro (1990-1999), Câmara Americana – Rio de Janeiro (1990-1999), Câmara Britânica – São Paulo (1986-1990), Canning House – Latin American Society, em Londres – Reino Unido (1987-1989) e Associação Comercial de Caxias do Sul (1984-1986).

O Banco não tem conhecimento da participação do Sr. Cristiano Henrique Vieira Gomes em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que o Sr. Cristiano Henrique Vieira Gomes tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

O Sr. Cristiano Henrique Vieira Gomes foi eleito como conselheiro independente, conforme os critérios de independência previstos no Regulamento de Listagem de Nível 2 de Governança Corporativa, quais sejam, (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3(três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

JOSÉ FELIPE DINIZ	14/11/1961	Conselho de Administração	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
421.676.716-87	Economista	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim
Não.	10	Membro do Comitê de Riscos Operacionais		

100%

José Felipe Diniz – 421.676.716-87

Graduado em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG (1989). É acionista e membro do Conselho de Administração do Banco Inter. É, ainda, sócio diretor da Santa Rosa Urbanismo e foi Vice-Presidente de Comunicação do Sinduscon/MG (2003 a 2005).

O Banco não tem conhecimento da participação do Sr. José Felipe Diniz em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que o Sr. José Felipe Diniz tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ	19/12/1951	Conselho de Administração	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
139.359.336-49	Empresário	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim
Não.	11	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		

100%

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez – 139.359.336-49

Graduado em direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte - MG (1981). É fundador do Banco Inter e membro do seu Conselho de Administração desde a sua constituição. É também membro do Conselho da Administração da MRV Engenharia e Vice-Presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties. Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Urbamais Properties e Participações S.A. desde a sua constituição em 2012, é também sócio fundador da Construtora Becker Cabaleiro (1977), e da construtora CVG (1986). Atuou, ainda, como Vice-Presidente da Câmara do Mercado Imobiliário de Belo Horizonte - MG na relação com as construtoras e o Sindicato da Construção Civil (1999 a 2002).

O Banco não tem conhecimento da participação do Sr. Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que o Sr. Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

ANDRÉ GUILHERME CAZZANIGA MACIEL	29/09/1981	Conselho de Administração	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
299.490.388-12	Administrador de Empresas	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Independente)	30/04/2020	Sim
Sim.		Não exerce outros cargos/funções no Banco.		

N/A

André Guilherme Cazzaniga Maciel – 299.490.388-12

Graduado em Administração de Empresas pela EASP-FGV (2003). É atualmente Managing Investment Partner e Head do Brasil no Softbank Group International desde 2019. Antes disso, foi co-fundador da 30 Knots, um fundo de Venture Capital na América Latina no começo de 2019. Iniciou sua carreira no J.P Morgan (2002), onde ficou por 17 anos, sendo 7 em Nova York, e esteve envolvido em mais de 200 operações de M&A e Mercado de Capitais, atuando como

Managing Director na J.P. Morgan e Head da área de Investment Banking Advisory no Brasil (2017-2019), sendo responsável por cobrir setores de tecnologia, telecomunicações e mídia na América Latina, também atuando como head de Equity Capital Markets para América Latina. Foi responsável por assessorar transações marcantes como o IPO da Mercado Libre (2007), compra da GVT pela Telefónica (2015) e da Cablevision pela Telecom Argentina (2018).

O Banco não tem conhecimento da participação do Sr. André Guilherme Cazzaniga Maciel em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que o Sr. André Guilherme Cazzaniga Maciel tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

O Sr. André Guilherme Cazzaniga Maciel foi eleito como conselheiro independente, conforme os critérios de independência previstos no Regulamento de Listagem de Nível 2 de Governança Corporativa, quais sejam, (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3(três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

LEONARDO GUIMARÃES CORRÊA	30/08/1958	Conselho de Administração	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
275.939.836-68	Economista	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim
Não.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		

N/A

Leonardo Guimarães Corrêa – 275.939.836-68

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1980 e pós-graduado em Finanças pela FGV em 1986. Trabalhou de 1982 a 1990 no Lloyds Bank como Gerente de Tesouraria. De 1990 a 2000 trabalhou no JP Morgan, tendo como último cargo o de diretor tesoureiro para o Brasil. Foi sócio do Banco Pactual de 2000 a 2003. De 2003 a 2006 foi sócio da Perfin Administração de Recursos, uma gestora de recursos independente, que se especializou na gestão de fundos de investimento. Atua desde março de 2006 na MRV Engenharia, exercendo atualmente o cargo de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores.

O Banco não tem conhecimento da participação do Sr. Leonardo Guimarães Corrêa em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que o Sr. Leonardo Guimarães Corrêa tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

LUIZ ANTÔNIO NOGUEIRA DE FRANÇA	14/07/1962	Conselho de Administração	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
078.004.438-09	Engenheiro	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Independente)	30/04/2020	Sim
Sim.	01	Membro Efetivo do Comitê de Risco de Crédito		

N/A

Luiz Antônio Nogueira de França - 078.004.438-09

É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo (1985). Entre 2006 e 2015 atuou como Diretor de Crédito Imobiliário do Banco Itaú Unibanco S.A.. Entre 2012 e 2015, responsável pelo backoffice, produtos, tesouraria e distribuição atacado e varejo. Atualmente é presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), presidente do Conselho da Renac e sócio-presidente da França Participações. O Sr. França foi membro efetivo do Conselho de Administração da Tecnisa entre 2015 e 2017. De Setembro de 1996 a Março de 2015, o Sr. França dedicou-se aos cargos que ocupou no Banco Itaú S.A (companhia aberta do setor financeiro), tais como Head of Mortgage, Head of Corporate Products, Head of Investment Bank e Head of Corporate Finance. Do ano 2007 a 2011, o Sr. França ocupou o cargo de Diretor da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, o cargo de Presidente da ABECIP e também Conselheiro da Confederação Nacional das Instituições

Financeiras - CNF. Adicionalmente, foi Presidente do Conselho de Administração da Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização (empresa do setor financeiro). Desde abril de 2015 é presidente da França Participações e presidente do Conselho de Administração da Renac.

O Banco Inter não tem conhecimento de que o Sr. Luiz Antônio Nogueira de França, tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

O Sr. Luiz Antônio Nogueira de França foi eleito como conselheiro independente, conforme os critérios de independência previstos no Regulamento de Listagem de Nível 2 de Governança Corporativa, quais sejam, (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

MARIA FERNANDA NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA MAIA	29/12/1978	Conselho de Administração.	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2022.
013.436.666-27	Engenheiro	Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim
Sim.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		

N/A

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96

É graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos em 2001 e pós-graduada em Direito da Economia e da Empresa pela FGV em 2003. É membro efetivo da Comissão de Advocacia Corporativa da OAB/MG. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1997, na condição de estagiária de Departamento de Cobrança. Durante este período ocupou os cargos de estagiária de Departamento Jurídico, Assistente Jurídico, Coordenadora de Departamento Jurídico, Superintendente Jurídico e Gestora Executiva Jurídica. Foi eleita para o cargo de Diretor Executivo Jurídica da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2010, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

O Banco não tem conhecimento da participação do Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que o Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT	11/10/1980	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021.
039.250.866-41	Advogado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30/04/2020	Sim
Não.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		
N/A				
Thiago da Costa e Silva Lott - 039.250.866-41				
Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2005). Pós-Graduado em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da				

Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (2006). Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos (2016), pós-graduando em MBA Executive MBA na Fundação Dom Cabral (início em 2017). Sócio fundador do escritório Lott, Oliveira Braga e Advogados Associados (2008 até os dias de hoje). Atua na advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do direito cível, societário e empresarial.

O Banco não tem conhecimento da participação da Sr. Thiago da Costa e Silva Lott em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que a Sr. Thiago da Costa e Silva Lott tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

PAULINO FERREIRA LEITE	08/02/1948	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021.
056.171.206-97	Contador	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30/04/2020	Sim
Não.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		

N/A

Paulino Ferreira Leite - 056.171.206-97

É administrador e técnico em contabilidade pela FUMEC (1975). Possui diversos cursos de pós-graduação em sua área de atuação e MBA em Controladoria, Auditoria e Tributos - Fundação Getúlio Vargas, com extensão na Ohio University (2001 - 2002). Destaque para sua experiência profissional como Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais (1966-1974), Auditor da Arthur Andersen (1974-1978), chefe da Subcontroladoria e da Auditoria Interna da CARFEPE – Administração e Participação (1979-1982), Auditor da Universidade Federal de Uberlândia, Controller da Brasfrigo do Grupo BMG (1982-1989), Secretário da Fazenda da Prefeitura de Bom Despacho (1989 - 1990), Superintendente Administrativo e Financeiro da MAS – Infor S/A do Grupo Magnesita (1990-1994) e Executivo na CLZ – Controladores Associados Ltda. (1994-Presente).

O Banco não tem conhecimento da participação da Sr. Paulino Ferreira Leite em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que a Sr. Paulino Ferreira Leite tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

FERNANDO HENRIQUE DA FONSECA	22/03/1940	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021.
199.017.396-91	Economista	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30/04/2020	Não.
Não.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		

N/A

Fernando Henrique da Fonseca - 199.017.396-91

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização nas áreas Financeira, Econômica e de Negócios. Foi eleito membro do Conselho da Administração da MRV em Assembleia Geral de 5 de outubro de 2006, cargo que exerce até a presente data. É diretor-Presidente da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA), desde setembro de 2001. Totaliza 42 anos de experiência na área financeira em empresas públicas e privadas, tendo exercido os seguintes cargos: Presidente do Intermedium, , e da financeira Credicon de 1994 a 2001;. Além da MRV, durante a vida profissional, trabalhou para mais três empresas de capital aberto, conforme segue: como Gerente Regional, de Planejamento de Vendas, de Exportação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira de 1967 a 1975, como Vice-Presidente do Banco BEMGE de 1987 a 1988, e como Presidente do Banco Agrimisa de 1988 a 1993.

O Banco não tem conhecimento da participação da Sr. Fernando Henrique da Fonseca em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que a Sr. Fernando Henrique da Fonseca tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.				
LUCAS WANDERLEY DE FREITAS	22/02/1985	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021.
060.484.106-03	Advogado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30/04/2020	Sim
Não.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		
N/A				
<p>Lucas Wanderley de Freitas - 060.484.106-03</p> <p>O Sr. Lucas é advogado inscrito na OAB/MG sob o número 118.906. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2008. Pós-Graduado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2009. Pós-Graduado em Direito Processual e Civil pela Fundação Getúlio Vargas em 2010. Sócio do escritório Lott, Oliveira Braga & Advogados Associados desde 2009.</p> <p>O Banco não tem conhecimento da participação da Sr. Lucas Wanderley de Freitas em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Banco não tem conhecimento de que a Sr. Lucas Wanderley de Freitas tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.</p>				

MARCOS VILLELA VIEIRA	30/06/1955	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021.
265.849.056-91	Economista	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30/04/2020	Sim
Não.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		

N/A

Marcos Villela Vieira - 265.849.056-91

O Sr. Marcos é economista (1976), mestre (1999) e doutor (2012) em administração pela UFMG e especialista em finanças pela Fundação João Pinheiro (1978). Em suas experiências profissionais teve atuação em posições de direção e alta gerência nas áreas de finanças, controladoria, planejamento e administrativa, em empresas de médio e grande porte nos setores siderúrgico, papel e celulose, construção pesada, metalurgia, mecânico, telecomunicações, equipamentos pesados, saúde e varejo. Também tem experiência em startup e organização de empresas, desenvolvimento de projetos de grande porte, implantação das áreas de finanças e controladoria, avaliação de empresas (valuation) e de projetos de investimento, redução de despesas operacionais, avaliação do desempenho econômico-financeiro, otimização de processos financeiros e de controle, reestruturação de passivos, gestão da liquidez e do fluxo de caixa. É profissional com visão estratégica e foco no planejamento e entrega de resultados aliada à experiência em liderar e desenvolver grandes equipes, atuar em processos de negociação e à tomada de decisões que criam valor. Por fim, contou com exposição internacional e vivência empresarial com as culturas italiana, japonesa e francesa.

O Banco não tem conhecimento da participação da Sr. Marcos Villela Vieira em entidades do terceiro setor.

O Banco não tem conhecimento de que a Sr. Marcos Villela Vieira tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

ANTÔNIO DE PÁDUA SOARES PELICARPO	17/10/1954	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021.
293.142.676-87	Contador	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30/04/2020	Sim
Não.	01	Não exerce outros cargos/funções no Banco.		
N/A				
Antônio de Pádua Soares Pelicarpo - 293.142.676-87				
<p>O Sr. Antônio é contador, mestrando e pós-graduado em contabilidade. É sócio responsável por trabalhos de auditoria em várias Instituições Financeiras; Responsável por trabalhos de auditoria em vários Fundos de Pensão, com destaque para os seguintes: CENTRUS, FUNCEF, DESBAN E PREVIMINAS; Planejamento e execução de trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis em empresas públicas e privadas de manufatura, serviços e instituições financeiras de 1984 a 2015; Coordenação e desenvolvimento de auditoria em sistemas operacionais e controles internos, objetivando avaliar a qualidade e produtividade dos sistemas e dos recursos empregados; Membro da Comissão de Avaliação de Exames de Qualificação Técnica do Conselho Federal de Contabilidade para as seguintes áreas: CVM, BACEN, SUSEP E CNAI; e Vice- presidente de Controles Internos do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, no biênio 2014 a 2015 e como Vice-presidente de Planejamento e Administração no biênio 2016 a 2017.</p>				
<p>O Banco não tem conhecimento da participação do Sr. Antônio de Pádua Soares Pelicarpo em entidades do terceiro setor.</p>				
<p>O Banco não tem conhecimento de que o Sr. Antônio de Pádua Soares Pelicarpo tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				
<p>Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.</p>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a. administradores do emissor

<u>RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA E JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA</u>			
Nome	Parentesco	Empresas	Funções
(i) Rubens Menin Teixeira de Souza	Pai – (ii)	(1) Banco Inter S.A.	(1) Presidente do Conselho de Administração
(ii) João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	Filho – (i)	(2) Banco Inter S.A.	(2) Diretor Presidente Acionista

<u>RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA E MARIA FERNANDA NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA MAIA</u>			
Nome	Parentesco	Empresas	Funções
(i) Rubens Menin Teixeira de Souza	Pai – (ii)	(3) Banco Inter S.A.	(3) Presidente do Conselho de Administração
(ii) Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	Filho – (i)	(4) Banco Inter S.A.	(4) Membro do Conselho de Administração

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

<u>INTER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. - RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA E JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA</u>			
Nome	Parentesco	Empresas	Funções
(i) Rubens Menin Teixeira de Souza	Pai – (ii)	1) Banco Inter S.A.	1) Presidente do Conselho de Administração
(ii) João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	Filho – (i)	2 Inter Distribuidora de Títulos e Valores	2) Diretor Executivo

		Mobiliários LTDA.	
--	--	----------------------	--

<u>INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA. - RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA E JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA</u>			
Nome	Parentesco	Empresas	Funções
(i) Rubens Menin Teixeira de Souza	Pai – (ii)	1) Banco Inter S.A.	1) Presidente do Conselho de Administração
(ii) João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	Filho – (i)	2) Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	2) Administrador

- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.**

<u>RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA E JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA</u>			
Nome	Parentesco	Empresas	Funções
(i) Rubens Menin Teixeira de Souza	Pai – (ii)	(1) Banco Inter S.A.	(1) Presidente do Conselho de Administração
(ii) João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	Filho – (i)	(2) Banco Inter S.A.	(2) Diretor Presidente e Acionista.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	CPF 013.436.666-27	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Presidente		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Presidente		
<u>Observação</u> -			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	CPF 013.436.666-27	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Presidente		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo		
<u>Observação</u> -			

2017

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	CPF 013.436.666-27	Subordinação	Controlada direta

CARGO	Diretor Presidente	
<u>Pessoa relacionada</u>		
NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39	
CARGO NA CONTROLADA	Administrador	
<u>Observação</u> -		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	CPF 013.436.666-27	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Presidente		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46		

CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo
<u>Observação</u> -	

2016

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2016			
Administrador do emissor			
NOME João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	CPF 013.436.666-27	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Presidente		
Pessoa relacionada			
NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo		

Observação

-

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2016			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	CPF 013.436.666-27	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Presidente		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39		
CARGO NA CONTROLADA	Administrador		
<u>Observação</u> -			

Alexandre Riccio de**Oliveira 2018**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME Alexandre Riccio de Oliveira	CPF 013.202.406-31	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo de Riscos, <i>Compliance</i> e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo		
<u>Observação</u> -			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME	CPF 013.202.406-31	Subordinação	Controlada direta

Alexandre Riccio de Oliveira			
CARGO	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Comercial e de Relacionamento		
<u>Observação</u> -			

2017

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME Alexandre Riccio de Oliveira	CPF 013.202.406-31	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro		
<u>Pessoa relacionada</u>			

NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46	
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo de Riscos e <i>Compliance</i>	
<u>Observação</u> -		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do emissor			
NOME Alexandre Riccio de Oliveira	CPF 013.202.406-31	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro		
Pessoa relacionada			
NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39		
CARGO NA CONTROLADA	Administrador		

Observação

-

2016

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2016			
Administrador do emissor			
NOME Alexandre Riccio de Oliveira	CPF 013.202.406-31	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro		
Pessoa relacionada			
NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo de Riscos e Compliance.		
Observação			
-			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2016			
Administrador do emissor			
NOME Alexandre Riccio de Oliveira	CPF 013.202.406-31	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro		
Pessoa relacionada			
NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39		
CARGO NA CONTROLADA	Administrador		
Observação			
-			

Marco Túlio

Guimarães 2018

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do emissor</u>			

NOME	CPF	Subordinação	Controlada direta
Marco Túlio Guimarães	540.222.316-53		
CARGO	Diretor Vice-Presidente Comercial		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA	CNPJ		
INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	18.945.670/0001-46		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo		
<u>Observação</u>			
-			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME	CPF	Subordinação	Controlada direta
Marco Túlio Guimarães	540.222.316-53		
CARGO	Diretor Vice-Presidente Comercial		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA	CNPJ		
	00.136.889/0001-39		

INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.		
CARGO NA CONTROLADA	Administrador	
<u>Observação</u> -		

2017

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do emissor			
NOME Marco Túlio Guimarães	CPF 540.222.316-53	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente Comercial		
Pessoa relacionada			
NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39		
CARGO NA CONTROLADA	Administrador		

Observação

-

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do emissor			
NOME Marco Túlio Guimarães	CPF 540.222.316-53	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente Comercial		
Pessoa relacionada			
NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Executivo		
Observação			
-			

2016

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME Marco Túlio Guimarães	CPF 540.222.316-53	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente Comercial		
<u>Pessoa relacionada</u>			
NOME DA CONTROLADA INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	CNPJ 18.945.670/0001-46		
CARGO NA CONTROLADA	Diretor Responsável pela Gestão de Recursos		
<u>Observação</u> -			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do emissor</u>			
NOME Marco Túlio Guimarães	CPF 540.222.316-53	Subordinação	Controlada direta
CARGO	Diretor Vice-Presidente Comercial		
<u>Pessoa relacionada</u>			

NOME DA CONTROLADA INTER DIGITAL CORRETORA E CONSULTORIA DE SEGUROS LTDA.	CNPJ 00.136.889/0001-39	
CARGO NA CONTROLADA	Administrador	
<u>Observação</u> -		

Anexo III

Regras e Procedimentos para indicação e eleição de Conselheiros

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa e, em conformidade com o que dispõe a legislação em vigor, o Banco Inter ("Banco") vem esclarecer os cenários possíveis para eleição de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal pelos acionistas não controladores, na forma a seguir:

1. Indicação de Candidatos por Acionistas Não Controladores:

Solicita-se aos acionistas interessados em indicar candidatos ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal do Banco encaminhar, preferencialmente, em até 3 (três) dias úteis antes da data das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ocorrer em 30 de abril de 2020, notificação por escrito, via carta endereçada para Diretoria de Relações com Investidores do Banco, localizada na Cidade do Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1.219, Bairro Santo Agostinho, 22º andar, informando o nome completo e qualificação do candidato, bem como as informações exigidas pelo artigo 10 da Instrução CVM 481, em especial as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

Adicionalmente, solicita-se ao acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração nos termos acima que envie, em conjunto com a notificação acima, cópia do instrumento de declaração, relativa ao candidato, de que trata o artigo 2º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas. Adicionalmente, o candidato deverá prestar declaração expressa, antes da respectiva eleição, de que não se encontra impedido para eleição ao cargo do Conselho de Administração do Banco, nos termos do Artigo 147, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 2º do Anexo II da Resolução 4.122, 2 de agosto de 2012 do Conselho Monetário Nacional – ("Res. 4.122 Bacen"), ou, havendo impedimento(s), deverá indicar qual(is) é(são) para que haja avaliação pela Diretoria Jurídica, de Governança Corporativa e Ouvidoria do Banco. Caso referido candidato não esteja presente à Assembleia Geral, o acionista que indicar referido candidato deverá declarar que obteve do referido candidato a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas, responsabilizando-se, nos termos de lei, por tal declaração.

Os candidatos indicados devem possuir os requisitos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Banco Central do Brasil para serem eleitos para os respectivos cargos.

É permitido aos acionistas que detêm, no mínimo, 1,0% (um por cento) do capital social total do Banco, nos termos da Instrução CVM 481, , indicar candidatos aos Conselhos de Administração e Fiscal para inclusão no Boletim de Voto à Distância até 04 de abril de 2020. Para que tal(is) indicação(ões) conste(m) do Boletim de Voto a Distância, ela(s) precisa(m) ser feita(s) até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral. Neste caso, caso a(s) indicação(ões) atendam aos requisitos legais, o Banco deverá, até 20 (vinte) dias antes da data do referido conclave, reapresentar o seu Boletim de Voto a Distância contemplando o nome do candidato.

As informações relativas aos candidatos ao Conselho de Administração que forem indicados por acionistas minoritários, após a divulgação desta proposta e antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, serão divulgadas pelo Banco na categoria "Aviso aos Acionistas", disponibilizado nos websites

do Banco (ri.bancointer.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na forma prevista na regulação aplicável.

Não obstante o prazo mencionado acima, o acionista poderá apresentar candidato a membro do Conselho de Administração no curso da Assembleia Geral, devendo tais indicações ser acompanhadas dos documentos e informações acima indicadas para disponibilização aos acionistas presentes.

2. Conselho de Administração

2.1 Número de Membros do Conselho de Administração e Mandato:

Nos termos do Estatuto Social do Banco, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A administração propõe que o número de membros para compor o Conselho de Administração para o mandato de 2020 a 2022, seja fixado em 8 (oito) membros.

2.2 Eleições pelos Acionistas Não Controladores:

No que tange aos cenários e regras a serem observados pelos acionistas não controladores para eleição de conselheiro como seu representante no Conselho de Administração, o Banco esclarece o seguinte:

2.2.1. Comprovação de titularidade de Ações e Representação na Assembleia Geral:

Nos termos do parágrafo sexto do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, somente poderão exercer o direito de eleger membros para o Conselho de Administração do Banco, com fundamento no parágrafo quarto do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida pelo parágrafo quarto acima citado durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anteriores à realização da Assembleia Geral Ordinária.

2.2.2. Acionistas Não Controladores Titulares de Ações Ordinárias:

(a) **Voto Múltiplo:** Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações

Conforme o disposto no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e nos artigos 1º e 3º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, os Acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social votante do Banco poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração do Banco.

Em caso de solicitação do processo de voto múltiplo, será observado o seguinte:

O processo de voto múltiplo será aplicável para a eleição de 8 (oito) membros do Conselho de Administração, não considerando, portanto, os membros que poderão ser eleitos separadamente (a) pelos acionistas não controladores titulares de ações ordinárias; e (b) pelos acionistas não controladores titulares de ações preferenciais.

Os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias que optarem por participar do processo de eleição em separado para um membro do Conselho de Administração, nos termos do item (b) abaixo,

não poderão participar da eleição via processo de voto múltiplo com as mesmas ações de sua titularidade, sob pena de exercerem duplamente o direito de voto para uma mesma ação.

A adoção deste processo deve ser requerida em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral Ordinária a ocorrer em 30 de abril de 2020.

O Banco informa aos acionistas que, nos termos da Instrução CVM nº 481, uma vez adotado o processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, os votos proferidos por acionistas que, via Boletim de Voto a Distância, tenham optado por “abster-se” no item próprio que questiona sobre a distribuição prévia de votos nos candidatos informados no boletim, serão considerados como abstenção na respectiva deliberação da Assembleia Geral, de modo que os votos de tais acionistas não são computados no quórum de deliberação e, portanto, esses acionistas não participam da eleição dos membros do Conselho de Administração.

(b) **Eleição em Separado**: Artigos 141, §4º e 5º, 239 da Lei das Sociedades por Ações

Os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias poderão eleger, por maioria, até 01 (um) membro do conselho de administração, com fundamento no Artigo 141, parágrafo quarto, da Lei das Sociedades por Ações.

Da votação, em separado, a ser feita pelos acionistas não controladores titulares de ações ordinárias estão impedidos de participar o acionista controlador ou entidades em que ele, direta ou indiretamente, exerça influência determinante.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, o impedimento de voto é destinado ao acionista, cabendo-lhe avaliar se seu voto, em alguma medida, sofre influência do acionista controlador e, caso decida votar na eleição em separado, deverá estar apto a apresentar, se questionado após a assembleia, elementos que permitam demonstrar que não houve a citada influência.

O candidato deverá atender aos requisitos da Lei das Sociedades por Ações e das normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil.

2.2.3. **Acionistas Titulares de Ações Preferenciais**:

Os acionistas titulares de ações preferenciais poderão eleger, por maioria, em votação em separado, até 01 (um) membro para o Conselho de Administração, desde que representem no mínimo 10% (dez por cento) do capital social, excluídas, para tal cômputo, as ações detidas por acionistas controladores, devendo o candidato atender aos requisitos da Lei das Sociedades por Ações e das normas do Banco Central do Brasil.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, para fins de cálculo do percentual mínimo de 10% (dez por cento), deve ser considerado o número total de ações do Banco, excluídas apenas as ações mantidas em tesouraria. Para fins de verificação do quórum exigido serão consideradas apenas as ações detidas pelos acionistas detentores de ações preferenciais de emissão do Banco que estiverem presentes na Assembleia Geral. Destaca-se que nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que participarem por meio do Boletim de Voto deverão ser considerados presentes à Assembleia Geral.

Da votação, em separado, a ser feita pelos acionistas titulares de ações preferenciais estão impedidos de participar o acionista controlador ou entidades em que ele, direta ou indiretamente, exerça influência determinante.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, o impedimento de voto é destinado ao acionista, cabendo-lhe avaliar se seu voto, em alguma medida, sofre influência do acionista controlador e, caso decida votar na eleição em separado, deverá estar apto a apresentar, se questionado após a assembleia, elementos que permitam demonstrar que não houve a citada influência.

2.2.4. Votação em conjunto pelos Acionistas Minoritários – Artigo 141, §5º, Lei das Sociedades por Ações

Os acionistas não controladores titulares de ações preferenciais e os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias poderão agregar suas ações para elegerem em conjunto 1 (um) membro para o conselho de administração, desde que: (i) os acionistas não controladores titulares das ações ordinárias não tenham eleito qualquer membro com base no Artigo 141, §4º, I da Lei das Sociedades por Ações; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais não tenham eleito qualquer membro com base no Artigo 141, §4º, II, Lei das Sociedades por Ações; e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais e os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias perfizerem juntos o quórum de 10% (dez por cento) do capital social do Banco.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, para fins de cálculo do percentual mínimo de 10% (dez por cento), deve ser considerado o número total de ações do Banco, excluídas apenas as ações mantidas em tesouraria.

Da votação, em separado, com fundamento no parágrafo quinto do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, está impedido de participar o acionista controlador ou entidades em que ele, direta ou indiretamente, exerça influência determinante.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, o impedimento de voto é destinado ao acionista, cabendo-lhe avaliar se seu voto, em alguma medida, sofre influência do acionista controlador e, caso decida votar na eleição em separado, deverá estar apto a apresentar, se questionado após a assembleia, elementos que permitam demonstrar que não houve a citada influência.

2.3. Cenários de eleição para o Conselho de Administração

A partir da avaliação da ordem do dia, a Administração antecipa os seguintes possíveis cenários no que tange à eleição para o Conselho de Administração do Banco:

	(A) Eleição geral de 08 (oito) membros do Conselho de Administração		(B) Eleição em separado de (i) 01 (um) membro do Conselho de Administração por detentores de ações ordinárias; e/ou (ii) 01 (um) membro por detentores de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% do Capital Social do Banco	
Cenário	Solicitado o processo de voto múltiplo	Não solicitado o processo de voto múltiplo	Sim	Não
1	X		X	
2	X			X
3		X	X	
4		X		X

- (i) No caso do cenário 1, não poderão participar da votação para eleição geral (“A”), pelo processo de voto múltiplo, as ações cujos votos sejam alocados à votação em separado (“B”);
- (ii) No caso do cenário 2, todas as ações poderão participar da votação para eleição geral de 08 (oito) membros do Conselho de Administração do Banco (“A”), pelo processo de voto múltiplo;
- (iii) No caso do cenário 3, não poderão participar da votação para eleição geral (“A”), pelo critério de maioria de votos, as ações cujos votos sejam alocados à votação em separado (“B”); e
- (iv) No caso do cenário 4, todas as ações poderão participar da votação para eleição geral de 08 (oito) membros do Conselho de Administração do Banco (“A”), pelo critério de maioria de votos todos os acionistas.

Em qualquer cenário de adoção do voto múltiplo cumulado a uma hipótese de eleição em separado, caso a composição do final do Conselho de Administração após a Assembleia Geral ora convocada seja tal que (i) impeça o cumprimento das indicações mínimas previstas nos incisos I e II do Artigo 141.

3. Conselho Fiscal

3.1. Número Máximo de Membros do Conselho Fiscal, Eleição e Mandato:

Nos termos do Art. 23 do Estatuto Social do Banco, o Conselho Fiscal do Banco será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, a serem eleitos em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2020.

A eleição pelos acionistas minoritários poderá ser feita, de forma separada, da seguinte forma:

- o 01 (um) membro e respectivo suplente eleitos pelos acionistas minoritários; e
- o 01 (um) membro e respectivo suplente eleitos pelos titulares de ações preferenciais.

Das votações, em separado, a serem feitas, respectivamente, pelos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e pelos acionistas minoritários titulares de ações preferenciais, estão impedidos de participar o acionista controlador ou entidades em que ele, direta ou indiretamente, exerça influência determinante.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, o impedimento de voto é destinado ao acionista, cabendo-lhe avaliar se seu voto, em alguma medida, sofre influência do acionista controlador e, caso decida votar na eleição em separado, deverá estar apto a apresentar, se questionado após a assembleia, elementos que permitam demonstrar que não houve a citada influência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Introdução

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Os comentários dos diretores do Banco visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas do Banco Inter S.A. ("Banco").

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* do Banco (ri.bancointer.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018

Os saldos apresentados para carteira de operação de crédito (Imobiliário, Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica e outros créditos com características de operação de crédito), exceto quando indicado de forma diferente estão apresentadas pelo seu saldo bruto de provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação.

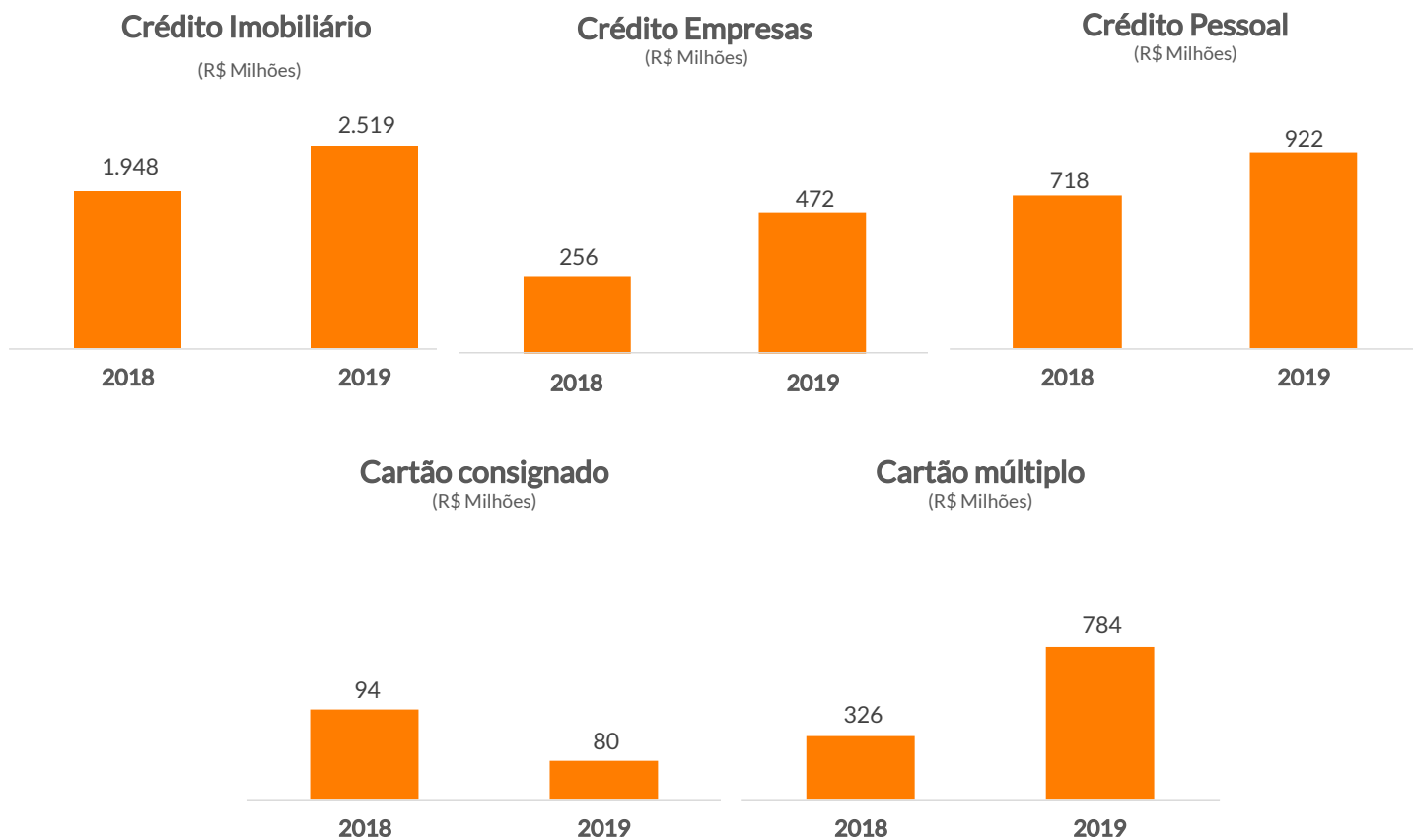
Em 31 de dezembro de 2019 o Lucro Líquido foi de R\$ 58,1 milhões, representando um crescimento de 4,2% quando comparado ao mesmo período de 2018. A evolução do Lucro Líquido é resultado do crescimento da base de clientes e dos esforços do Banco Inter em diversificar os produtos e serviços a eles oferecidos. Além disso, as Receitas de Operações de Crédito também contribuíram para a expansão do Lucro Líquido, apresentando um crescimento de 15,4% em relação ao ano de 2018.

O Crédito Imobiliário atingiu o montante de R\$ 1,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de 29,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse incremento na carteira de Crédito Imobiliário é resultante de contínuos investimentos no segmento, como a diversificação na oferta de créditos imobiliários que vão desde empréstimos com garantia em imóveis, ao financiamento imobiliário nos segmentos SFI e SBPE. Adicionalmente, devido à captação via poupança e redução no custo de *funding* do Banco, exploramos o mercado a partir de taxas mais baixas, e mantemos o retorno médio das operações.

Em relação à captação total (representada pelas notas 18, 19 e 20 nas DFs em IFRS), em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R\$ 7.586,5 milhões, ou seja, 68% superior em relação a 31 de dezembro de 2018. Destaque para os Depósitos a Vista e Poupança, que apresentaram crescimento de 209% e 316% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, e totalizaram R\$ 2.094,1 milhões e R\$307,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das Operações de Crédito total somou R\$ 4.777,4 milhões, variação positiva de 43% em relação a 31 de dezembro de 2018. A carteira de Crédito com garantia imobiliária totalizou R\$ 2.519,2 milhões, crescimento de 29,3% comparado a 31 de dezembro de 2018, quando totalizava R\$ 1.948,0 milhões. Já a carteira de Crédito Pessoal, adicionada a carteira de Cartão de Crédito Consignado, atingiu o montante de R\$ 1.002,4 milhões, com crescimento de 23,5% na comparação com 31 de dezembro de 2018. A carteira de Crédito Empresas, sem garantia imobiliária, crescimento de 84,7% em relação a dezembro de 2018, totalizando R\$ 472,3 milhões. Já a carteira de Cartão de Crédito (cartão múltiplo) atingiu R\$ 783,5 milhões, com crescimento de 140% na comparação com 31 de dezembro de 2018, quando totalizava R\$ 325,5 milhões.



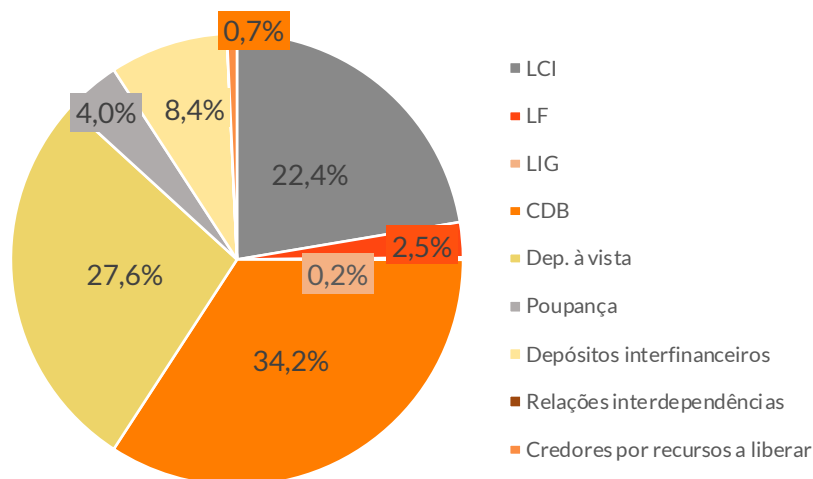
Captações

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos totais do Banco somou R\$ 7.586,5 milhões, 68% superior ao montante de R\$ 4.511,3 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018. Esta evolução é explicada, principalmente, pela variação do saldo de depósitos de poupança e de depósitos à vista, que aumentaram 316% e 209%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2018.

Os depósitos a prazo (CDB), Poupança, Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras Financeiras (LF) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIG) representaram em 31 de dezembro de 2019 63,2% dos depósitos totais (83,7% em 31 de dezembro de 2018), totalizando R\$ 4.796,5 milhões, um crescimento de 36,7% em relação a 31 de dezembro de 2018. Por mudança estratégica implementada pelo Banco, não há Depósitos a Prazo com Garantias Especiais (DPGE), uma vez que a Companhia optou por captar recursos através de sua base de clientes pulverizada e menos onerosa.

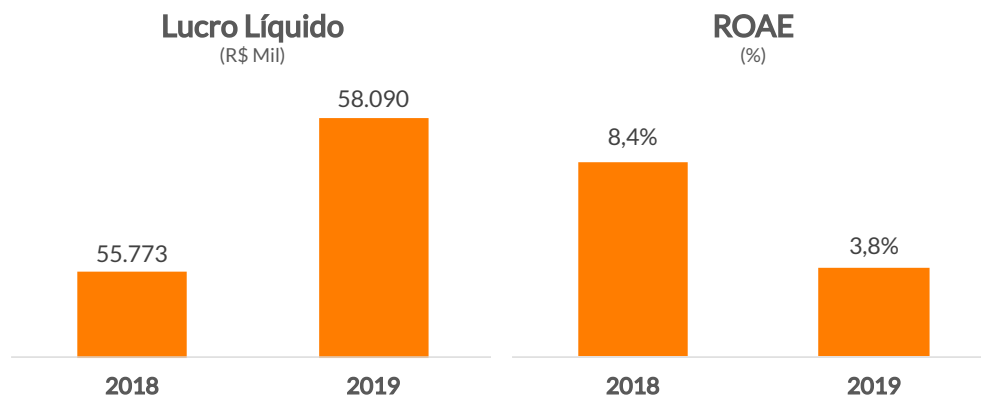
O aumento da carteira de depósitos pode ser atribuído ao crescimento da base de clientes da conta digital com o aumento do saldo de depósitos à vista, gerando uma captação altamente estável, pulverizada e de custo zero. Em 31 de dezembro de 2019, aproximadamente 50% da base de investidores do Banco eram de varejo.

Breakdown captação 2019



Destaques Econômico-Financeiros

O lucro líquido do ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 58,1 milhões, correspondente a um aumento de 4,2% em relação a 2018. O aumento do lucro líquido deve-se ao efeito de ações estratégicas com a finalidade de ampliar as linhas de receitas, reduzir custos de captação e manter as provisões em níveis confortáveis. Dentre as principais ações estão: (a) aumento do controle sobre a inadimplência – atribuída à melhora do perfil da carteira de crédito, especialmente, pequenas e médias empresas com foco na concessão de crédito, com um *mix* de garantias envolvendo recebíveis e duplicatas; (b) *cross-selling* na plataforma digital – o Banco e suas controladas vêm se beneficiando da estratégia de venda cruzada de produtos e serviços financeiros e não financeiros, elevando as receitas de serviços, além de redução a dependência de terceiros para distribuir seus produtos de captação, reduzindo o custo de captação; e (c) limite no pagamento de comissão para correspondentes – o Banco limitou o percentual de pagamento de comissão para correspondentes bancários que atuam na concessão de empréstimos imobiliário e, desde agosto de 2018, encerrou por completo as concessões de crédito consignado através de correspondentes bancários, o que tem colaborado para uma originação de crédito com mais qualidade e rentabilidade, além do melhor relacionamento com o cliente. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) que se refere ao Lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio do período, foi de 3,8% em 31 de dezembro de 2019, uma redução 4.6 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao crescimento expressivo do patrimônio líquido após a captação primária com a oferta pública de ações realizada em julho de 2019.



A Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros (“Inter Seguros”), controlada do Banco com atuação na área de corretagem de seguros, atingiu o saldo de R\$ 76,6 milhões em prêmios originados às seguradoras parceiras no ano de 2019, um aumento de 19,1% em relação a 2018, sendo a variação decorrente, principalmente, da expansão da base de clientes e da diversificação do portfólio de produtos por ela ofertados.

Já a Inter DTVM, controlada do Banco com atuação na distribuição de valores mobiliários e gestão de ativos, atingiu a marca de R\$ 11,9 bilhões sob custódia, gestão e distribuição em 31 de dezembro de 2019 comparado a R\$ 3,3 bilhões em 31 de dezembro de 2018, resultado que decorre do aumento de 269% do número de clientes, se comparado ao ano anterior, decorrente do número de produtos ofertados e do início da operação do Home Broker. Além disso, a redução do valor mínimo exigido dos clientes para a realização de determinadas operações também contribuiu para o incremento do montante total de ativos sob custódia.

A Inter Marketplace, controlada do Banco com atuação no ramo intermediação de negócios e serviços, atingiu mais de 344 mil clientes ativos, saindo de 125 mil em 2018 (neste período já era disponibilizado a recarga de celular, que, hoje, compõe o Marketplace), crescimento de 176%. Tal crescimento foi impulsionado pelo lançamento do Shopping , que atingiu cerca de 22 mil clientes ativos no 2019, e pelo novo layout do Super App, lançado em novembro de 2019.

Inter Asset, controlada do Banco, compreende suas atividades na prestação de serviços de gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários de terceiros, compreendendo a tomada de decisão na alocação de recursos e a consultoria patrimonial.

Inter Títulos Fundos de Investimentos, controlada do Banco com a atuação em gestão de fundos de investimentos, lançou, em dezembro de 2019, três fundos imobiliários na B3, impulsionando as receitas da Plataforma Aberta Inter (PAI) em 2019.

Destaques Operacionais

Contas Digitais

No ano de 2019, o Banco Inter ultrapassou a marca de 4 milhões de contas digitais, número 2,8 vezes maior que o ano anterior. 2,6 milhões novas contas foram abertas em 2019, recorde de abertura de contas em um ano, com crescimento de 143% versus 2018. A média de contas abertas por dia útil superou a marca de 12,4 mil em dezembro de 2019, volume 61% maior que mesmo período do ano anterior. Houve também o crescimento no número de clientes ativos no mês, que atingiu 2,2 milhões em dezembro de 2019, representando uma evolução de 161% frente ao mesmo período do ano anterior. Essa constante evolução do índice de atividade deve-se à nossa capacidade de oferecermos uma plataforma cada vez mais completa e com ritmo acelerado de lançamento de novos produtos e serviços.

Cartões de Crédito

Em 2019, 1,7 milhões cartões múltiplos foram utilizados, dentre eles, 684 mil apenas na funcionalidade crédito e 1,4 milhões na funcionalidade débito, havendo uma interseção entre eles. O volume transacionado atingiu R\$5,5 bilhão, o que representa um aumento expressivo de 109% em relação ao mesmo período do ano anterior. As receitas de intercâmbio dos cartões totalizaram R\$ 58,2 milhões em 2019, aumento de 199% ao longo de doze meses.

Em relação às operações de crédito, foi mantido o crescimento nas carteiras de Crédito Imobiliário, Crédito Empresas e Crédito Consignado, dando continuidade à estratégia definida para 2019, de manter o foco na oferta de crédito com garantia, tendo o Crédito Imobiliário como principal alavanca para o crescimento.

O foco do Banco continuará sendo o crescimento sustentável de longo prazo, com base nas seguintes iniciativas: (i) pulverização da carteira de clientes e portfólio de produtos e serviços variados acessados por meio da Conta Digital, (ii) proximidade do cliente, com foco em segurança e comodidade, e (iii) foco em se tornar a maior plataforma digital de serviços financeiros e seguros, visando oferecer aos seus clientes a melhor experiência do mercado.



Destaques Patrimoniais

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de disponibilidades somou R\$ 3.114,8 milhões, 101% maior quando comparado com os R\$ 1.546,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. A rubrica de disponibilidades é composta por: (1) Caixa em moeda nacional, predominantemente formado por Reservas livres no Banco Central, que são recolhidas para fins de cumprimento de compulsório sobre recursos à vista e microfinanças, (2) caixa em moeda estrangeira.

Aplicações Interfinanceiras

Em relação ao saldo de aplicações interfinanceiras, em 31 de dezembro de 2019 perfaz o montante de R\$ 3.020,7 milhões, enquanto o saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 representava R\$ 1.535,6 milhões, mantendo os níveis de operações compromissadas e depósitos interfinanceiros em linha com os interesses da Administração no que diz respeito a prazo e remuneração das aplicações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 (os números contábeis constantes deste capítulo estão apresentados em IFRS)

Os saldos apresentados para carteira de operação de crédito (Imobiliário, Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica e outros créditos com características de operação de crédito), exceto quando indicado de forma diferente estão apresentadas pelo seu saldo bruto de provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 55,8 milhões, ou seja 17,0% superior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 47,7 milhões. O aumento do lucro líquido foi impulsionado por um conjunto de ações estratégicas adotadas pelo Banco, tais como: abertura de capital no primeiro semestre de 2018, lançamento de novos produtos como a Plataforma Aberta Inter (PAI), Consórcio Imobiliário, Seguro Proteção Financeira para Consignado, e Letra Imobiliária Garantida (LIG), lançamento do Home Broker Inter, aumento do controle sobre a inadimplência, *cross-selling* na plataforma digital e imposição de limite para o pagamento de comissão para correspondentes bancários para o crédito consignado. Algumas destas ações foram iniciadas em 2016 e intensificadas em 2017 e 2018 e estão descritas no subitem “Destaques Econômico-Financeiros” abaixo, com a finalidade de ampliar receitas, reduzir custos de captação e manter as provisões em níveis comportados.

O Crédito Imobiliário manteve-se em crescimento ao longo de 2018, sendo que em 31 de dezembro de 2018 o saldo, sem o efeito da perda por provisão, foi de R\$ 1.948,0 milhões, um aumento de 27,0% em relação a 31 de dezembro 2017. Esse incremento na carteira de Crédito Imobiliário é resultante de contínuos investimentos no segmento, como a diversificação na oferta de créditos imobiliários que vão desde empréstimos com garantia em imóveis, ao financiamento imobiliário nos segmentos SFI e SBPE. Adicionalmente, devido à captação via poupança e redução no custo de *funding* do Banco, temos explorado o mercado a partir de taxas mais baixas, enquanto mantemos o retorno médio das operações.

Em relação à captação total (representado pelos passivos com instituições financeiras e clientes, bem como os títulos emitidos pelo Banco), em 31 de dezembro de 2018 o saldo foi de R\$ 4.511,3 milhões, ou seja, 49,06% superior em relação a 31 de dezembro de 2017. Destaque para os Depósitos a Vista, que apresentaram crescimento de 192,95% em relação a 31 de dezembro de 2017 apresentando um montante em 2018 de R\$ 677,8 milhões. Destaque também para as Letras de Crédito Imobiliário, que apresentaram um saldo de R\$ 1.731,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, e R\$ 1.372,0 milhões em 31 de dezembro 2017, ou seja, um crescimento de 26,20%.

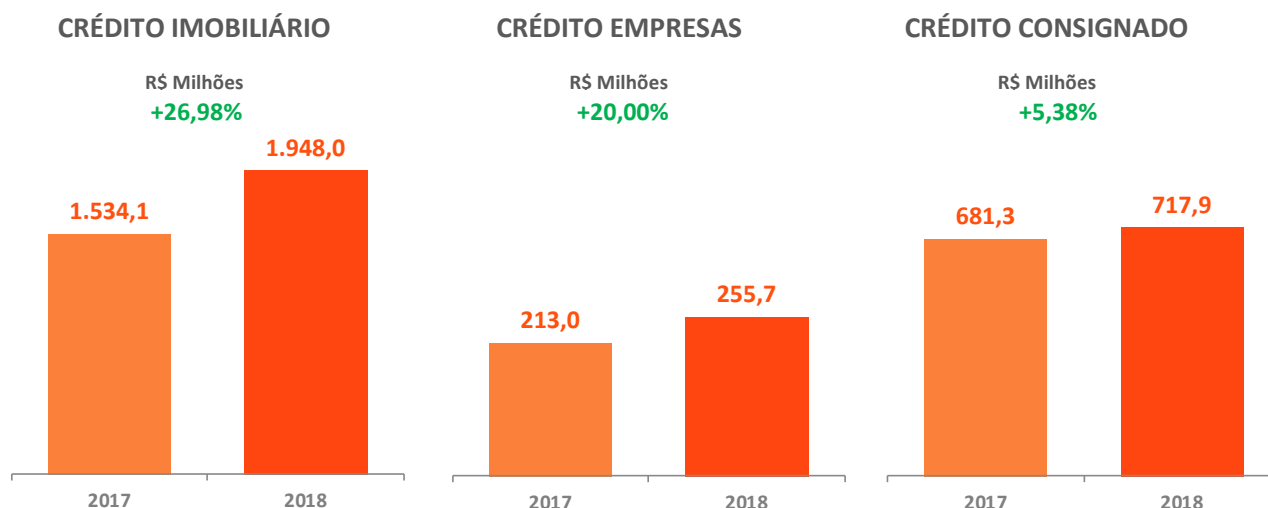
Em 2018 o Banco Inter passou a realizar captação de recursos por meio da Poupança, sendo que em 31 de dezembro de 2018 este produto era responsável por R\$ 73,8 milhões do total de sua captação.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os saldos apresentados para carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes (Imobiliário, Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica e outros créditos com características de operação de crédito) , exceto quando indicado de forma diferente estão apresentadas pelo seu saldo bruto de provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e aditamentos a clientes somou R\$3.341,0 milhões, apresentando uma variação positiva de 28,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em virtude do crescimento das carteiras de Crédito Imobiliário, Cartão Múltiplo e Crédito Empresas. A carteira de Crédito Imobiliário registrou crescimento de 27,0% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$ 1.948,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Tal crescimento deve-se à estratégia do Banco de operar em todos

os segmentos do crédito imobiliário, desde operações de empréstimo com garantia imobiliária (Home Equity), até financiamentos imobiliários no SBPE, ofertando créditos com taxas acessíveis e com baixo índice LTV. A carteira de Cartão Múltiplo apresentou crescimento de 356,9%, totalizando R\$ 325,5 ao final de 2018. A carteira de Crédito Empresas em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 255,7 milhões e apresentou aumento de 20,0% em relação a 31 de dezembro de 2017, é reflexo da consolidação da estratégia iniciada em 2016 de mudança no perfil de créditos concedidos no segmento, cujo foco passou a ser operações com 100% de garantia, tais como duplicatas e recebíveis performados. Além disso, o aumento também foi influenciado pelas operações direcionadas para o financiamento a fornecedores. A carteira de Crédito Consignado, em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 717,9 milhões e apresentou aumento de 5,38% em relação a 31 de dezembro de 2017.



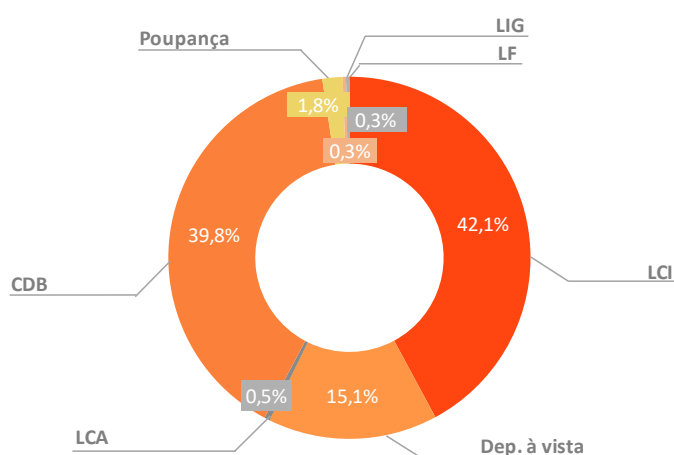
Passivos com clientes e instituições financeiras e títulos emitidos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de passivos com clientes, com instituições financeiras e com títulos emitidos totais do Banco somou R\$ 4.511,3 milhões, 49,1% superior ao montante de R\$ 3.026,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2017. Esta evolução é explicada, principalmente, pela variação do saldo de letras de crédito, que aumentou 27,2% em relação ao ano anterior.

Os depósitos a prazo (CDB), Poupança, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras Financeiras (LF) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIG) representaram 77,8% dos depósitos totais (90,4% em dezembro de 2017), totalizando R\$ 3.508,3 milhões, um crescimento de 28,2% em relação ao ano anterior.

Já as operações de Depósitos a Prazo com Garantias Especiais (DPGE) encerraram o exercício em 31 de dezembro de 2018 com os saldos zerados, redução de 100% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando totalizavam R\$ 63,6 milhões. Esta redução foi causada, principalmente, pela mudança estratégica implementada pelo Banco, optando por captar recursos através de sua base de clientes pulverizada e menos onerosa. O aumento da carteira de depósitos pode ser atribuído à (i) diversificação no *mix* de captações, em especial por meio da emissão de LCI, poupança e da pulverização da base de depositantes; e (ii) crescimento da base de clientes da conta digital com o aumento do saldo de depósitos à vista, gerando uma captação altamente estável, pulverizada e de custo zero. As LCIs indexadas ao IPCA e ao IGP-M (índices que medem a inflação no Brasil), são uma possibilidade de ofertar aos clientes rentabilidades indexadas a índices de preços, além de contribuir para o alongamento do prazo médio das captações do Banco.

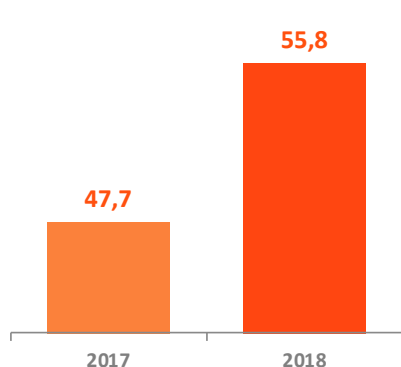
Breakdown da Captação



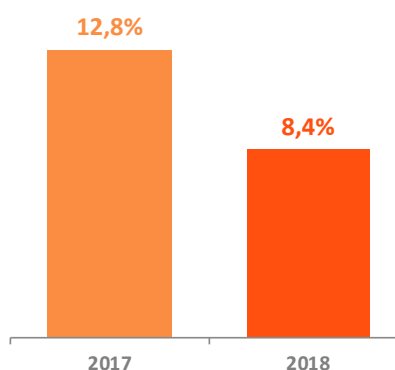
Destaques Econômico-Financeiros

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 55,8 milhões, correspondente a um aumento de 17,0% em relação ao ano anterior. O aumento do lucro líquido deve-se ao efeito de ações estratégicas que foram iniciadas em 2016 e intensificadas em 2017 e 2018, com a finalidade de ampliar as linhas de receitas, reduzir custos de *captação* e manter as provisões em níveis confortáveis. Dentre as principais ações estão: (a) aumento do controle sobre a inadimplência – atribuída à melhora do perfil da carteira de crédito, especialmente, pequenas e médias empresas com foco na concessão de crédito, com um *mix* de garantias envolvendo recebíveis e duplicatas; (b) *cross-selling* na plataforma digital – o Banco e suas controladas vêm se

Lucro Líquido



ROAE



beneficiando da estratégia de venda cruzada de produtos, elevando as receitas de serviços e reduzindo a dependência de terceiros para distribuir seus produtos de captação, reduzindo o custo de captação; e (c) limite no pagamento de comissão para correspondentes – o Banco limitou o percentual de pagamento de comissão para correspondentes bancários que atuam na concessão de empréstimos imobiliário e, desde agosto de 2018, encerrou por completo as concessões de crédito consignado através de correspondentes bancários, o que tem colaborado para uma originação de crédito com mais qualidade e rentabilidade, além do melhor relacionamento com o cliente. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) que se refere ao Lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio do período, foi de 8,4% em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 4,4 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao crescimento expressivo do patrimônio líquido após a captação primária com a oferta pública de ações realizada em abril de 2018.

A Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros (“Inter Seguros”), controlada do Banco com atuação na área de corretagem de seguros, atingiu o saldo de R\$ 64,3 milhões em prêmios originados das seguradoras parceiras no acumulado do ano de 2018, um aumento de 16,2% em relação a 2017, sendo a variação decorrente, principalmente, da expansão da base de clientes e da diversificação do portfólio de produtos por ela ofertados. Já a Inter DTVM, controlada do Banco com atuação na distribuição de valores mobiliários e gestão de ativos, atingiu a marca de R\$ 3,3 bilhões sob custódia, gestão e distribuição em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$ 2,7 bilhão em 31 de dezembro de 2017, resultado que decorre do aumento de 107,00% do número de clientes, se comparado ao ano anterior. Além disso, a redução do valor mínimo exigido dos clientes para a realização de determinadas operações também contribuiu para o incremento do montante total de ativos sob custódia.

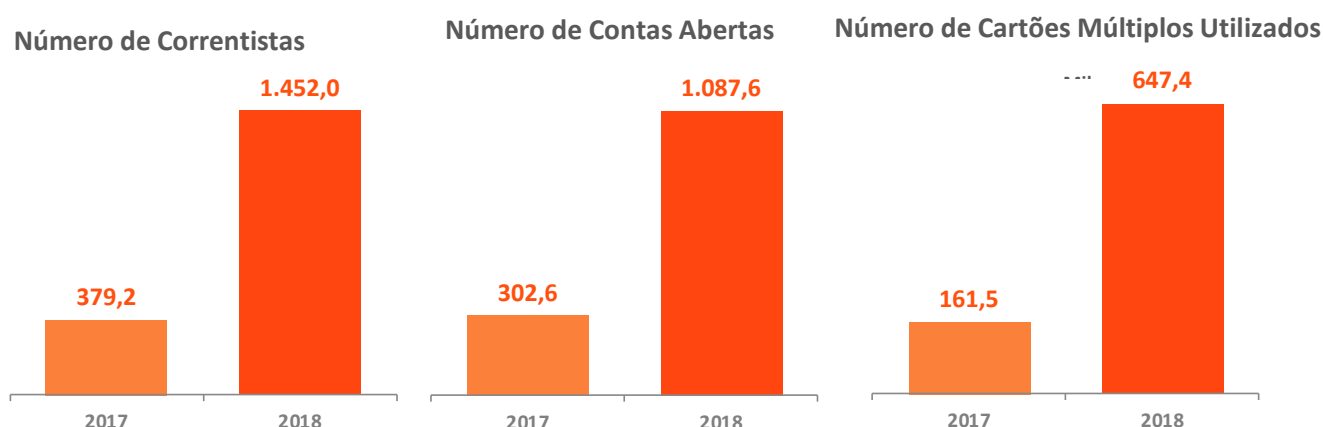
Destaques Operacionais

Em 2018, foram implementadas melhorias no processo de abertura da conta digital, tais como aprimoramentos no funcionamento e na segurança do aplicativo móvel utilizado para abertura da conta digital, o que permitiu ao Banco aumentar a base de correntistas digitais para 1,5 milhões ao final do ano, um crescimento de aproximadamente 283,0% em relação a 31 de dezembro de 2017, o que demonstra a consolidação da estratégia relacionada à Conta Digital Inter. Somente no mês de dezembro de 2018 foram abertas mais de 154 mil contas, aproximadamente 7,7 mil novas contas abertas por dia útil em dezembro de 2018, um aumento de 256,0% em relação a dezembro de 2017.

No encerramento de 2018 o número de cartões múltiplos utilizados foi de 647,4 mil unidades (um aumento de 301,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017), gerando um crescimento expressivo no volume de transações realizadas com cartões Inter que passaram de R\$536,5 mil em 2017 para R\$ 2.649,8 mil em 2018.

Em relação às operações de crédito, foi mantido o crescimento nas carteiras de Crédito Imobiliário, Crédito Empresas e Crédito Consignado, dando continuidade à estratégia definida para 2018, de manter o foco na oferta de crédito com garantia, tendo o Crédito Imobiliário como principal alavanca para o crescimento.

A Administração do Banco acredita que há uma tendência de continuidade do processo de recuperação da economia em 2019, o que deve criar um ambiente mais favorável para os negócios no país. O foco do Banco continuará sendo o crescimento sustentável de longo prazo, com foco nas seguintes iniciativas: (i) pulverização da carteira de clientes e portfólio de produtos e serviços variados acessados por meio da Conta Digital, (ii) proximidade do cliente, com foco em segurança e comodidade, e (iii) foco em se tornar a maior plataforma digital de serviços financeiros e seguros, visando oferecer aos seus clientes a melhor experiência do mercado.



Destaques Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 1.546,1 milhões, 227,4% maior quando comparado com os R\$ 472,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. A rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa é composta por: (1) Caixa em moeda nacional predominantemente por Reservas livres no Banco Central, que são recolhidas para fins de cumprimento de compulsório sobre recursos à vista e microfinanças, (2) caixa em moeda estrangeira e (3) principalmente por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez vencíveis em até 90 dias. Nesta rubrica, as Aplicações Interfinanceiras vencíveis até 90 dias, representam 99,3% do total do grupo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018. Este mesmo grupo representava 88,3% do caixa total em 31 de dezembro de 2017.

Empréstimos

Em relação ao saldo de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2018, perfaz um saldo de R\$ 241,7 milhões, enquanto o saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 representava R\$ 90,9 milhões, apresentando um aumento expressivo de R\$150,8 milhões. Esta variação decorreu, principalmente, do aumento das aplicações do Banco em depósitos interfinanceiros, em linha com os interesses da Administração no que diz respeito a prazo e remuneração das aplicações.

Quanto aos empréstimos e adiantamentos a clientes o saldo, líquido das provisões para perdas, somou R\$ 3.221,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 28,0% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo de empréstimos e aditamentos a clientes somou R\$ 2.516,1 milhões. A carteira de Crédito Imobiliário líquida de provisões para perdas registrou crescimento de 27,8% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.905,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Por sua vez, a carteira de Crédito Pessoal, descontadas as provisões para perdas, atingiu R\$ 691,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 5,0% em relação a 31 de dezembro de 2017. A carteira de Crédito Empresas, descontadas as provisões de perdas, apresentou aumento de 26,4% em 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$254,5 milhões. A carteira de Cartão Múltiplo, descontadas as provisões de perdas, obteve um crescimento de 319,4%, totalizando R\$ 281,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 frente aos R\$ 67,1 milhões em 2017.

Passivo com Instituições Financeiras e Clientes

Os passivos com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2018, somaram R\$ 706,7 milhões, apresentando um aumento de 136,8% quando comparados com o saldo de R\$ 298,4 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Os passivos com clientes totalizaram R\$2.009,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 52,6% em relação a 31 de dezembro de 2017. O aumento está diretamente ligado às carteiras de depósitos a prazo, depósitos à vista e poupança que refletiram o aumento do número de clientes do Banco e do volume de recursos por eles depositados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (IFRS)

Os saldos apresentados para carteira de operação de crédito (Imobiliário, Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica e outros créditos com características de operação de crédito) , exceto quando indicado de forma diferente estão apresentadas pelo seu saldo bruto de provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 47,7 milhões, ou seja, 84,6% superior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$ 25,8 milhões. O aumento do lucro líquido foi impulsionado por um conjunto de ações estratégicas adotadas pelo Banco, tais como: o aumento do controle sobre a inadimplência, *cross-selling* na plataforma digital e imposição de limite para o pagamento de comissão para correspondentes, que foram iniciadas em 2016 e intensificadas em 2017 e estão descritas no subitem “Destaques Econômico-Financeiros” abaixo.

O Crédito Imobiliário manteve-se em crescimento ao longo de 2017, sendo que em 31 de dezembro de 2017 o saldo foi de R\$ 1.534,1 milhões, um aumento de 15,3% em relação a 31 de dezembro 2016. Esse incremento na carteira de Crédito Imobiliário é resultante de contínuos investimentos no segmento.

Em relação à captação total (representado pelos passivos com instituições financeiras e clientes, bem como os títulos emitidos pelo Banco), em 31 de dezembro de 2017 o saldo foi de R\$ 3.026,6 milhões, ou seja, 10,9% superior em relação a 31 de dezembro de 2016. Destaque para as Letras de Crédito Imobiliário, que apresentaram um saldo de R\$ 1.372,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 1.181,0 milhões em 31 de dezembro 2016, ou seja, um crescimento de 16,2%.

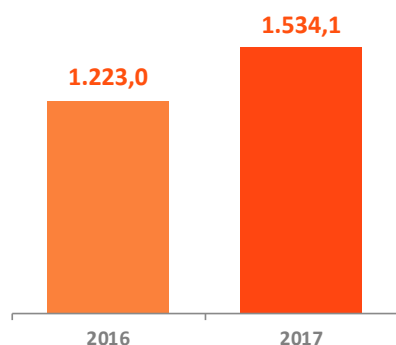
Empréstimos e adiantamentos a clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da carteira de crédito total somou R\$ 2.601,7 milhões bruto de provisão de perdas, apresentando uma variação positiva de 10,2% em relação a 31 de dezembro de 2016. A carteira de Crédito Imobiliário registrou crescimento de 15,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2016, totalizando R\$ 1.534 milhões em 31 de dezembro de 2017. Tal crescimento deve-se à estratégia do Banco de realizar investimentos contínuos no segmento, ofertando créditos com taxas acessíveis e com garantia, tendo o Financiamento Imobiliário como principal alavanca para esse crescimento. A carteira de Crédito Empresas em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$213,0 milhões e apresentou redução de 20,7% em relação a 31 de dezembro de 2016, é reflexo da consolidação da estratégia iniciada em 2016 de mudança no perfil de créditos concedidos no segmento, cujo foco passou a ser operações com 100% de garantia em duplicatas e recebíveis performados. A carteira de Crédito Pessoal, em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 681,3 milhões e por sua vez, apresentou queda de 19,3% em relação a 31 de dezembro de 2016.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

R\$ Milhões

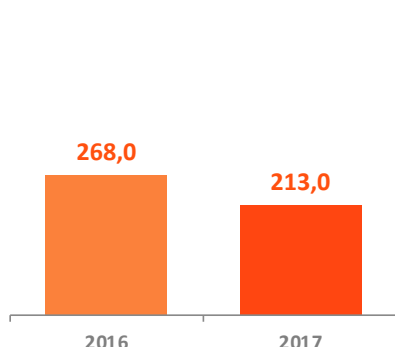
+25,44%



CRÉDITO EMPRESAS

R\$ Milhões

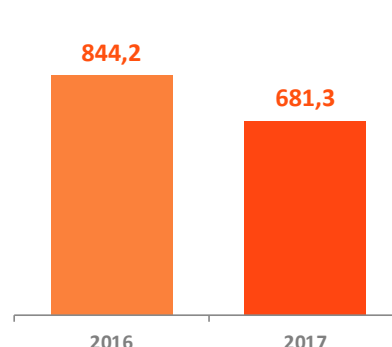
-20,53%



CRÉDITO PESSOAL

R\$ Milhões

-19,30%



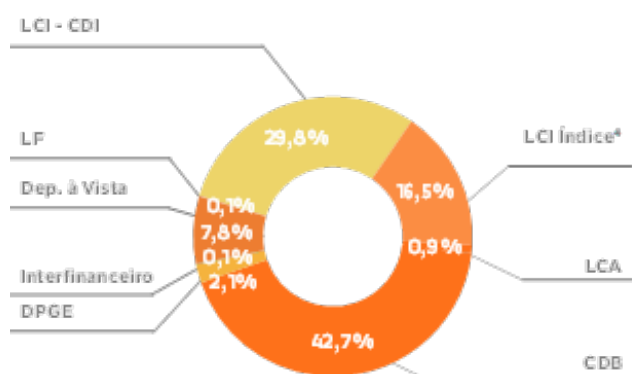
Passivos com clientes e instituições financeiras e títulos emitidos

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de passivos com clientes, com instituições financeiras e com títulos emitidos totais do Banco somou R\$ 3.026,6 milhões, 10,9% superior ao montante de R\$ 2.737,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2016. Esta evolução é explicada, principalmente, pela variação do saldo de letras de crédito, que aumentou 17,7% em relação ao ano anterior.

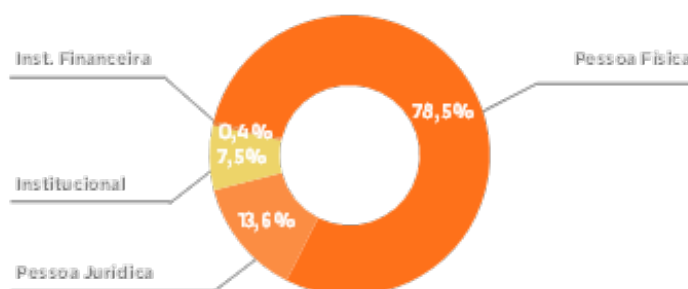
Os depósitos a prazo (CDB), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras (LF), representaram 90,4% dos depósitos totais (96,4% em dezembro de 2016), totalizando R\$ 2.730,2 milhões, um crescimento de 4,0% em relação ao ano anterior.

Já as operações de Depósitos a Prazo com Garantias Especiais (DPGE) encerraram o exercício em 31 de dezembro de 2017 com saldo de R\$ 63,6 milhões, redução de 43,2% em relação a 31 de dezembro de 2016, quando totalizavam R\$ 112,0 milhões, redução causada, principalmente, pela mudança estratégica implementada pelo Banco, optando por captar recursos através de sua base de clientes pulverizada e menos onerosa. O aumento da carteira de depósitos pode ser atribuído à (i) diversificação no *mix* de captações, em especial por meio da emissão de LCI e da pulverização da base de depositantes; e (ii) crescimento da base de clientes da conta digital. As LCIs indexadas ao IPCA e ao IGP-M (índices que medem a inflação no Brasil), surgiram como uma possibilidade de ofertar aos clientes rentabilidades indexadas a índices de preços, além de contribuir para o alongamento do prazo médio das captações do Banco.

Breakdown da Captação



Captação por Tipo de Investidor

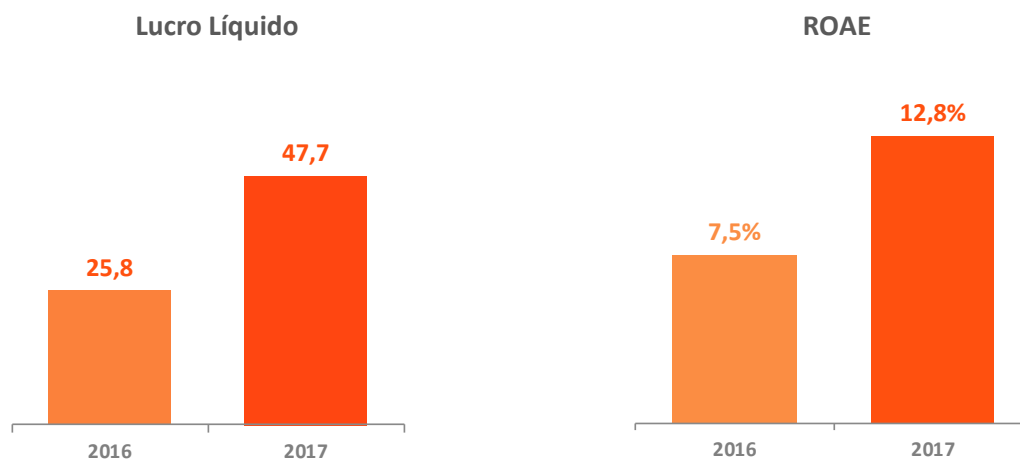


A Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros (“Inter Seguros”), controlada do Banco com atuação na área de corretagem de seguros, atingiu o saldo de R\$ 55,2 milhões em prêmios originados das seguradoras parceiras, no acumulado do ano de 2017, um aumento de 34,6% em relação a 2016, sendo a variação decorrente, principalmente, da expansão da base de clientes e da diversificação do portfólio de produtos por ela ofertados. Já a Inter DTVM, controlada do Banco com atuação na distribuição de valores mobiliários e gestão de ativos, atingiu a marca de R\$ 2,7 bilhões sob custódia, gestão e distribuição em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$ 1,9 bilhão em 31 de dezembro de 2016, resultado que decorre do aumento de 1.000% do número de clientes, se comparado ao ano anterior.

Destaques Econômico-Financeiros

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 47,7 milhões, correspondente a um aumento de 84,6% em relação ao ano anterior. O aumento do lucro líquido deve-se ao efeito de ações estratégicas que foram iniciadas em 2016 e intensificadas em 2017, com a finalidade de ampliar receitas, reduzir custos de *captação* e manter as provisões em níveis confortáveis. Dentre as principais ações estão: (a) aumento do controle sobre a inadimplência – atribuída à melhora do perfil da carteira de crédito, especialmente, pequenas e médias empresas com foco na concessão de crédito, com um *mix* de garantias envolvendo recebíveis e duplicatas; (b) *cross-selling* na plataforma digital – o Banco e suas controladas vêm se beneficiando da estratégia de venda cruzada de produtos, elevando as receitas de serviços e usando o canal de distribuição da conta digital para colocar os produtos de captação, o que resulta em uma redução significativa no custo de *funding*; e (c) limite no pagamento de comissão para correspondentes – o Banco limitou o percentual de pagamento de comissão para correspondentes bancários que atuam na concessão de empréstimos consignados e crédito imobiliário, o que colaborou para manutenção da carteira de crédito imobiliário e melhora da rentabilidade do crédito consignado.

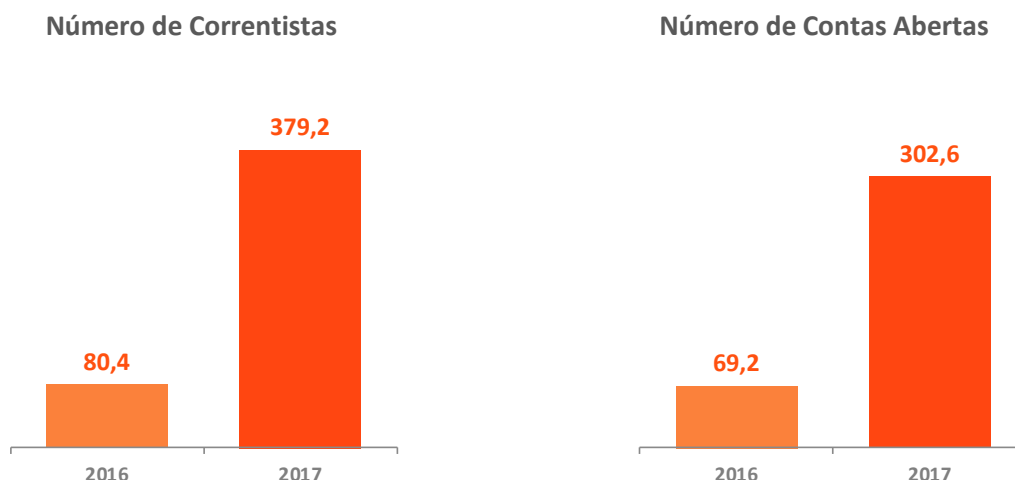
O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) que se refere ao Lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio do período, foi de 12,8% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 5,3 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2016, sendo que o ROAE foi de 7,5%.



Destaques Operacionais

Em 2017, foram implementadas melhorias no processo de abertura da conta digital. Ao todo, implementamos 47 melhorias em nossos robôs de abertura de conta, o que permitiu ao Banco aumentar a base de correntistas digitais para 379,2 mil ao final do ano, um crescimento de aproximadamente 371,0% em relação a 31 de dezembro de 2016, o que demonstra a consolidação da estratégia relacionada à Conta Digital Inter. Somente no mês de dezembro de 2017 foram abertas mais de 43 mil contas, com picos que ultrapassaram 2.500 novas contas abertas por dia (no total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o número de contas

abertas chegou a 302,6 mil, um aumento de 337,3% em relação a 2016). No encerramento de 2017 o número de cartões múltiplos foi de 161,5 mil unidades, gerando um crescimento expressivo no volume de transações realizadas com cartões Inter (que passaram de 1,0 milhão de transações em 2016 para 13,9 milhões de transações em 2017).



Em relação às operações de crédito, apresentou-se crescimento significativo na carteira de Crédito Imobiliário, enquanto vimos reduções nos segmentos de crédito consignado e empresas. Em 2017, demos continuidade a estratégia de mantermos uma carteira com alto percentual de garantia.

Destaques Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 472,3 milhões, 11,3% menor quando comparado com os R\$ 532,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. A rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa é composta por: (1) Caixa em moeda nacional predominantemente por Reservas livres no Banco Central, que são recolhidas para fins de cumprimento de compulsório sobre recursos à vista e microfinanças, (2) caixa em moeda estrangeira e, (3) principalmente por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez vencíveis em até 90 dias. Nesta rubrica, as Aplicações Interfinanceiras vencíveis até 90 dias, representam 88,3% do total do grupo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 99,4% do total deste grupo em 31 de dezembro de 2016.

Empréstimos

Em relação ao saldo de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2017, perfez um saldo de R\$ 90,9 milhões, enquanto o saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 representava R\$ 0,4 milhão, apresentando um aumento expressivo de R\$ 90,5 milhões. Esta variação decorreu, principalmente, do aumento das aplicações do Banco em depósitos interfinanceiros, em linha com os interesses da Administração no que diz respeito a prazo e remuneração das aplicações.

Quanto aos empréstimos e adiantamentos a clientes o saldo, líquido das provisões para perdas, somou R\$ 2.516,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 12,0% em relação a 31 de dezembro de 2016, quando o saldo de operações de crédito somou R\$ 2.245,7 milhões. A carteira de Crédito Imobiliário líquida de provisões para perdas registrou crescimento de 27,6% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.491 milhões em 31 de dezembro de 2017. Por sua vez, a carteira de Crédito Pessoal, descontadas as provisões para perdas, apresentou queda, em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 163,1 milhões, uma diminuição de 19,8% em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em razão da maior seletividade adotada pelo Banco na celebração de novos convênios e na manutenção dos convênios existentes, priorizando

as operações mais rentáveis. A carteira de Crédito Empresas, descontadas as provisões para perdas, apresentou redução de 16,8% em 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$ 201,4 milhões, tal redução é resultado da mudança de estratégia do banco na concessão de créditos para empresa, que agora requer um alto percentual de garantia baseado principalmente em duplicatas e recebíveis performados para financiamento a fornecedores de grandes empresas.

Passivo com Instituições Financeiras e Clientes

Os passivos com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2017, somaram R\$ 298,4 milhões, apresentando uma redução de 55,6% quando comparados com o saldo de R\$ 671,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Desta variação negativa, 54,5% refletem uma redução dos depósitos a prazo, ocorrida principalmente em função da estratégia do Banco e das condições de mercado vivenciadas no período.

Os passivos com clientes totalizaram R\$ 1.317,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 53,2% em relação a 31 de dezembro de 2016. O aumento está diretamente ligado às carteiras de depósitos a prazo e depósitos à vista, que refletiram o aumento do número de clientes do Banco e do volume de recursos por eles depositados.

Indicadores

São apresentados a seguir comentários sobre os principais indicadores do Banco:

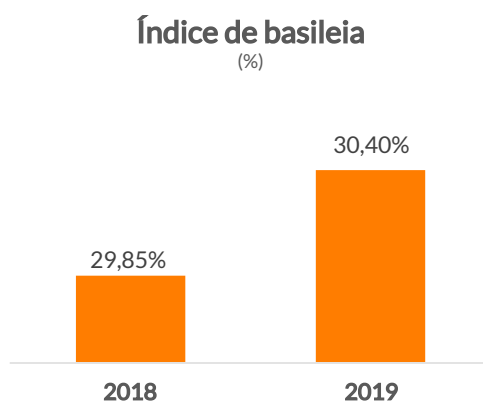
i) *Índice de Basileia*

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013, conforme alterada pela Resolução CVM nº 4.278 de 31 de outubro de 2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA). A tabela abaixo demonstra o Patrimônio de Referência do Banco, bem como o cálculo do Índice de Basileia, para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de			Variação entre 31 de dezembro de	
ÍNDICE DE BASILEIA	2019	2018	2017	2019 x 2018	2018 x 2017
Patrimônio de Referência (R\$ mil)	2.123.127	922.575	378.386	+130,13%	+143,82%
Índice de Basileia	30,40%	29,85%	17,15%	0,55 p.p.	12,70 p.p.

O Patrimônio de Referência (ou capital regulatório) é o montante de capital disponível levado em consideração para fins da determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras, e é composto por dois níveis. O capital de Nível I é representado pela composição do patrimônio líquido acrescido pelo saldo de determinadas reservas, rendas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central. Já o capital de Nível II é composto pelas reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, determinados instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros a realizar relacionados a ajustes no valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda.

De acordo com as diretrizes do Basileia III, o Patrimônio de Referência (PR), continua sendo constituído pelo somatório do Nível I e Nível II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar. No entanto, com o intuito de melhorar a qualidade do capital de instituições financeiras, o Basileia III restringe, para fins da composição do Capital Prudencial, a aceitação de instrumentos financeiros que não demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas e exige a redução dos ativos que, em determinadas situações, poderiam comprometer o valor do capital da instituição financeira em decorrência da baixa liquidez dos instrumentos, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração de valor.



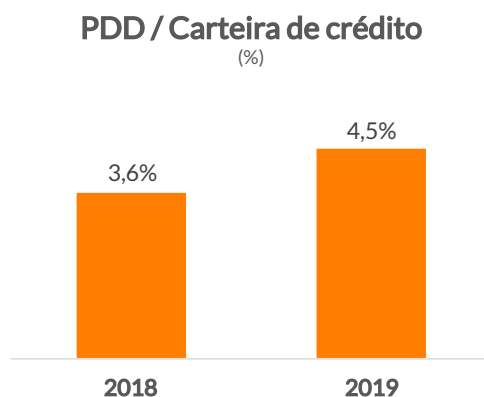
Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Banco era 30,40%, apresentando um aumento de 0,55 p.p. desse indicador no comparativo com 31 de dezembro de 2018. Tal variação decorreu principalmente do aumento do Patrimônio Líquido, resultado da emissão primária de ações – Follow On – realizada em julho de 2019.

Por sua vez, em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Basileia do Banco era 29,9%, apresentando um aumento de 12,7 p.p. desse indicador no comparativo com 31 de dezembro de 2017. Tal variação decorreu principalmente do Patrimônio Líquido, impulsionado pela abertura de capital.

i) Indicadores dos Empréstimos e adiantamentos a clientes

Considerando as Informações Trimestrais (Bacen GAAP), as quais são preparadas em prática contábil distinta das Demonstrações Financeiras anuais (IFRS), o percentual das provisões para crédito de liquidação duvidosa em relação ao total da carteira de crédito foi de 4,5% em 31 de dezembro de 2019, frente a 3,6% em 31 de dezembro de 2018. Para as informações trimestrais as provisões para crédito de liquidação duvidosa foram constituídas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Em conformidade com as Demonstrações financeiras em IFRS, o percentual das provisões para perdas por redução ao valor recuperável em relação ao total da carteira de crédito foi de 3,6% em 31 de dezembro de 2018, frente a 3,3% em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 0,28 p.p. quando comparado a 31 de dezembro de 2017. Ao longo do exercício de 2018, o Banco aumentou sua carteira de créditos, o que refletiu no aumento de R\$33,8 milhões no saldo de provisão constituída, quando comparados aos valores indicados em 31 de dezembro de 2017. Tal aumento origina-se pelo maior volume de transações em 2018, assim como pela transição para o IFRS 9, assunto este que está tratado com maior nível de detalhe no item 10.4.



Até 31 de dezembro de 2017, as normas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS) previam um modelo de provisionamento baseado na “perda incorrida”, conforme estabelece a IAS 39.

Considerando este modelo, um ou mais ativos financeiros são considerados como de recuperação questionável e têm perdas por redução do valor recuperável consideradas incorridas se: houver evidência objetiva da redução de seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos subsequentes ao reconhecimento inicial do ativo; e se esse evento de perda impactar os fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, desde que possa ser estimado de forma confiável.

A redução do valor recuperável nem sempre é causada por um evento único, sendo comum o efeito combinado de diversos eventos. Evidências objetivas sobre a recuperabilidade de ativos financeiros dependem de eventos observados e interpretados pela Administração do Banco, tais como:

1. Dificuldades financeiras do devedor ou emissor da dívida;
2. Atrasos no pagamento das parcelas contratadas, constituindo inadimplência e quebra de contrato;
3. Evidências de que o devedor ou emissor entrará em insolvência ou sofrerá reorganização financeira;
4. Acordos e renegociações de dívidas realizados pelo Banco na tentativa de reduzir a probabilidade de perda de ativo financeiro, devido às condições adversas nas condições financeiras do devedor;
5. Ausência de mercado para o tipo de ativo em avaliação, causando redução de seu valor recuperável;
e
6. Dados observáveis que indiquem redução mensurável nos fluxos de caixa futuros de ativos financeiros, por vezes ainda não observáveis como inadimplência em função de mudanças na situação financeira dos mutuários de um grupo específico, condições econômicas nacionais ou locais que possam acarretar em inadimplência.

A partir de 01 de janeiro de 2018, passou a vigorar a IFRS 9, alterando a forma de provisionamento para um modelo baseado em “perdas esperadas”. Para aplicação da norma, o Banco elaborou Manual que contempla novo modelo de provisionamento de risco de crédito com base no comportamento dos clientes em relação aos cenários macroeconômicos, com o objetivo de fornecer de maneira mais transparente as expectativas de perdas em seus empréstimos e adiantamentos a clientes.

O cálculo da perda esperada segue a abordagem tradicional, especificada pela IFRS 9, na qual são estimadas por meio da seguinte equação: $ECL = PD \times LGD \times EAD$, onde:

ECL = Expected credit loss – Perdas de crédito esperadas

PD = *probability of default* – Probabilidade de inadimplência;

LGD = *loss given default* – Perdas dada a inadimplência; e

EAD = *exposure at default* – Exposição na inadimplência.

Estas variáveis foram estimadas para o horizonte de 12 meses e horizonte considerando toda a vida da operação de crédito (*lifetime*). Ademais, foram incluídos no cálculo elementos visando prever mudanças da inadimplência advindos das alterações nos diferentes cenários macroeconômicos.

O referido modelo realiza a estimativa por carteira de crédito, assim segregada: a) cartão consignado; b) cartão múltiplo, c) crédito empresas, d) crédito imobiliário, e e) crédito pessoal, sendo este modelo entendido pela Administração como razoável em relação ao porte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável ficou em R\$ 119,4 milhões, 39,49% superior em relação a 31 de dezembro de 2017 onde o saldo era de R\$ 85,6 milhões.

b. Estrutura de capital

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de

(R\$ milhões— exceto percentuais)	2019		2018		2017	
		(%) Passivo Total		(%) Passivo Total		(%) Passivo Total
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (a)	10.053,2	100%	5.622,9	100%	R\$ 3.584,8	100,0%
Capital Próprio⁽¹⁾ (b)	2.159,6	21,48%	932,2	16,57%	R\$ 390,6	10,89%
Capital de Terceiros ⁽²⁾ (a) - (b)	7.893,6	78,52%	4.690,7	83,43%	R\$ 3.194,2	89,11%

(1) O capital próprio corresponde ao Patrimônio Líquido.

(2) O capital de terceiros é composto pelo Passivo.

O Banco entende que a atual estrutura de capital é adequada para o seu plano de negócios. O Índice de Basileia era de 39,40% em 31 de dezembro de 2019, nível considerado confortável frente às regras de capital mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, considerando este ser 8% a partir de 2019. A representatividade do capital de terceiros para o financiamento das operações considerada normal para a Administração do Banco, instituição cuja atuação principal é a intermediação financeira.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de gestão de ativos e passivos do Banco visa garantir que sua posição de capital esteja de acordo com as normas e diretrizes regulamentares aplicáveis. Particularmente, a política visa evitar descasamentos significativos entre ativos e passivos, otimizar a relação risco/retorno e assegurar que a disponibilidade de liquidez seja suficiente para honrar saques de depósitos, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidade de capital de giro.

A Tesouraria é responsável pela diversificação das fontes de captação de recursos, gestão de disponibilidades, controle de vencimentos, taxas de juros e moedas, e segue as políticas definidas pelo Comitê Financeiro (composto pelo Comitê Executivo, Diretor responsável pela área de Risco, Diretor responsável pela área de Planejamento e Diretor responsável pela área de Gerenciamento de Ativos e Passivos), que se reúne semanalmente para deliberar sobre tais políticas e avaliar sua implementação. Na Tesouraria, a área de gestão de ativos e passivos visa manter um equilíbrio adequado de distribuições de vencimento e diversificação de fontes de recursos financeiros. Com base nos níveis de recursos e na capacidade de obter acesso a recursos financeiros, a liquidez total do Banco é suficiente para cumprir as obrigações atuais junto aos clientes e detentores de títulos de dívida do Banco e/ou de suas controladas, bem como suportar possíveis futuras mudanças nos níveis de ativos e passivos e necessidades para capital de giro.

A Administração do Banco busca manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras e o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. O Banco procura garantir acesso contínuo a fontes diversificadas de financiamentos a custos eficientes.

A Administração do Banco acredita que na data deste Formulário de Referência a atual estrutura de capital aliada à estratégia aplicada na gestão de sua Tesouraria proporcionavam ao Banco plena capacidade de pagamento para fazer frente aos compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

O financiamento do capital de giro e dos ativos circulantes e não-circulantes do Banco é feito através de seu capital próprio, conforme descrito no item 10.1.b, e das captações de recursos realizadas junto a terceiros, demonstradas nas rubricas Passivos com Instituições Financeiras, Passivos com Clientes e Títulos emitidos, também descritas no item 10.1.f a seguir e nas demonstrações financeiras, que podem ser segregadas em:

- *Passivos com instituições financeiras e Passivos com clientes:* o Banco financia parte das suas operações por meio das seguintes formas de depósitos:
 - *Depósitos à vista:* Produto bancário que constitui uma das fontes de captação do Grupo, por meio da qual os clientes entregam ao Banco fundos que ficarão disponíveis para movimentação e saque a qualquer momento;
 - *Depósitos interfinanceiros:* Depósitos a prazo, sem emissão de certificado, utilizados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central para transferir recursos excedentes entre si, como forma de captação de recursos ou aplicação de recursos excedentes;
 - *Depósitos a prazo:* Produto bancário que constitui uma das fontes de financiamento do Grupo, por meio da qual os clientes entregam ao Banco fundos que ficarão disponíveis para retirada, juntamente com o pagamento de uma remuneração, uma vez transcorrido determinado período de tempo, conforme previamente acordado;
 - *Depósitos a Prazo com Garantias Especiais (DPGE):* Depósitos a prazo, sem emissão de certificado, captados por instituições financeiras e garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), cuja remuneração pode ser pré ou pós-fixada.
 - *Poupança:* opção de investimento altamente popular e acessível para clientes. Além de ser garantida pelo governo, a poupança tem suas regras de funcionamento definidas pelo Banco Central. A remuneração é regulamentada por lei e corresponde a até 0,5% de juros ao mês, a depender da variação da Taxa SELIC, calculados sobre os valores depositados, acrescida da variação da TR – Taxa Referencial. Valores mantidos em conta por período inferior a um mês não são remunerados.
 - *Certificados de Depósitos Bancários:* O certificado de depósito bancário é promessa de pagamento à ordem da importância do depósito, acrescida do valor da correção e dos juros convencionados, de emissão exclusiva de bancos e com prazo superior a 18 (dezoito) meses, nos termos da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada. Uma vez emitido pelo Banco, o certificado de depósito bancário, o crédito contra o Banco, pelo principal e pelos juros, não poderá ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embargo que impeça o pagamento da importância depositada e dos seus juros, mas o certificado de depósito poderá ser penhorado por obrigação do seu titular.
- *Títulos emitidos:*
 - *Letras de Crédito Imobiliário:* Títulos de renda fixa com lastro em créditos imobiliários com garantia por alienação fiduciária ou hipoteca de imóveis, emitidos nos termos da Lei n.º

10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada. Confere a seu titular um direito de crédito contra a instituição emissora pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados. A LCI poderá contar com garantia fidejussória adicional de instituição financeira e poderá ser garantida por um ou mais créditos imobiliários, mas a soma do principal das LCI emitidas não poderá exceder o valor total dos créditos imobiliários em poder da instituição emitente. A LCI não poderá ter prazo de vencimento superior ao prazo de quaisquer dos créditos imobiliários que lhe servem de lastro.

- *Letras de Crédito do Agronegócio*: Títulos de crédito nominativos, de livre negociação, representativos de promessa de pagamento em dinheiro e constituem título executivo extrajudicial, de emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas, com lastro em direitos creditórios do agronegócio, emitidos nos termos da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada. O valor da LCA não poderá exceder o valor total dos direitos creditórios do agronegócio a ela vinculados. A LCA confere direito de penhor sobre os direitos creditórios a ela vinculados, independentemente de convenção, sem prejuízo de outras garantias que venham a ser constituídas.
- *Letras Financeiras*: títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação de emissão exclusiva por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, com prazo de vencimento não inferior a 1 (um) ano, nos termos da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada. A Letra Financeira será emitida exclusivamente sob a forma escritural, mediante registro em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central. A Letra Financeira é título executivo extrajudicial, que pode ser executado independentemente de protesto, e pode, dependendo dos critérios de remuneração, gerar valor de resgate inferior ao valor de sua emissão. A Letra Financeira pode ser emitida com cláusula de subordinação aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, na hipótese de liquidação ou falência da instituição emissora e, nesse caso, pode ser utilizada para fins de composição do patrimônio de referência da instituição emitente, nas condições especificadas pelo CMN.
- *Obrigações por Empréstimo e Repasses*: Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal.
- *Letra Imobiliária Garantida*: Títulos de renda fixa emitidos por bancos, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento ou investimento, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo, criado pela Lei nº 13.907 de janeiro de 2015, com o objetivo de fomentar o mercado imobiliário no país, baseado no modelo reconhecido no exterior de *covered bonds*. São títulos transferíveis e de livre negociação, garantidos por carteira de ativos submetida ao agente fiduciário, o qual tem o dever de zelar pelo interesse dos investidores, monitorando as condições do título e da carteira de ativos. A LIG é o único título de captação bancária não antecipado automaticamente no caso de insolvência da instituição emissora. Caso isso ocorra, a carteira de ativos suprirá os pagamentos devidos aos investidores e o agente fiduciário assumirá a administração do título e da carteira.

O Banco tem acesso a diversificadas fontes de financiamento locais e externas, junto a diferentes categorias de investidores (pessoas físicas, empresas, fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, etc.). A decisão de utilizar uma ou outra fonte de financiamento leva em consideração a demanda dos clientes e as características das linhas (taxas, prazos, indexadores etc.). Historicamente, o Banco tem diversificado suas fontes de

financiamento, o que tem sido adequado ao controle de liquidez, pois proporciona a possibilidade de manter um saldo de caixa elevado, conforme explicado anteriormente, que se mostrou eficiente em períodos de crise de liquidez. O Banco tem mantido índices de liquidez significativamente superior aos limites estabelecidos como mínimos, e tendo como um dos principais pontos de sua política de captação de recursos o alongamento dos prazos, além dos esforços em manter o mesmo nível relativo de custos praticado atualmente.

A Administração do Banco acredita que sua atual política de captação de recursos e gestão de tesouraria para fins de gerenciamento de suas disponibilidades e de seu capital de giro estão adequadas às exigências regulatórias e o tornou capaz de fazer frente a todas as suas obrigações.

Segue abaixo um detalhamento das fontes de financiamento do Banco para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a) Passivos com Instituições Financeiras

Os valores a seguir referem-se às demonstrações financeiras anuais do Banco preparadas em conformidade com as IFRS.

(em reais mil)	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Depósitos a prazo	332.242	446.962	296.711
Depósitos interfinanceiros	640.610	259.318	1.009
Relações interdependências	1.149	440	676
Total de passivos com instituições financeiras	974.001	706.721	298.396

b) Passivos com Clientes

Os valores a seguir referem-se às demonstrações financeiras anuais do Banco preparadas em conformidade com as IFRS.

(em reais mil)	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Passivos com clientes			
Depósitos a vista	2.094.127	677.825	231.377
Depósitos a prazo	2.259.047	1.192.899	1.029.347
Depósitos poupança	307.098	73.778	-
Credores por recursos a liberar	54.167	65.437	56.288
Total de passivos com clientes	4.714.439	2.009.938	1.317.012

c) Títulos emitidos

Os valores a seguir referem-se às demonstrações financeiras anuais do Banco preparadas em conformidade com as IFRS.

(em reais mil)	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Letras de crédito do agronegócio	-	20.115	27.264
Letras financeiras	189.677	43.094	11.903
Letras de crédito imobiliário	1.695.690	1.719.428	1.372.012
Letras imobiliárias Garantidas	12.704	12.003	-
Total de títulos emitidos	1.898.071	1.794.640	1.411.179

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Fontes Adicionais de Captação

O Banco possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central que determina o volume de caixa mínimo, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. A posição de liquidez é administrada realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado. Além disso, o Banco possui acordos operacionais com os controladores que garantem liquidez mesmo em um cenário de crise.

O Banco avalia periodicamente suas necessidades de liquidez e capital mínimo, em linha com sua política de captação de recursos e gestão de tesouraria, não só para atender aos requisitos regulatórios, mas para assegurar uma gestão eficiente de seus recursos. Diante de uma necessidade o Banco poderá vir a contar com recursos provenientes de diversas fontes locais e externas, junto a diferentes categorias de investidores (pessoas físicas, empresas, fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, etc.). A decisão de utilizar uma ou outra fonte de financiamento leva em consideração a demanda dos clientes e as características das linhas (taxas, prazos, indexadores etc.).

A Administração acredita que o Banco será capaz de custear suas necessidades de capital de giro conforme elas se apresentem.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

O Banco não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o Banco não possuía captação de depósitos a prazo com garantia especial proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e em 31 de dezembro de 2017 o banco possuía R\$63,6 milhões. A redução no saldo de tais depósitos garantidos se deu principalmente em razão da mudança na estratégia adotada pelo Banco, optando por captar recursos através de sua base de clientes pulverizada e menos onerosa.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que são consideradas relevantes para o Banco e suas controladas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas do Banco. Contudo, as Letras Imobiliárias Garantidas (LIG) emitidas em 18 de dezembro de 2018 pelo Banco e que perfaziam o montante de R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$12,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), possuem lastro em operações de crédito imobiliário, que constituem patrimônio separado que, nos termos da regulamentação em vigor não responde pelas demais dívidas do Banco.

Na hipótese de concurso universal de credores, a ordem de preferência será estabelecida nos termos da Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974, com aplicação subsidiária da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

Por força do disposto no artigo 34 da Lei n.º 6.024/75, é possível aplicar a legislação falimentar subsidiariamente ao procedimento de liquidação extrajudicial de instituições financeiras, com a ressalva de que a Lei n.º 11.101/2005 somente será aplicável no que couber e não colidir com os preceitos da Lei 6.024/74.

Diante do exposto, o pagamento aos credores obedece à seguinte ordem: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, (ii) créditos tributários – excetuadas as multas tributárias, (iii) créditos quirografários, (iv) multas contratuais e as (v) penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas – inclusive as multas tributárias e créditos subordinados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Banco não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, não está sujeito a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário impostos por endividamento próprio.

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo CMN e o Banco Central para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o SFN, e a Resolução do Banco Central nº 4.019/2011, que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do SFN.

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade; (ii) de imobilizações, que limita a 50,00% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente; (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25,00% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

As normas também vedam às instituições financeiras a práticas de determinadas operações, com destaque para: a aquisição de imóveis não destinados a uso próprio, além de estabelecer limites aplicáveis às operações de crédito realizadas com partes relacionadas.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

O Banco não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, não possui quaisquer limites para utilização.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é condicionada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 8,0% (o Índice de Basileia do Banco em 31 de dezembro de 2019 era de 39,4%). Além disso, há restrições a concentração de risco, de forma que em 31 de dezembro de 2019, o valor limite para utilização dos financiamentos obtidos em operação de crédito a qualquer pessoa ou conjunto de pessoas agindo isoladamente ou em interesse comum era de R\$530,8 milhões (25% do Patrimônio de Referência de R\$2.123,1 milhões).

O Banco realizava periodicamente emissão de DPGE – Depósito à Prazo com Garantia Especial, em dois diferentes níveis (DPGE I – sem garantia pelo Fundo Garantidor de Crédito – e DPGE II – que contam com garantia pelo Fundo Garantidor de Crédito) o qual está sujeito a um limite regulatório. Em 31 de dezembro de 2017 o limite institucional para emissão de DPGE era de R\$781,2 milhões, sendo que haviam R\$22,0 milhões emitidos

em DPGE I e R\$16,9 milhões emitidos em DPGE II. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o Banco não possuía captação de depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), em razão de modificação de estratégia de negócios.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As variações relevantes nos itens principais do Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram preparadas de acordo com as IFRS.

Em 31 de dezembro de 2019 em comparação com 31 de dezembro de 2018

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco apresentam abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

	Em 31 de dezembro de				Variação
(R\$ mil)	2019	% Total	2018	% Total	2019 x 2018
					%
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	3.114.789	31,0%	1.546.065	27,5%	101,5%
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	648.377	6,4%	241.671	4,3%	168,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	4.561.824	45,4%	3.221.638	57,3%	41,6%
Títulos e Valores Mobiliários	1.155.094	11,5%	316.948	5,6%	264,4%
Ativos não circulantes mantidos para venda	121.632	1,2%	78.514	1,4%	54,9%
Imobilizado	91.851	0,9%	13.830	0,3%	564,1%
Intangível	79.248	0,8%	26.419	0,5%	200,0%
Ativos fiscais diferidos	88.385	0,9%	48.774	0,9%	81,2%
Outros ativos	192.054	1,9%	129.024	2,3%	48,9%
Total dos ativos	10.053.254	100,00%	5.622.883	100,0%	78,8%
PASSIVOS					
Passivos com instituições financeiras	974.001	9,7%	706.721	12,6%	37,8%
Passivos com clientes	4.714.439	46,9%	2.009.938	35,8%	134,6%
Títulos emitidos	1.898.071	18,9%	1.794.640	31,9%	5,8%
Instrumentos financeiros derivativos passivos	20.941	0,2%	996	0,0%	2002,5%
Empréstimos e repasses	29.800	0,3%	31.988	0,6%	-6,8%
Impostos correntes	18.202	0,2%	10.313	0,2%	76,5%
Provisões	22.055	0,2%	22.977	0,4%	-4,0%
Outros passivos	216.115	2,1%	113.122	2,0%	91,0%
Total dos Passivos	7.893.624	78,5%	4.690.695	83,4%	68,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.068.305	20,6%	848.760	15,1%	143,7%
Ações em tesouraria	-	0,0%	(432)	0,0%	-100,0%
Reservas de lucros	89.809	0,9%	85.658	1,5%	4,8%
Reserva de capital	1.119	0,0%	1.290	0,0%	-13,3%
Outros resultados abrangentes	(5.236)	-0,1%	-	0,0%	-100,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.456	0,0%	(3.340)	-0,1%	-143,6%
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	2.155.453	21,4%	931.936	16,6%	131,3%
Participações de acionistas não controladores	4.177	0,0%	252	0,0%	1557,5%
Total do patrimônio líquido	2.159.630	21,5%	932.188	16,6%	131,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	10.053.254	100,0%	5.622.883	100,0%	78,8%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa somou R\$3.114,8 milhões, comparado a R\$1.546,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é composta predominantemente por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, vencíveis em até 90 dias. Parte dos recursos captados por meio da oferta subsequente de ações (*follow-on*) foi mantida em aplicações interfinanceiras, elevando o saldo desta rubrica.

As Aplicações Interfinanceiras vencíveis até 90 dias representam 97,0% do total do grupo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 99,3% do total deste grupo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$3.249,8 milhões, apresentando um aumento de 92,8% em relação 31 de dezembro de 2018. Esta variação decorreu principalmente do aumento, pelo Banco, das suas aplicações no mercado aberto, principalmente em Letras do Tesouro Nacional (LTN), com os recursos captados por meio da oferta subsequente de ações (*follow-on*).

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras somou R\$648,4 milhões, enquanto o saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 representava R\$241,7 milhões apresentando um aumento de R\$406,7 milhões. Esta variação decorreu, principalmente, porque ao longo do exercício 2019, com o aumento do saldo da conta de recursos à vista, o Banco teve aumento em sua exigibilidade em moeda nacional, o que fez com que o saldo de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras aumentasse.

Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido das provisões para perdas, somou R\$4.561,8 milhões, apresentando um aumento de 41,6% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o saldo somou R\$3.221,6 milhões. O saldo da carteira de Crédito Imobiliário, líquido das provisões para perdas, registrou crescimento de 29,5% na comparação anual, totalizando R\$2.467,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Por sua vez, o saldo da carteira de Crédito Pessoal, líquido das provisões para perdas, em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$891,5 milhões, e apresentou um aumento de 28,9% em relação a 31 de dezembro de 2018. O saldo da carteira de Crédito Empresas, líquido das provisões para perdas, foi de R\$462,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e apresentou aumento de 81,6% em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em razão das operações de capital de giro com garantias imobiliárias. Não houve alteração na estratégia de atuação do Banco e suas controladas, com as operações de crédito focadas no segmento imobiliário em 2019 e 2018. O aumento das operações de crédito reflete o crescimento da base de clientes do Banco e maior oferta de produtos e soluções de crédito. A provisão para perdas por ajuste ao valor recuperável, em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$215,6 milhões, apresentando um aumento de 80,5% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o saldo desta rubrica somou R\$119,4 milhões. Este aumento é devido, principalmente, ao crescimento da carteira de cartão múltiplo e a maturação das perdas esperadas para outras carteiras.

Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de títulos e valores mobiliários foi de R\$1.155,1 milhões, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$316,9 milhões, apresentando um aumento de 264,4%. Nesta rubrica estão

registrados títulos de dívida pública como: Letras Financeiras do Tesouro, Certificados de recebíveis imobiliários, Certificados de recebíveis agronegócio, Debêntures, e Cotas de Fundos de Investimento. Estas últimas apresentaram a variação mais expressiva nos períodos em análise, passando de R\$65,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$449,6 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Ativos não circulantes mantidos para a venda

A rubrica de ativos não circulantes mantidos para a venda corresponde a bens recebidos em ação por recuperação de crédito e é composto por bens originalmente recebidos em garantia de operações de crédito e que foram retomados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessas operações, líquido das provisões para perdas, somou R\$121,6 milhões, apresentando um aumento de 54,9 % em relação a 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do aumento do saldo de imóveis retomados pelo Banco (Bens Não De Uso Próprio - BNUP), verificado em razão do aumento na inadimplência por parte dos mutuários.

Outros ativos

A rubrica de Outros Ativos é utilizada quando existe um direito do Banco que não se enquadra nas rubricas anteriores. Fazem parte dessa rubrica contábil: Despesas antecipadas, valores a receber de liquidações em instituições financeiras, depósitos judiciais e demais ativos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de operações denominadas Outros Ativos somou R\$192,1 milhões, apresentando um aumento de 48,9% em relação a 31 de dezembro de 2018. O principal aumento da rubrica está ligado diretamente aos valores a receber decorrentes de acordos por imóveis negociados em leilão.

Passivo

Passivos com instituições financeiras e passivos com clientes

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Passivos com Instituições Financeiras somou R\$974,0 milhões, apresentando um aumento de 37,8% quando comparado com o saldo de R\$706,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Deste aumento, R\$375,6 milhões, referem-se à variação do saldo de operações de relações interfinanceiras junto à bandeira do cartão no período, alavancado pelo aumento expressivo de operações.

Os Passivos com Clientes apresentaram saldo de R\$4.714,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 134,6% em relação a 31 de dezembro de 2018. O aumento está diretamente ligado às carteiras de depósito à prazo e depósito à vista que refletiram o aumento do número de clientes do Banco e ao consequente aumento do volume de recursos depositados.

Títulos emitidos

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de títulos emitidos somou R\$1.898,1 milhões, apresentando aumento de 5,8% em relação a 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, do acréscimo no saldo de operações compromissadas (recompras a liquidar), lastreadas com Letras do Tesouro Nacional (LTN).

Empréstimos e repasses

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações por empréstimos e repasses somou R\$29,8 milhões, apresentando uma redução de 6,8% em relação a 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, de maior volume de repasses para instituições oficiais no país, em virtude de operações de financiamento imobiliário. Apesar do aumento da carteira de crédito imobiliário, não necessariamente existe o repasse para

instituições financeiras oficiais do país, sendo em sua grande maioria, operações diretas com o Banco e suas controladas. A redução do saldo ilustra que não entraram novas operações no exercício, havendo somente o repasse financeiro.

Outros passivos

A rubrica de outros passivos é utilizada quando existe uma operação na qual o Banco possui uma obrigação que não está enquadrada em captação. Fazem parte dessa rubrica contábil: Valores a repassar e pagamentos diversos; Dividendos a pagar; Operações de câmbio; Operações de arrendamento e Outros.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de outros passivos somou R\$216,1 milhões, apresentando crescimento de 91,0% em relação a 31 de dezembro de 2018. Este aumento é devido, principalmente, à adoção da IFRS 16 para fins de mensuração dos arrendamentos. O Banco adotou a transição prospectiva, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2019, não rerepresentando os exercícios anteriores.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco atingiu R\$2.159,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 131,7% em relação aos R\$932,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018, resultante do lucro líquido de R\$58,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, do aumento de capital no valor de R\$1.250,2 milhões decorrente da emissão primária de ações realizada em julho de 2019, da capitalização de juros sobre capital próprio distribuídos a seus acionistas, de recompra de ações e de ajustes positivos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2018 em comparação com 31 de dezembro de 2017

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco apresenta abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de				Variação
	2018	% Total	2017	% Total	2018 x 2017 %
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	1.546.065	27,5%	472.262	13,2%	227,4%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	4.089	0,1%	-100,0%
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	241.671	4,3%	90.912	2,5%	165,8%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	3.221.638	57,3%	2.516.122	70,2%	28,0%
Títulos e Valores Mobiliários	316.948	5,6%	-	0,0%	100,0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	0,0%	314.408	8,8%	-100,0%
Ativos não circulantes mantidos para venda	78.514	1,4%	62.579	1,8%	25,5%
Imobilizado	13.830	0,3%	5.535	0,2%	149,9%
Intangível	26.419	0,5%	958	0,0%	2657,7%
Ativos fiscais diferidos	48.774	0,9%	29.196	0,8%	67,1%
Outros ativos	129.024	2,3%	88.991	2,5%	45,4%
Total dos ativos	5.622.883	100,0%	3.584.772	100,0%	56,9%
PASSIVOS					
Passivos com instituições financeiras	706.721	12,6%	298.396	8,3%	136,8%
Passivos com clientes	2.009.938	35,8%	1.317.012	36,7%	52,6%
Títulos emitidos	1.794.640	31,9%	1.411.179	39,4%	27,2%
Instrumentos financeiros derivativos passivos	996	0,0%	-	0,0%	100,0%
Empréstimos e repasses	31.988	0,6%	34.818	1,0%	-8,1%
Impostos correntes	10.313	0,2%	7.648	0,2%	62,2%
Provisões	22.977	0,4%	13.741	0,4%	67,2%
Outros passivos	113.122	2,0%	111.370	3,1%	0,4%
Total dos Passivos	4.690.695	83,4%	3.194.164	89,1%	46,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	848.760	15,1%	311.874	8,7%	172,2%
Ações em tesouraria	(432)	-0,0%	(2.284)	-0,1%	-81,1%
Reservas de lucros	85.658	1,5%	79.875	2,2%	7,2%
Reserva de capital	1.290	0,0%	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.340)	-0,1%	166	-	-2112,1%
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	931.936	16,6%	389.631	10,9%	139,2%
Participações de acionistas não controladores	252	0,0%	978	0,0%	-74,2%
Total do patrimônio líquido	932.188	16,6%	390.609	10,9%	138,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	5.622.883	100,0%	3.584.772	100,0%	56,9%

* Em 31 de dezembro de 2017 os valores de Títulos e valores mobiliários estavam classificados como Ativos financeiros disponíveis para venda. Estes valores foram reclassificados em 2018 quando da adoção inicial da IFRS 9.

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa somou R\$1.546,1 milhões, comparado a R\$472,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é composta predominantemente por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, vencíveis em até 90 dias. Ao longo do exercício 2018, com o aumento do saldo da conta de recursos à vista, o Banco teve aumento em sua exigibilidade em moeda nacional, o que fez com que o saldo de disponibilidades aumentasse.

As Aplicações Interfinanceiras vencíveis até 90 dias representam 99,3% do total do grupo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 e 88,3% do total deste grupo em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$1.535,6 milhões, apresentando um aumento de 268,2% em relação 31 de dezembro de 2017. Esta variação decorreu principalmente do aumento, pelo Banco, das suas aplicações no mercado aberto, principalmente em Notas do Tesouro Nacional (NTN).

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras somou R\$241,7 milhões, enquanto o saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 representava R\$90,9 milhões apresentando um aumento de R\$150,8 milhões. Esta variação decorreu, principalmente, do aumento das aplicações do Banco em depósitos interfinanceiros, em linha com os interesses da Administração no que diz respeito a prazo e remuneração da aplicação.

Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido das provisões para perdas, somou R\$3.221,6 milhões, apresentando um aumento de 28,0% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo somou R\$2.516,1 milhões. O saldo da carteira de Crédito Imobiliário, líquido das provisões para perdas, registrou crescimento de 27,8% na comparação anual, totalizando R\$1.905,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Por sua vez, o saldo da carteira de Crédito Pessoal, líquido das provisões para perdas, em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$691,7 milhões, e apresentou um aumento de 5,0% em relação a 31 de dezembro de 2017. O saldo da carteira de Crédito Empresas, líquido das provisões para perdas, foi de R\$254,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e apresentou aumento de 26,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em razão das operações de capital de giro com garantias imobiliárias. Não houve alteração na estratégia de atuação do Banco e suas controladas, com as operações de crédito focadas no segmento imobiliário em 2018 e 2017. O aumento das operações de crédito reflete o crescimento da base de clientes do Banco e maior oferta de produtos e soluções de crédito. A provisão para perdas por ajuste ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisões para perdas por ajuste ao valor recuperável foi de R\$119,4 milhões, apresentando um aumento de 39,5% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo desta rubrica somou R\$ 85,6 milhões. Este aumento é devido, principalmente, à adoção da IFRS 9 para fins de mensuração das perdas esperadas. O Banco adotou a transição prospectiva, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2018, não reapresentando os exercícios anteriores.

Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de títulos e valores mobiliários foi de R\$316,9 milhões, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$314,4 milhões, apresentando um aumento de 0,8%. Nesta rubrica estão registrados títulos de dívida pública como: Letras Financeiras do Tesouro, Certificados de recebíveis imobiliários, Certificados de recebíveis agronegócio, Debêntures, e Cotas do Fundo de Investimento.

Ativos não circulantes mantidos para a venda

A rubrica de ativos não circulantes mantidos para a venda corresponde a bens recebidos em ação por recuperação de crédito e é composto por bens originalmente recebidos em garantia de operações de crédito e que foram retomados. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessas operações, líquido das provisões para perdas, somou R\$78,5 milhões, apresentando um aumento de 25,5% em relação a 31 de dezembro de 2017, decorrente principalmente do aumento do saldo de imóveis retomados pelo Banco (Bens Não De Uso Próprio - BNUP), verificado em razão do aumento na inadimplência por parte dos mutuários.

Outros ativos

A rubrica de Outros Ativos é utilizada quando existe um direito do Banco que não se enquadra nas rubricas anteriores. Fazem parte dessa rubrica contábil: Despesas antecipadas, valores a receber de liquidações em instituições financeiras, depósitos judiciais e demais ativos. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de operações denominadas Outros Ativos somou R\$129,0 milhões, apresentando uma redução de 46,6% em relação a 31 de dezembro de 2017. A principal redução da rubrica está ligada diretamente às despesas antecipadas decorrente da implementação da estratégia do Banco de limitar as comissões junto aos correspondentes bancários.

Passivo

Passivos com instituições financeiras e passivos com clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de Passivos com Instituições Financeiras somou R\$706,7 milhões, apresentando um aumento de 136,8% quando comparado com o saldo de R\$ 298,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Deste aumento, R\$258,3 milhões, referem-se a novas captações, ou seja, ao aumento de depósitos interfinanceiros no período.

Os Passivos com Clientes apresentaram saldo de R\$2.009,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 52,6% em relação a 31 de dezembro de 2017. O aumento está diretamente ligado às carteiras de depósito à prazo e depósito à vista que refletiram o aumento do número de clientes do Banco e ao consequente aumento do volume de recursos depositados.

Títulos emitidos

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de títulos emitidos somou R\$1.794,6 milhões, apresentando aumento de 27,2 % em relação a 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente, do acréscimo no saldo de Letras de Crédito Imobiliário de 24,9%. Esse aumento foi decorrente da atratividade da Letra de Crédito Imobiliário para os clientes do Banco, uma vez que são remuneradas a melhores taxas e com um valor inicial de investimento baixo. Tal estratégia de remuneração diferenciada é utilizada pelo Banco com o intuito de captar mais clientes. Destaca-se também a evolução das carteiras de Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Financeiras do Tesouro que, juntas, apresentaram aumento de R\$24,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a

31 de dezembro de 2017. Em 2018 foi realizada a primeira emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG) no montante de R\$12,0 milhões.

Empréstimos e repasses

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de obrigações por empréstimos e repasses somou R\$32,0 milhões, apresentando uma redução de 8,1% em relação a 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente, de maior volume de repasses para instituições oficiais no país, em virtude de operações de financiamento imobiliário. Apesar do aumento da carteira de crédito imobiliário, não necessariamente existe o repasse para instituições financeiras oficiais do país, sendo em sua grande maioria, operações diretas com o Banco e suas controladas. A redução do saldo ilustra que não entraram novas operações no exercício, havendo somente o repasse financeiro.

Outros passivos

A rubrica de outros passivos é utilizada quando existe uma operação na qual o Banco possui uma obrigação que não está enquadrada em captação. Fazem parte dessa rubrica contábil: Valores a repassar e pagamentos diversos; Dividendos a pagar; Operações de câmbio e Outros.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de outros passivos somou R\$113,1 milhões, apresentando crescimento de 1,6% em relação a 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu principalmente dos valores a repassar e pagamentos diversos que aumentaram em 24,8%. Trata-se de valores recebidos pelo Banco que tem que ser repassados às instituições financeiras.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco atingiu R\$932,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 138,7% em relação aos R\$390,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2017, resultante do lucro líquido de R\$55,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, do aumento de capital no valor de R\$553,9 milhões decorrente da capitalização de juros sobre capital próprio distribuídos a seus acionistas, de recompra de ações e de ajustes negativos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do Banco e suas controladas, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais do Banco são oriundos principalmente das operações do Banco, através dos produtos do crédito imobiliário, crédito empresas e crédito consignado.

(R\$ mil, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2019	(%) do Total	2018	(%) do Total	2017	(%) do Total
Receita de juros ⁽¹⁾	775.516	79,1%	614.063	90,47%	497.227	85,75%
Receita de serviços e comissões ⁽²⁾	130.457	13,3%	60.545	8,92%	42.431	7,32%
Receita de títulos e valores mobiliários ⁽³⁾	70.634	7,2%	20.771	3,06%	29.546	5,10%
Resultado de instrumentos financeiros derivativos ⁽³⁾	4.235	0,4%	(16.632)	(2,45%)	10.671	1,84%
Receitas Totais	980.842	100%	678.747	100%	579.875	100%

⁽¹⁾ Receitas provenientes dos empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco e aplicações financeiras realizadas em outras instituições financeiras.

⁽²⁾ Receitas de taxas e comissões, que incluem comissões, taxas de administração de fundos de investimentos e outras.

⁽³⁾ Receitas das operações de hedge através de swaps de taxas de juros e indexadores, visando cobrir exposições em operações ativas e passivas relacionadas à carteira de crédito e de captações.

De forma geral, independente das práticas contábeis em questão, as variações na receita do Banco estão intrinsecamente relacionadas à variação das taxas de juros e na variação da demanda por crédito.

Os resultados operacionais do Banco são oriundos principalmente das operações do Banco, através dos produtos do crédito imobiliário, crédito empresas e crédito consignado.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores entendem que os principais fatores que impactaram os resultados operacionais do Banco são:

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Os resultados do Banco são afetados pelas condições da economia brasileira. O cenário macroeconômico brasileiro se caracterizou por uma diminuição acentuada da atividade econômica nos anos de 2017 e 2018, porém apresentou uma retomada gradual nos últimos meses de 2018 e no ano de 2019.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), com base no ano de 2019 o PIB registrou alta de 1,1% se comparado ao ano de 2018. Destacamos o consumo como ponto positivo do ano, apresentando alta de 1,8% em 2019.

Disponibilidade de crédito

No âmbito da demanda, o consumo interno das famílias avançou 2,1% em 2019. O aumento das taxas de emprego e crescimento da massa salarial contribuíram para tal melhora, que também foi estimulado pela liberação do FGTS e a redução da taxa Selic.

O processo de retomada do crescimento e melhoria do mercado de trabalho sinalizou melhora no primeiro trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve redução da taxa de desocupação. De acordo

com os dados divulgados pelo IBGE a taxa média de desocupação situou-se em 11,9% em 2019 ante 12,3% em 2018.

A inflação medida pela variação do IPCA alcançou 4,31% em 2019, ficando acima do limite superior da meta estabelecida pelo CMN no âmbito do regime de metas para a inflação, que era de 4,25%.

Flutuações nas Taxas de juros

Mudanças nos volumes dos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam as receitas e despesas financeiras do Banco e suas controladas. Por exemplo, um aumento na receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume dos empréstimos em aberto.

Avaliando o cenário econômico atual de forma macro, é constatado que emprestar dinheiro vem sendo um desafio diário. No momento de instabilidade financeira, existe a uma retração econômica, onde as pessoas estão guardando dinheiro ou buscando taxas de juros mais atrativas, caso necessite de um empréstimo. Vislumbrando esse cenário, o Banco vem trabalhando para deixar as taxas de juros mais atrativas, correlacionando a necessidade do cliente e também a necessidade do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Carteira de Crédito Imobiliário do Banco, sem considerar as provisões para perdas, totalizou R\$2.519,2 milhões, ou 52,7% do saldo total da carteira de operação de crédito R\$4.777,4 milhões. Dada a representatividade da carteira de Crédito Imobiliário em nossa Carteira de Crédito Total, estamos expostos a variações no mercado imobiliário brasileiro, inclusive políticas do Governo Federal que estimulam ou restringem tal mercado. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança ("Abecip"), o Brasil registrou aumento de 15% em financiamentos imobiliários, com *funding* em SBPE e FGTS em 2019 quando comparado à 2018. Além desses fatores, a Administração do Banco não vislumbra outros que sejam capazes de interferir materialmente no resultado do Banco.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstrações do Resultado relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (os números contábeis constantes deste capítulo estão apresentados em IFRS)

O Banco apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre seus resultados:

(R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2019 x 2018 %
	2019	% TOTAL	2018	% TOTAL	
Receitas de juros	775.516	100,0%	614.063	100,0%	26,3%
Despesas de juros	(264.833)	34,1%	(217.221)	35,4%	21,9%
Resultado líquido de juros	510.683	65,9%	396.842	64,6%	28,7%
Receitas de serviços e comissões	130.457	16,8%	60.545	9,9%	115,5%
Despesas de serviços e comissões	(27.526)	3,5%	(34.626)	5,6%	-20,5%
Resultado líquido de serviços e comissões	102.931	13,3%	25.919	4,2%	297,1%
Receitas de títulos e valores mobiliários	70.634	9,1%	20.771	3,4%	240,1%
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	4.235	0,5%	(16.632)	2,7%	-125,5%
Outras receitas	52.843	6,8%	38.647	6,3%	36,7%
Receitas	741.326	95,6%	465.547	75,8%	59,2%
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(137.371)	17,7%	(49.177)	8,0%	179,3%
Despesas de pessoal	(169.198)	21,8%	(118.477)	19,3%	42,8%
Depreciação e amortização	(17.460)	2,3%	(2.608)	0,4%	569,5%
Outras receitas (despesas) administrativas	(370.413)	47,8%	(225.837)	36,8%	64,0%
Resultado antes dos impostos	46.884	6,0%	69.448	11,3%	-32,5%
Imposto sobre a renda e contribuição social corrente	(5.859)	0,8%	(12.659)	2,1%	-53,7%
Imposto sobre a renda e contribuição social diferido	17.065	2,2%	(1.016)	0,2%	-1779,6%
Lucro líquido do exercício	58.090	7,50%	55.773	9,1%	4,2%
Lucro atribuível aos:					
Acionistas controladores	55.403		53.679		
Acionistas não controladores	2.687		2.094		
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias	0,3563		0,5922		
Ações preferenciais	0,3563		0,5922		
Lucro diluído por ação (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias	0,3529		0,5901		
Ações preferenciais	0,3529		0,5901		

Resultado líquido de Juros

O resultado líquido de juros aumentou em 28,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, atingindo R\$510,7 milhões, comparado com R\$396,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Receita de juros: as receitas de juros sofreram aumento de 26,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo as principais variações decorrentes da receita de juros de aplicações interfinanceiras e receita de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes, explicadas a seguir:

- a) *Resultado de aplicações interfinanceiras:* o resultado de aplicações interfinanceiras apresentou aumento de 125,4% ou R\$77,7 milhões comparado aos resultados obtidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento das receitas é decorrente do maior volume de aplicações interfinanceiras realizadas durante o exercício de 2019.
- b) *Receita de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes:* Houve um aumento da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes em 41,6% em 31 de dezembro de 2019, desconsiderados os efeitos de provisões para perdas, quando comparado ao mesmo período de 2018. Neste mesmo período de comparação as receitas de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes sofreram aumento de 15,4%. Esse aumento está diretamente ligado à carteira de cartão de crédito, a qual cresceu 123,9% no acumulado ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao acumulado ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Despesas de juros: despesas decorrentes da remuneração pagas com operações de captação no mercado, representadas por recursos obtidos no mercado local através de Passivos com instituições financeiras (Depósitos a Prazo e Depósitos Interfinanceiros), Passivos com clientes (Depósitos a prazo) e Títulos emitidos, Letras Financeiras (LFs) e Letras de crédito imobiliário (LCIs). As despesas decorrentes da remuneração pagas com operações de captação no mercado aumentaram 21,9%, atingindo R\$264,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$217,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao aumento das despesas de juros com depósitos a prazo e letras de crédito imobiliário, proveniente do aumento da carteira de depósitos à prazo em 58,0%.

Resultado líquido de serviços e comissões

O Resultado líquido de serviços e comissões aumentou em 297,1%, sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$102,9 milhões, comparado com o resultado de R\$25,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sendo que este aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- *Receita de serviços e comissões:* Com o crescimento do volume de operações do Banco, as receitas de serviços e comissões apresentaram um crescimento de 115,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este crescimento está atrelado ao aumento das rendas de intercâmbio, as quais cresceram 199,2%, totalizando R\$58,2 milhões em 2019 (R\$19,4 milhões em 2018).
- *Despesas de serviços e comissões:* Este grupo é representado por despesas de comissões e intermediação, as quais reduziram em 20,5%, totalizando R\$27,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$34,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2018. Esta redução está vinculada, principalmente, ao fato de o Banco ter encerrado por completo, desde agosto de 2018, as concessões de crédito consignado através de correspondentes bancários. Assim, tais despesas vem sendo apropriadas em proporção cada vez menor, até o prazo final dos contratos que as originaram.

Receitas de títulos e valores mobiliários

As receitas de títulos e valores mobiliários aumentaram 240,1%, atingindo R\$70,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparada com R\$20,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento é resultado do volume médio de títulos e valores mobiliários negociados, letras financeiras do tesouro e cotas de fundo de investimentos.

Resultado de instrumentos financeiros derivativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o Banco obteve resultado positivo de instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$4,2 milhões, frente ao resultado negativo de R\$16,6 milhões obtidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, resultados estes obtidos nas operações de *hedge* realizadas para fins de proteção do Banco às variações do IGP-M nas operações de Empréstimos e adiantamentos a clientes, especificamente em relação às operações de Empréstimos e financiamentos imobiliários.

Outras receitas

Outras receitas aumentaram em 36,7%, atingindo R\$52,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$38,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido a receita com câmbio, e maior recuperação de provisões e encargos.

Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros é apresentado líquido de reversões e recuperação de créditos baixados. O aumento de 179,3%, passando de R\$49,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$137,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento tem relação com o crescimento dos saldos de Empréstimos e adiantamentos a clientes, principalmente em relação à carteira de cartão de crédito, produto que apresenta maior risco de crédito.

Despesas de pessoal

As despesas de pessoal consistem essencialmente em despesas com remuneração fixa e variável de colaboradores. As despesas de pessoal aumentaram 42,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, atingindo R\$169,2 milhões, comparado com R\$118,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, resultante principalmente do aumento do número total de colaboradores no período, de aproximadamente 36,7%.

Outras receitas (despesas) administrativas

Outras despesas administrativas consistem em despesas com processamento de dados, propaganda e publicidade, serviços técnicos especializados, tributárias, dentre outras despesas. Este grupo apresentou aumento de 64%, atingindo R\$370,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$225,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente

devido ao aumento de despesas com processamento da bandeira de cartões, aumento de despesas com manutenção de sistemas, aumento de despesas com *call center* e aumento de despesas com publicidade e propaganda.

Resultado antes dos impostos

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado antes dos impostos reduziu 32,5%, atingindo R\$46,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$69,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido corresponderam a R\$11,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R\$13,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A variação entre os exercícios decorre principalmente de um maior volume de créditos tributários decorrente do regime de apuração do lucro baseado em lucro real.

Lucro líquido

Em razão dos fatores descritos acima, o lucro líquido do Banco apresentou aumento de 4,2%, sendo R\$58,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$55,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Demonstrações do Resultado relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (os números contábeis constantes deste capítulo estão apresentados em IFRS)

O Banco apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre seus resultados:

(R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	% TOTAL	2017	% TOTAL	Variação 2018 x 2017 %
Receitas de juros	614.063	100,00%	497.227	100,00%	23,50%
Despesas de juros	(217.221)	35,40%	(276.430)	55,60%	-21,40%
Resultado líquido de juros	396.842	64,60%	220.797	44,40%	79,70%
Receitas de serviços e comissões	60.545	9,90%	42.431	8,50%	42,70%
Despesas de serviços e comissões	(34.626)	5,60%	(17.200)	3,50%	101,30%
Resultado líquido de serviços e comissões	25.919	4,20%	25.231	5,10%	2,70%
Receitas de títulos e valores mobiliários	20.771	3,40%	29.546	5,90%	-29,70%
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(16.632)	2,70%	10.671	2,10%	-255,90%
Outras receitas	38.647	6,30%	12.924	2,60%	199,00%
Receitas	465.547	75,80%	299.169	60,20%	55,60%
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(49.177)	8,00%	(24.128)	4,90%	103,80%
Despesas de pessoal	(118.477)	19,30%	(85.380)	17,20%	38,80%
Depreciação e amortização	(2.608)	0,40%	(1.382)	0,30%	88,70%
Outras receitas (despesas) administrativas	(225.837)	36,80%	(135.516)	27,30%	66,60%
Resultado antes dos impostos	69.448	11,30%	52.763	10,60%	31,60%
Imposto sobre a renda e contribuição social corrente	(12.659)	2,10%	(1.256)	0,30%	907,90%
Imposto sobre a renda e contribuição social diferido	(1.016)	0,20%	(3.826)	0,80%	-73,40%
Lucro líquido do exercício	55.773	9,10%	47.681	9,60%	17,00%
Lucro atribuível aos:					
Acionistas controladores	53.679		47.078		
Acionistas não controladores	2.094		603		
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias	0,5922		0,6595		
Ações preferenciais	0,5922		0,6595		
Lucro diluído por ação (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias	0,5901		0,6595		
Ações preferenciais	0,5901		0,6386		

Resultado líquido de Juros

O resultado líquido de juros aumentou em 79,73% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingindo R\$396,8 milhões, comparado com R\$220,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Receita de juros: as receitas de juros sofreram aumento de 23,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sendo as principais variações decorrentes da receita de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes, receita de juros de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras e rendas de operações de câmbio, explicadas a seguir:

- c) *Receita de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes:* Houve um aumento da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes em 28,4% em 31 de dezembro de 2018, desconsiderados os efeitos de provisões para perdas, quando comparado ao mesmo período de 2017. Neste mesmo período de comparação as receitas de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes sofreram aumento de 26,1%. Esse aumento está diretamente ligado à carteira de cartão de crédito, a qual cresceu 356,94% no acumulado ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao acumulado ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.
- d) *Resultado de aplicações interfinanceiras:* o resultado de aplicações interfinanceiras apresentou aumento de 2,9% ou R\$1,7 milhões comparado aos resultados obtidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento das receitas é decorrente do maior volume de aplicações interfinanceiras realizadas durante o exercício de 2018.

Despesas de juros: despesas decorrentes da remuneração pagas com operações de captação no mercado, representadas por recursos obtidos no mercado local através de Passivos com instituições financeiras (Depósitos a Prazo e Depósitos Interfinanceiros), Passivos com clientes (Depósitos a prazo) e Títulos emitidos (Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), Letras Financeiras (LFs) e Letras de crédito imobiliário (LCIs). As despesas decorrentes da remuneração pagas com operações de captação no mercado reduziram 21,4%, atingindo R\$217,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com R\$276,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido à redução das despesas de juros com depósitos a prazo e letras de crédito imobiliário, proveniente da redução da taxa Selic de 6,9% em 31 de dezembro de 2017 para 6,3% em 31 de dezembro de 2018.

Resultado líquido de serviços e comissões

O Resultado líquido de serviços e comissões aumentou em 2,7%, sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$25,9 milhões, comparado com o resultado de R\$25,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, sendo que este aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- *Receita de serviços e comissões:* Com o crescimento do volume de operações do Banco, as receitas de serviços e comissões apresentaram um crescimento de 42,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este crescimento está atrelado ao aumento das rendas de intercâmbio no qual cresceu 100%, totalizando R\$19,4 milhões em 2018 (R\$0 milhões em 2017).

Despesas de serviços e comissões: Este grupo é representado por despesas de comissões e intermediação, as quais aumentaram em 101,3%, totalizando R\$34,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com R\$17,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento está vinculado, principalmente, à ampliação da plataforma digital, uma vez que é necessário maior contratação de serviços para funcionamento da plataforma.

Receitas de títulos e valores mobiliários

As receitas de títulos e valores mobiliários diminuíram 29,7%, atingindo R\$20,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparada com R\$29,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta queda é resultado do volume médio de títulos e valores mobiliários negociados, letras financeiras do tesouro e cotas de fundo de investimentos

Resultado de instrumentos financeiros derivativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 o Banco obteve resultado negativo de instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$16,6 milhões frente ao resultado positivo de R\$10,7 milhões obtidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, resultados estes obtidos nas operações de *hedge* realizadas para fins de proteção do Banco às variações do IGP-M nas operações de Empréstimos e adiantamentos a clientes, especificamente em relação às operações de Empréstimos e financiamentos imobiliários.

Outras receitas

Outras receitas aumentaram em 199,0%, atingindo R\$38,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$ 12,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido a receita com cartões, e maior recuperação de encargos.

Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros é apresentado líquido de reversões e recuperação de créditos baixados. O aumento de 103,8%, passando de R\$24,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$49,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento tem relação com o crescimento dos saldos de Empréstimos e aditamentos a clientes, principalmente em relação à carteira de cartão de crédito, produto que apresenta maior risco de crédito.

Despesas de pessoal

As despesas de pessoal consistem essencialmente em despesas com remuneração fixa e variável de colaboradores. As despesas de pessoal aumentaram 38,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingindo R\$118,5 milhões, comparado com R\$85,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, resultante principalmente do aumento do número total de colaboradores no período, de aproximadamente 48,76%.

Outras receitas (despesas) administrativas

Outras despesas administrativas consistem em despesas com processamento de dados, propaganda e publicidade, serviços técnicos especializados, tributárias, dentre outras despesas. Este grupo apresentou aumento de 66,65%, atingindo R\$225,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com R\$135,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao aumento de despesas com processamento de dados e informática, aumento de despesas com manutenção de sistemas e aumento de despesas com publicidade e propaganda, principalmente no esporte, como, por exemplo, em razão do patrocínio ao São Paulo Futebol Clube.

Resultado antes dos impostos

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado antes dos impostos aumentou 31,62%, atingindo R\$69,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com R\$52,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido corresponderam a R\$13,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação entre os exercícios decorre principalmente de um maior lucro tributável decorrente do regime de apuração do lucro baseado em lucro real.

Lucro líquido

Em razão dos fatores descritos acima, o lucro líquido do Banco apresentou aumento de 16,97%, sendo R\$55,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$47,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Lançada em 2015, a Conta Digital é hoje o principal foco do Banco. Com a introdução desse novo produto, todos os serviços que o Banco já oferecia foram incorporados em plataforma digital e integrada.

A Conta Digital impactou os resultados do Banco em vários aspectos desde o seu lançamento, como por exemplo ampliando significativamente o número de clientes e consequentemente sendo responsável pela diminuição constante e gradual do custo de captação. Além disso, a conta digital contribuiu para a maior pulverização da base de depositantes e permitiu ao Banco ganharem em escala com seus produtos e serviços.



c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Banco:

O IGP-M 20129 fechou o ano em 7,3%, impactando positivamente as receitas de juros indexadas a este índice. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as receitas de juros indexadas aos indicadores de preço foram positivamente impactadas em razão da inflação ocorrida no exercício, conforme medida pelo IGP-M, índice que apresentou alta de 7,6%. Já em 2017 as receitas de juros indexadas aos indicadores de preço foram negativamente impactadas, visto que o IGP-M apresentou deflação de 0,5%.

Não há outros fatores que afetaram significativamente as receitas atribuíveis ao impacto da variação cambial e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Banco nos últimos três exercícios sociais e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O Banco está sujeito a determinados riscos de mercado que estão diretamente relacionados com variação das taxas de câmbio, taxa de juros, inflação e variação de preços. Esses riscos estão explicitados no Item 4.2 deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Dois segmentos operacionais foram introduzidos no âmbito das atividades da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quais sejam prestação de serviços e fundos de investimento.

As receitas do Banco relativas às atividades relacionadas a operações de câmbio ainda apresentaram montante incipiente, correspondendo a R\$ 0,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, mas está alinhada com sua estratégia de oferecer aos seus clientes uma ampla variedade de serviços por meio da plataforma digital do Banco.

b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Em novembro de 2019 foi lançado o Super App, que é a combinação de uma plataforma completa de serviços financeiros com uma oferta de produtos não bancários. A partir desta estratégia de constituição de uma empresa de Marketplace buscou-se, além ser uma plataforma de distribuição de serviços, oferecer mais vantagens e conveniência aos clientes. Através dessa comodidade, espera-se aumento de engajamento e geração de receitas.

Também em novembro de 2019, o Banco Inter S.A. assinou o Memorando de Entendimento Vinculante para aquisição de 70% de participação societária na DLM Invista. O fechamento definitivo da operação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2020, e, por isso, os resultados da DLM passarão a ser consolidados no exercício de 2020.

Em 27 de junho de 2019 foi concluída a operação de venda pelo Banco Inter de 40% das quotas de emissão da Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros à Wiz Soluções e Corretagem de Seguros. O Banco Inter mantém o controle da operação da Inter Seguros.

Em 18 de janeiro de 2019 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas da Inter Asset, por meio do qual o Banco adquiriu quotas do capital social da Inter Asset equivalente a 99,99% de seu capital social.

Durante o exercício de 2018 o Banco adquiriu o restante das cotas de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda e adquiriu mais 3% do capital da controlada Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., possuindo assim 98% desta.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte do Banco.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não ocorreu nenhum evento ou operação não usual no Banco que tenha causado ou que se espera que venha causar algum impacto significativo em seus resultados.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Com relação às demonstrações financeiras em IFRS, em 1º de janeiro de 2019 entraram em vigor as normas contábeis IFRS 16 e IFRIC 23. O IFRS 16 foi adotado utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o IAS 17 e interpretações relacionadas. Já em relação ao IFRIC 13, não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras do Banco Inter.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis, uma vez que o Banco e suas controladas aplicaram inicialmente a IFRS 9 (a) e a IFRS 15 (b). Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Banco. Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis aplicáveis ao Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Banco na aplicação dessas normas, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

A adoção da IFRS 15 não impactou o prazo ou o valor da receita de taxas e comissões de contratos com clientes e os ativos e passivos relacionados reconhecidos pelo Banco e suas controladas. Consequentemente, o impacto na informação comparativa é limitado a novos requisitos de divulgação.

(a.1) Arrendamento (aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019)

Anteriormente, determinava-se, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o IFRIC 4 “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”. Atualmente, é necessário avaliar se um contrato é ou contém um arrendamento, com base na definição de arrendamento. Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, aplicou-se o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O IFRS 16 foi aplicado apenas aos contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Transição para a IFRS 16

Como arrendatário, o Banco Inter arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Anteriormente esses arrendamentos eram classificados como operacionais ou financeiros, com base na avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Banco. De acordo com o IFRS 16, os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento são reconhecidos para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Banco aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Banco optou por não separar os componentes que não são de

arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(I) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme IAS 17

Anteriormente, o Banco classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Banco em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Banco na data da aplicação inicial: o Banco aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Banco aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Banco utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(II) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme IAS 17

O Banco arrenda diversos equipamentos de produção. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o IAS 17 imediatamente antes dessa data.

(a.2) IFRS 9 Instrumentos Financeiros (aplicável a partir de 01 de janeiro de 2018)

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Aplicação da IFRS 9

As principais mudanças identificadas pelo Banco Inter em virtude da adoção da IFRS 9 estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão aplicadas prospectivamente a partir de sua entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018.

O Banco e suas controladas irão aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação, mensuração e *impairment* de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

O Banco Inter continuará aplicando os requerimentos de hedge contábil previstos na IAS 39.

(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A IFRS 9 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros.

- Modelo de Negócios: representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;
- *SPPI Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

O Banco Inter realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 são:

- As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.

- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis foi contabilizada nesta categoria;

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e

- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os Derivativos e Cotas de fundos de investimentos.

- As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e os investimentos em quotas de fundos de investimentos foram designados nesta categoria.

- Os ativos financeiros cujos fluxos de caixa foram modificados (sem baixa) tiveram seu valor contábil bruto recalculado, de acordo com os requerimentos da IFRS 9, e os efeitos da modificação foram reconhecidos no resultado. O Banco Inter manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados

anteriormente.

(II) Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil do Banco Inter para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A alteração do modelo para cálculo da perda de crédito esperada gerou um incremento na provisão registrada nas Demonstrações Financeiras do Banco Inter devido à mudança na mensuração de ativos financeiros, bem como à reavaliação da perda considerando critérios prospectivos.

(III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*)

Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. O Banco Inter continuará aplicando os requerimentos de *hedge accounting* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9.

(a.3) IFRS 15 Receita de contrato com cliente

A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quanto e quando a receita é reconhecida. Substituiu a IAS 18 Receita, IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

O Banco aplicou inicialmente a IFRS 15 em 1 de janeiro de 2018 retrospectivamente, de acordo com a IAS 8, sem quaisquer expedientes práticos. O tempo ou valor das receitas de taxas e comissões do Banco decorrentes de contratos com clientes não foi impactado pela adoção do IFRS 15. O impacto do IFRS 15 foi limitado aos novos requisitos de divulgação.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

b.1) As informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN GAAP), apresentam efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis decorrentes da adoção do IFRS 16.

(I) Impacto nas demonstrações financeiras por ocasião da adoção do IFRS 16

Na transição para o IFRS 16, o Banco reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais. A diferença entre ativos e passivos apurada no saldo de abertura apresentou impacto no resultado do Banco de R\$950. Os valores registrados na transição estão resumidos abaixo:

	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso – locação de imóveis	R\$67.883
Ativos de direito de uso – máquinas e equipamentos	R\$1.504
Passivos de arrendamento	R\$70.460

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Banco descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 6,74% ao ano.

b.2) Em relação às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), houve as alterações descritas no item 10.4 (a.2) acima. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros;
- divulgações adicionais relacionadas à IFRS 9; e
- divulgações adicionais relacionadas à IFRS 15.

Reconciliação do Patrimônio Líquido entre IAS 39 e IFRS 9 (Valores em R\$ mil)

	Ref.	01/01/2018 Patrimônio Líquido
Saldo inicial de acordo com a IAS 39 (excluindo-se participações de não controladores)		389.631
Ajustes decorrentes de mudanças de política de baixa de ativos financeiros	a)	(13.962)
Perda esperada	b)	
Operações de crédito		754
Compromissos de empréstimos		(2.322)
Efeitos tributários		6.212
Total dos ajustes		(9.322)
Participação dos acionistas não controladores		978
Saldo inicial de acordo com a IFRS 9		381.287

- a) Alteração da política contábil a partir de 01 de janeiro de 2018 decorrente da aplicação de novos conceitos introduzidos pela IFRS 9, alterando assim a política para baixa de operações de crédito.

- b) Mensuração dos efeitos nos empréstimos e adiantamentos a clientes inicial decorrente da mudança de política contábil de perda incorrida para perda esperada. Quando as perdas esperadas decorrente de compromisso de empréstimos superam o valor do ativo, as perdas esperadas são reclassificadas para o passivo e registradas na rubrica “Provisões”.

Reconciliação do Balanço Patrimonial entre IAS 39 e IFRS 9 (Valores em R\$ mil)

Ativos financeiros	IAS 39 01/01/2018		Reclassificações	Remensurações	IFRS 9 01/01/2018	
	Categoria	Saldo			Categoria	Saldo
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	472.262	-	-	Custo amortizado	472.262
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	4.089	-	-	Valor justo	4.089
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	Empréstimos e recebíveis	90.912	(1.685)	-	Custo amortizado	89.227
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	Empréstimos e recebíveis	-	1.685	-	Custo amortizado	1.685
Operações de crédito	Empréstimos e recebíveis	2.516.122	-	(13.208)	Custo amortizado	2.502.914
Empréstimos e adiantamentos a clientes		2.601.727	-	(13.962)		2.587.765
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(85.605)	-	754		(84.851)
Ativos financeiros disponíveis para venda	Disponível para venda	314.408	(314.408)	-		-
Letras financeiras do tesouro		251.547	(251.547)	-		-
Cotas de fundo de investimento		61.757	(61.757)	-		-
Cotas da câmara interbancária de pagamento		1.104	(1.104)	-		-
Títulos e valores mobiliários		-	313.304	-		313.304
Letras financeiras do tesouro		-	251.547	-	VJORA	251.547
Cotas de fundo de investimento		-	61.757	-	Valor justo	61.757
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	88.719	(47.342)	-	Custo amortizado	41.377
Despesas antecipadas		-	48.446	-		48.446
Ativos fiscais						
IR e CS diferidos		29.916	-	6.212		36.128
Passivos financeiros						
Passivos financeiros	IAS 39 01/01/2018		Reclassificações	Remensurações	IFRS 9 01/01/2018	
	Categoria	Saldo			Categoria	Saldo
Passivos com instituições financeiras	Custo amortizado	298.396	-	-	Custo amortizado	298.396
Passivos com clientes	Custo amortizado	1.317.012	-	-	Custo amortizado	1.317.012
Títulos emitidos	Custo amortizado	1.411.179	-	-	Custo amortizado	1.411.179
Empréstimos e repasses	Custo amortizado	34.818	-	-	Custo amortizado	34.818
Outros passivos	Custo amortizado	112.661	-	-	Custo amortizado	112.661
Provisões						
Obrigações de empréstimos		-	-	2.322		2.322

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Inter evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

c) *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Não ocorreram ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores independentes relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.5 - Políticas contábeis críticas

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração exerceu julgamentos, utilizou estimativas e premissas para calcular valores reconhecidos nos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas).

Entretanto, caso ocorra necessidade de avaliação para novas questões mais complexas, serão necessários outros julgamentos e estudos, os quais poderiam apresentar resultados relevantes diferentes dessas estimativas. Esses impactos significativos podem existir em caso de alterações nas condições e premissas apresentadas inicialmente.

A Administração entende que as políticas contábeis críticas que podem ter impacto significativo, causando ajustes relevantes no valor contábil dos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas) para o encerramento de futuros exercícios financeiros são elencadas a seguir:

Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas

de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de março de 2019 o valor total de provisão para crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 96.264 mil (R\$ 89.870 mil em 31 de dezembro de 2018).

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- Títulos mantidos para negociação - Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Títulos Mantidos até o Vencimento - trata-se de títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem intenção e dispõe de capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do exercício.

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido". Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação.

As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Para os derivativos classificados na categoria hedge contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o CPC 25, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos:

- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e
- os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Para os provisionamentos cíveis é realizado como base o ticket médio histórico das condenações nos últimos 24 meses. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o ticket médio para todas as ações em trâmite que consideramos a possibilidade de saída de recurso, presumindo-se uma estimativa confiável.

O provisionamento trabalhista é realizado com base na liquidação dos pedidos julgados procedentes em sentença.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

Tributos

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015 e após 31 de dezembro de 2018	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Para as Demonstrações Financeiras emitidas com base nas IFRS, a Administração entende que as políticas contábeis críticas que podem ter impacto significativo, causando ajustes relevantes no valor contábil dos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas) para o encerramento de futuros exercícios financeiros são elencadas a seguir:

Empréstimos e adiantamentos a clientes

O Banco Inter classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

A área de risco de crédito e área de inteligência de dados são responsáveis por definir as metodologias e modelagens utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Ativos e Passivos Financeiros

Determinação do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e interessadas na realização de uma transação em bases usuais de mercado.

Quando disponível, o Banco e suas controladas determinam o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir preços de transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco e suas controladas utilizam o máximo possível de dados verificáveis amplamente utilizados pelo mercado, baseando-se o mínimo possível em estimativas específicas internas, e incorporam todos os fatores que os demais participantes do mercado consideram na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. A Administração do Banco e de suas controladas ponderam as técnicas de avaliação utilizadas e as testam para validação utilizando preços de transações de mercado observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Política contábil aplicável até 31 de dezembro de 2017)

Um ou mais ativos financeiros são considerados como de recuperação questionável e tem perdas por redução do valor recuperável consideradas incorridas se: houver evidência objetiva da redução de seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos subsequentes ao reconhecimento inicial do ativo; e se esse evento de perda tiver um impacto sobre os fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado de forma confiável.

A redução do valor recuperável nem sempre é causada por um evento único, sendo comum o efeito combinado de diversos eventos. Evidências objetivas sobre a recuperabilidade de ativos financeiros dependem de eventos observados e interpretados pelo Banco e suas controladas, tais como:

- Dificuldades financeiras do devedor ou emissor da dívida;
- Atrasos no pagamento das parcelas contratadas, constituindo inadimplência e quebra de contrato;
- Evidências de que o devedor ou emissor entrará em falência ou sofrerá reorganização financeira;
- Acordos realizados pelo Banco e suas controladas na tentativa de reduzir a probabilidade de perda de ativo financeiro, feito devido à condições adversas nas condições financeiras do devedor;
- Ausência de mercado para o tipo de ativo em avaliação, causando redução de seu valor recuperável;
- Dados observáveis que indiquem redução mensurável nos fluxos de caixa futuros de ativos financeiros, por vezes ainda não observáveis como inadimplência, em função de mudanças na situação financeira dos mutuários de um grupo específico, condições econômicas nacionais ou locais que possam acarretar em inadimplência.

A cada data de balanço é avaliada a recuperabilidade dos ativos financeiros do Banco e suas controladas, sendo aplicados os seguintes critérios caso haja evidência de perda potencial:

Ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado

Para ativos financeiros como (i) valores a receber de bancos; e (ii) empréstimos, financiamentos e recebíveis, primeiramente o banco avalia:

- Individualmente se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável para ativos financeiros que são individualmente significativos; ou coletivamente para ativos financeiros que não são individualmente significativos;
- Se ficar determinada que não existe evidência para um ativo financeiro individualmente avaliado, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e coletivamente avalia o grupo por redução ao valor recuperável;
- No caso de ativos que são individualmente avaliados por redução ao valor recuperável e para os quais a perda está sendo reconhecida, não há avaliação coletiva da redução ao valor recuperável;
- Para efeitos práticos, considera-se ativos individualmente significativos aqueles cujo saldo devedor seja superior a 1% do Patrimônio de Referência (PR) do Banco e suas controladas.

Caso haja evidência objetiva de que uma perda com redução ao valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é estimado sobre o valor contabilizado do ativo. Perdas futuras esperadas com crédito que ainda não foram incorridas não são contabilizadas. Para ativos onde houve atraso em parcelas, e para aqueles que se enquadram em características análogas, pode haver contabilização de perda para redução do valor recuperável, considerando o tratamento dado pelo Banco e suas controladas aos empréstimos e adiantamentos com característica massificada. O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de conta de provisão para perda por redução ao valor recuperável e a contrapartida é reconhecida no resultado.

Para casos onde há renegociação de dívida, a receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor presente da operação e é calculada com base na taxa de juros contratada. Tal receita é registrada como parte de "Receitas de juros". Na medida em que a apropriação de juros ocorre, há elevação proporcional da perda com redução ao valor recuperável.

Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando atingem prazos determinados por metodologias internas adotadas pelo Banco e suas controladas. Se, em um momento subsequente, o montante

estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

Caso ocorra recuperação de um ativo (empréstimo, financiamento ou recebível) que tenha sido baixado no passado - por exemplo com a recuperação de uma garantia, esta recuperação reduzirá o montante de provisão a ser reconhecida no resultado.

Para a avaliação coletiva de redução ao valor recuperável no Banco e suas controladas, os ativos financeiros são agrupados com base em sistema interno de avaliação de crédito, que considera características de risco e crédito como: (i) tipo de ativo; (ii) tipo de garantia; (iii) status de atraso; (iv) prazo para pagamento das parcelas; (v) histórico de renegociação.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Para ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco e suas controladas avalia se, em cada data do balanço, há evidência objetiva de que o ativo está abaixo do valor recuperável.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, avalia-se individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado para redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada como a diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado.

Receita de juros futura é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de "Receita de juros". Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida aumenta e o aumento pode ser objetivamente relacionado com um evento de crédito que ocorreu depois que a perda com redução ao valor recuperável foi reconhecida no resultado, a perda com redução ao valor recuperável é revertida através do próprio resultado.

Perda de Crédito Esperada (Política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

O Banco Inter avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco Inter reconhece a provisão para perdas na Demonstração do

Resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco Inter espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco Inter espera receber;

Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco Inter espera recuperar.

A cada período reportado, o Banco Inter avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem

custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banco Inter aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito os títulos públicos do governo nacional, conforme estudo efetuado pelo Banco Inter.

O Banco Inter avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

Arrendamentos (Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019)

No início de um contrato, o Banco Inter avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, utiliza-se a definição de arrendamento no IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Banco Inter aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Banco Inter optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Banco Inter reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Banco Inter. Geralmente, o Banco Inter usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Banco Inter determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Banco Inter alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Banco Inter apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Banco Inter optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Banco Inter reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Provisões

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, o Banco e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação.

Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada, a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes são:

- (a) uma possível obrigação decorrente de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente dentro do controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida, a fim de liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade suficiente.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o IAS 37, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando:

- Os riscos e incertezas envolvidos;
- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação;
- Os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando relevantes.

Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

O Banco Inter continuará aplicando os requerimentos de hedge contábil previstos na IAS 39, contudo, poderá vir a adotar os requerimentos da IFRS 9 conforme decisão da Administração.

Segundo esta norma (IFRS 9), os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de hedge para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente.

Para qualificar-se como hedge contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- No início do hedge, existe designação e documentação formal da relação de hedge e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade;
- É esperado que o hedge seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de hedge em particular;
- Quanto ao hedge de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de hedge deve ser altamente provável e deve apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;

- A efetividade do hedge pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de hedge podem ser confiavelmente medidos; e
- O hedge é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Financeiras para o qual foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de hedge: hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em operação no exterior. O Banco Inter utiliza apenas derivativos como instrumento de hedge de valor justo.

Para os derivativos que são designados e se qualificam como instrumentos de hedge de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de hedge contábil não forem mais atendidos ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

O Banco e suas controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 7, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fazem uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de swap registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), classificados como Hedge de risco de mercado, tendo como objeto empréstimos e adiantamentos a clientes classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”.

Para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

A efetividade da proteção (hedge) é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 10.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos originalmente recebidos em garantia que são retomados em ações de cobrança ou recebidos em “dação em pagamento” são inicialmente classificados na conta “ativos não circulantes mantidos para venda” e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor valor entre seu valor justo, deduzidos dos custos esperados na venda, e o valor contábil dos empréstimos ou adiantamento concedido objeto da recuperação. São classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso, e são avaliados quando no reconhecimento inicial e o seu valor justo deduzido dos custos esperados na venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda, e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019). Também é observada pelo Banco e por suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos:

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Imposto diferido

O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos assumidos pelo Banco e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pelo Banco e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) ***Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco.

b) *natureza e o propósito da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco.

c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco.

10.8 - Plano de Negócios

a) *Investimentos*

(i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Banco e suas controladas pretendem fortalecer seu posicionamento como uma plataforma digital composta por um banco digital, completo e gratuito, e uma gama de serviços não financeiros, através de um marketplace. Do lado financeiro, oferecemos diversos produtos como a conta corrente 100% digital, cartões de crédito e débito, produtos de câmbio, seguros, investimentos, através da Plataforma Aberta Inter (PAI) que inclui uma gama de investimentos, com produtos do banco e de terceiros, home broker e diversos fundos de investimento. O marketplace não financeiro engloba a oferta de uma série de produtos e serviços não financeiros em nossa área de Shopping, onde é possível realizar compras com *cashback* em mais de 100 lojas parceiras, além de recarga de celular e pagamento de estacionamento. A combinação das duas áreas resulta em nosso Super App.

Além do foco no crescimento e evolução constante nos produtos já existentes, o Banco e suas controladas continuamente analisam potenciais serviços para ampliar a oferta no Super App. Em 2020, as áreas com maior foco para desenvolvimento de melhorias e novas funções são o Marketplace, Seguros e a PAI. Adicionalmente, o Banco continuará concentrando esforços na diversificação e digitalização das operações nos segmentos de crédito imobiliário, pessoal com colateral, sendo o principal foco no crédito consignado, e pequenas e médias empresas.

Em 2019 o Banco Inter realizou suas primeiras operações de M&A como companhia aberta:

- Venda de 40% das quotas de emissão da Inter Seguros para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A, unindo a plataforma digital com mais de 4 milhões de clientes do Banco com a expertise da Wiz em gestão de canais de distribuição de seguridade e serviços bancários, criando um relevante canal digital de distribuição de seguridade do Brasil.
- Aquisição de 70% de participação societária na Matriz Participações Ltda., holding controladora da DLM Investimentos e Recursos Ltda. gestora mineira com mais de R\$ 4,5 bilhões sob gestão, atuando na gestão de patrimônio através de fundos e carteiras de clientes de alta renda e na gestão de fundos de investimento e previdência privada, contando com cerca de 40 mil cotistas, trazendo mais robustez aos segmentos de Wealth e Asset Management, o que deverá converter-se em melhor atendimento aos clientes e maior oferta de produtos e serviços.

O Banco pode, nos próximos anos, realizar aquisições estratégicas de empresas que possam complementar seu modelo de negócios, bem como que possam trazer ganhos de eficiência e escala para as operações já existentes.

Para o lançamento de novos produtos e expansão da base de clientes nos produtos existentes, o Banco e suas controladas têm realizado investimentos relevantes na área de tecnologia e inovação. Tais investimentos buscam garantir disponibilidade, estabilidade e segurança em todas as operações, além de propiciar maior agilidade no desenvolvimento de novos produtos e gerar ganhos de eficiência no gerenciamento das atividades internas.

Para os próximos anos temos os seguintes investimentos programados:

- 1) Core banking: Projeto iniciado no final de 2016 para substituir diversos sistemas do Banco e suas controladas por uma plataforma única e integrada. Os novos sistemas contam com hospedagem em nuvem e visam garantir disponibilidade, escalabilidade e segurança aos processos e serviços prestados

para os clientes. Os módulos de negócio já estão implementados e geraram melhorias relevantes em infraestrutura, além de estarem adequados à nova arquitetura de *softwares* do Banco. Para 2020 são previstas novas etapas de implementação dos sistemas, abrangendo módulos das áreas de *backoffice*, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 20 milhões.

- 2) Processadora de cartões: Com o objetivo de controlar um processo chave para as operações de meios de pagamento do Banco, iniciou-se em 2018 o desenvolvimento de uma processadora de meios eletrônicos de pagamento. A processadora interna iniciou suas operações em 2019, responsável pelo processamento, operacionalização e gestão de cartões como, por exemplo, o processamento de operações, faturas e atendimento ao cliente. Em dezembro de 2019 mais de 1 milhão de cartões já operavam na processadora interna, com migração total da base em fevereiro de 2020. Em 2020, o Banco Inter pretende investir cerca de R\$ 26 milhões no projeto, com intuito de suportar o crescimento e bem como melhorias futuras no ambiente da plataforma.
- 3) Adquirência *Hardwareless*: O Banco Inter pretende adentrar o mercado de aquisição oferecendo a primeira solução de operação de pagamento de cartões sem o uso de maquininhas no Brasil, através da tecnologia NFC presente em novos cartões. Estima-se um investimento de cerca de R\$ 2 milhões em 2020 em sistemas e integrações para possibilitar o projeto.
- 4) Aplicativo Banco Inter: Melhorias no aplicativo móvel do Inter, principal plataforma para a operação do Banco, que acumulou cerca de 97% dos acessos à conta digital do Banco em 2019. O Banco Inter entende que a evolução do modelo de negócios de bancos digitais será voltada para a transformação da oferta dos serviços de em um ecossistema digital, que combina a oferta de produtos financeiros e não financeiros. Em novembro de 2019 foi lançada a nova versão do aplicativo do Banco Inter, o Super App, trazendo melhorias de User Experience (UX) e User Interface (UI), um novo processo de abertura de conta e uma jornada inteiramente focada na experiência do cliente, somada a uma ampla oferta de produtos não financeiros, passando a incluir, além das funcionalidades já existentes como shopping, estacionamentos e gift cards, as vertentes de entretenimento, lazer, hotelaria, viagens, saúde e educação, todas elas com *cashback*. O Banco pretende continuar realizando investimentos para implementar melhorias constantes em processos e na experiência para o usuário, bem como para fazer frente à expansão da oferta de produtos digitais.
- 5) Marketplace: O Marketplace do Banco Inter agrega produtos e serviços não financeiros como shopping, estacionamentos, recarga de celular e gift cards. Após o lançamento do Super App em 2019, em 2020 o Inter pretende aumentar a quantidade e qualidade dos produtos e serviços oferecidos de forma a melhorar a experiência do cliente. Para tal, estima-se um investimento em produtos de R\$ 6 milhões em 2020 em tecnologia, integrações e projetos de novas parcerias, bem como melhorias da UX e UI.
- 6) Atendimento: O atendimento digital é o principal canal de contato com os clientes. O Banco Inter busca continuamente formas de melhorar seus canais para melhor atender os clientes, colaborando com o alto índice de NPS – *net promoter score* – registrado nos últimos anos. Dessa forma em 2019 o Banco Inter lançou sua assistente de atendimento virtual, a Babi, que trouxe maior robustez e agilidade no atendimento, automatizando parte dos chamados via chat reduzindo o tempo de espera dos clientes. Em 2020 estima-se um investimento de aproximadamente R\$ 24 milhões na ampliação dos canais de atendimento, com a integração a novos BPOs, desenvolvimento e integração com novas ferramentas de atendimento e *Client Relationship Management* (CRM), como as da empresa Salesforce, ambos com objetivo de criar mais estabilidade, reduzir filas e aumentar performance e qualidade.

- 7) BIAAS: Através do BIAAS – Banco Inter As A Service – o Inter pretende ofertar seus serviços financeiros e não financeiros para empresas parceiras, através de uma plataforma de API's e projetos conjuntos.

Além dos projetos citados acima, temos investimentos previstos em Openbanking, pagamentos instantâneos (PIX), Cybersecurity e Governança de Dados.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

Os investimentos do Banco são financiados com recursos próprios decorrentes de sua geração de caixa em razão do exercício regular de suas atividades, bem como através dos recursos captados em ofertas primárias de ações realizadas.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos previstos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Pesquisas em andamento

O Banco e suas controladas não possuem uma estrutura específica de pesquisa e desenvolvimento ("P&D"). O Banco adota um modelo de inovação contínua através no qual pesquisas de mercado são realizadas de forma constante e novos produtos e serviços são continuamente lançados, testados e otimizados, objetivando a entrega de uma plataforma sofisticada, ágil, e com alto valor agregado.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme mencionado no item 10.8c (i) acima, o Banco e suas controladas não possuem uma estrutura específica dedicada à P&D.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Todos os projetos em desenvolvimento estão considerados no item 10.8a (i) acima.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O investimento no desenvolvimento de novos produtos e serviços do Banco e suas controladas faz parte da rotina diária de todas as áreas de negócio do banco, em conjunto com as equipes de cada produto, *Business Development*, Governança de Dados e Tecnologia. Em 2020, espera-se investir cerca de R\$ 100 milhões, conforme estimativas dos projetos destacados no item 10.8a (i) acima.

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Publicidade, Patrocínio, Parcerias e Convênios

O Banco tem como uma de suas premissas estimular o desenvolvimento social e cultural das comunidades com as quais se relaciona no exercício regular de suas atividades. Neste sentido, apesar de não possuir uma política formal de patrocínio e apoio a projetos sociais, esportivos e culturais, o Banco está constantemente avaliando projetos e iniciativas que possuam como objetivo estreitar o relacionamento com a comunidade e estimular o desenvolvimento dos valores defendidos pelo Banco.

Nessa avaliação também são considerados fatores importantes os impactos financeiros e reputacionais que a associação do nome Banco a determinado projeto poderá acarretar. Isso inclui, mas não se limita, benefícios fiscais decorrentes da Lei nº 8.313, de 23 dezembro de 1991 (“Lei Rouanet”).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Banco incorreu em despesas para campanhas de publicidade, apoio/patrocínio de projetos sociais, culturais, e esportivos no valor de R\$40,2 milhões. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tais despesas somaram, respectivamente, R\$29,3 milhões e R\$16,3 milhões.

Informações Estatísticas Seleccionadas

Em adição às informações disponibilizadas neste item 10, o Banco apresenta, a seguir, informações estatísticas seleccionadas pertinentes à sua situação financeira, de sua carteira de crédito e de seus ativos e passivos.

As informações disponibilizadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou IASB.

Informações específicas segregadas e divulgadas ao final deste subitem estão apresentadas em Bacen GAAP para fins de guardar comparabilidade com os demais players, uma vez que são produzidas sob a égide das normas do regulador brasileiro.

Os saldos médios foram calculados tendo como base o total dos balanços do final dos meses, aplicando o conceito de consolidação e eliminação dos saldos entre o Banco e suas controladas atendendo os critérios contábeis e, posteriormente, calculada a média simples. O Banco acredita que os dados médios apresentados refletem precisamente em todos os aspectos das nossas condições financeiras e resultados operacionais nas datas e para os períodos especificados.

Saldos médios, juros recebidos de ativos que rendem e juros pagos de passivos que são remunerados em juros

A rentabilidade foi calculada pelo valor das taxas recebidas ou pagas no período dividido pelo saldo médio.

As tabelas apresentadas a seguir apresentam os saldos médios, juros recebidos ou pagos e as taxas de juros médias para os ativos que geram juros, passivos que pagam juros e patrimônio líquido do Banco e suas controladas para os anos terminados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de									
	2019			2018			2017		
	Saldo Médio	Receitas/ Despesas Financeiras	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Receitas/ Despesas Financeiras	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Receitas/ Despesas Financeiras	Taxa Média (%)
(em R\$ milhões, exceto percentuais)									
ATIVO									
Ativos Rentáveis									
Aplicações interfinanceiras	3.704,4	139,6	3,8%	1.041,8	61,9	5,9%	606,4	60,2	9,9%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	4.280,8	635,3	14,8%	2.845,9	550,4	19,3%	2.354,9	438,5	18,6%
Operações de câmbio	0,5	0,6	112,7%	0,6	1,7	280,0%	0,2	0,6	298,8%
Ativos financeiros para negociação	411,0	10,4	2,5%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	259,1	2,9	1,1%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	465,7	57,3	12,3%	332,9	20,6	6,2%	306,2	29,5	9,6%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	0,0%	0,8	16,6	1991,6%	5,1	10,7	209,8%
Ativos Rentáveis Totais	9.121,5	846,1	9,3%	4.222,1	651,2	15,4%	3.272,8	539,5	16,5%
Ativos Não Rentáveis									
Caixa e equivalentes de caixa	367,7	-	-	34,8	-	-	20,0	-	-
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	196,3	-	-	72,9	-	-	7,5	-	-
Investimentos	51,4	-	-	5,9	-	-	1,2	-	-
Imobilizado	7,9	-	-	6,9	-	-	5,2	-	-
Intangível	72,3	-	-	11,2	-	-	0,1	-	-
Outros ativos não rentáveis	828,4	-	-	234,1	-	-	177,8	-	-
Ativos não rentáveis totais	1.524,1	-	0,0%	365,8	-	0,0%	211,8	-	0,0%
Ativos Totais	10.645,6	846,1	7,9%	4.587,9	651,2	14,2%	3.484,6	539,5	15,5%
PASSIVO									
Passivos Onerosos									
Passivos com clientes e instituições financeiras	2.586,4	(127,0)	-4,91%	1.599,7	(100,5)	-6,28%	1.503,6	(153,5)	-10,21%
Títulos emitidos	2.143,8	(129,5)	-6,04%	1.542,2	(115,0)	-7,46%	1.359,9	(118,7)	-8,73%
Empréstimos e repasses	30,3	(2,1)	-6,94%	33,2	(1,7)	-5,12%	36,2	(2,9)	-8,02%
Instrumentos financeiros derivativos passivos	1,0	4,2	421,18%	-	-	0,00%	-	-	0,00%
Obrigações por operações de vendas e transferências	-	-	0,00%	-	-	0,00%	4,1	(1,3)	-31,53%
Passivos Onerosos Totais	4.761,4	(254,4)	-5,3%	3.175,1	(217,2)	-6,8%	2.903,7	(276,4)	-9,5%
Passivos Não Onerosos									
Passivos com clientes - Depósitos a vista	2.034,4	-	-	398,0	-	-	112,1	-	-
Passivos com clientes - Poupança	288,8	-	-	15,9	-	-	-	-	-
Impostos correntes	46,6	-	-	13,4	-	-	5,6	-	-
Provisões	18,3	-	-	16,7	-	-	12,2	-	-
Outros passivos não onerosos	1.267,2	-	-	212,3	-	-	72,0	-	-
Patrimônio Líquido	2.228,9	-	-	756,4	-	-	379,0	-	-
Patrimônio Líquido + Passivos não Onerosos Totais	5.884,2	-	0,0%	1.412,7	-	0,0%	580,8	-	0,0%
Patrimônio Líquido + Passivo	10.645,6	(254,4)	-2,4%	4.587,9	(217,2)	-4,7%	3.484,6	(276,4)	-7,9%

Variações nas receitas e despesas com juros: análise de taxa e volume

As tabelas a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas financeiras do Banco e suas controladas devido às variações no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e as mudanças nas taxas médias de juros ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2019 /2018			2018 /2017		
	Aumento (Redução) Devido à Variações em			Aumento (Redução) Devido à Variações em		
	Volume Médio ⁽¹⁾	Taxa Média ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾	Volume Médio ⁽¹⁾	Taxa Média ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
	(em R\$ milhões, exceto percentuais)					
ATIVOS						
Ativos Rentáveis						
Aplicações interfinanceiras	100,3	(22,6)	77,7	25,9	(24,2)	1,7
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	213,0	(128,1)	84,9	95,0	16,9	111,9
Operações de câmbio	(0,1)	(1,0)	(1,1)	1,1	(0,0)	1,1
Ativos financeiros disponíveis para venda	16,3	20,4	36,7	1,7	(10,6)	(8,9)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(16,6)	(85,0)	90,9	5,9
Ativos Rentáveis Totais	454,5	(259,5)	194,9	146,4	(34,7)	111,7
PASSIVO						
Passivos Onerosos						
Passivos com clientes e instituições financeiras	(48,5)	22,0	(26,5)	(6,1)	59,1	53,0
Títulos emitidos	(36,3)	21,8	(14,5)	(13,6)	17,3	3,7
Empréstimos e repasses	0,2	(0,6)	(0,4)	0,2	1,0	1,2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	4,2	-	4,2	-	-	-
Obrigações por operações de vendas e transferências	-	-	-	-	-	1,3
Passivos Onerosos Totais	(84,8)	47,6	(37,2)	(18,6)	77,7	59,2

(1) Variação das receitas de juros (ativos rentáveis) ou das despesas de juros (passivos onerosos) ocorrida em função de oscilações nos volumes. É obtida a partir da subtração da Variação Líquida (3) pela Taxa Média (2).

(2) Variação das receitas de juros (ativos rentáveis) ou das despesas de juros (passivos onerosos) ocorrida em função de oscilações nas taxas. É obtida a partir da seguinte fórmula: $((\text{Juros Período Atual} / \text{Saldo Período Atual}) \times \text{Saldo Período Anterior}) - (\text{Juros Período Anterior})$.

(3) Variação Líquida das receitas de juros (ativos rentáveis) ou das despesas de juros (passivos onerosos) ocorrida em função de oscilações no volume e na taxa. É obtida a partir da subtração dos Juros do Período Atual pelos Juros do Período Anterior.

(4) A linha total da tabela "Aumento e Redução de Juros (Receita e Despesa) devido às variações em Volume e Taxa", nas colunas "Taxa Média" e "Volume Médio" não deve ser lida como a soma dos valores relativos aos itens de Ativos Rentáveis ou Passivos Onerosos. A soma é inexequível porque os cálculos de variações em função de taxa e de volume de cada componente são efetuados pela taxa efetiva, sem que seja considerado o peso relativo ("ponderação") do respectivo item no cômputo do total dos Ativos Rentáveis e Passivos Onerosos. Assim, os valores consignados na linha total referem-se tão somente às variações em função de taxa e de volume dos Ativos Rentáveis e Passivos Onerosos Totais.

Ativos Rentáveis e Passivos Onerosos: receita líquida de juros e spread

As tabelas apresentadas a seguir analisam, por moeda, os níveis dos ativos rentáveis médios, passivos onerosos médios, e das receitas líquidas de juros do Banco, comparando a média dos ativos rentáveis com o spread financeiro, para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em R\$ milhões, exceto percentuais)		
Saldo médio dos ativos que geram juros	9.121,5	4.222,2	3.267,7
Saldo médio dos passivos que pagam juros	4.761,4	3.175,1	2.903,7
Receitas de juros	846,1	634,6	528,8
Despesas de juros	(254,4)	(217,2)	(276,4)
Passivos que pagam juros / ativos que geram juros	52,2%	75,2%	88,9%
Taxa de juros s/o saldo médio dos ativos que geram juros ¹	9,3%	15,0%	16,2%
Taxa de juros s/o saldo médio dos passivos que pagam juros ²	5,3%	6,8%	9,5%
Margem de lucro líquida (Spread) ³	3,93%	8,19%	6,66%
Margem líquida de juros ⁴	6,49%	5,15%	8,46%

1 - Receita total de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receitas.

2 - Despesa total de juros total dividida pelo saldo médio dos passivos geradores de despesas.

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos geradores de receitas e a taxa média dos passivos geradores de despesas.

4 - Receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receitas.

Portfólio de Investimentos: Títulos Públicos

Nós possuímos, gerenciamos e negociamos um portfólio de títulos emitidos pelo governo brasileiro.

Em relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as tabelas a seguir apresentam nossos investimentos em títulos públicos brasileiros por tipo, em IFRS.

	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Títulos públicos	(Em R\$ milhões)		
Caixa e equivalentes de caixa			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	500	140	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.421	108	371
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	100	1.287	31
Títulos e valores mobiliários			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	313	212	252
Total	3.334	1.747	654

Carteira de Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as tabelas a seguir apresentam carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Banco e suas controladas por modalidade, em IFRS.

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em R\$ milhões)		
Empréstimos e adiantamentos a clientes por modalidade			
Cartão Consignado	80,4	93,9	102,2
Cartão Múltiplo	783,5	325,5	71,3
Crédito Empresas	472,3	255,7	213,0
Crédito Imobiliário	2.519,2	1.948,0	1.534,1
Crédito Pessoal	922,0	717,9	681,1
Total de Empréstimos e adiantamentos a clientes por modalidade	4.777,4	3.341,0	2.601,7

Composição da Carteira de Crédito por vencimento

A tabela a seguir apresenta a carteira de crédito e outros financiamentos do Banco e suas controladas por tipo e por vencimento, incluindo os juros contratuais durante cada período (os empréstimos são apresentados com os valores antes da dedução de provisão para créditos de liquidação duvidosa).

	Em 31 de dezembro de 2019	Vencimentos			
		Parcelas em atraso até 15 dias	Até 90 dias	90 a 360 dias	Acima de 360 dias
(em R\$ milhões, exceto percentuais)					
Para pessoas jurídicas	809,0	11,7	101,6	179,0	516,7
Para financiamento imobiliário	1.369,6	29,8	41,5	116,2	1.182,1
Para empréstimo imobiliário	605,9	9,0	21,0	50,6	525,3
Para pessoas físicas	1.823,3	160,2	792,7	212,6	657,8
Outras operações de crédito	169,6	0,3	152,8	2,7	13,8
Crédito Total	4.777,4	211,0	1.109,6	561,1	2.895,7

Créditos Renegociados

Créditos renegociados, os quais normalmente apresentam uma maior probabilidade de inadimplência, não representam uma parcela significativa da carteira de crédito do Banco e suas controladas e, por isto, não apresentam impacto perceptível na provisão para devedores duvidosos nos períodos considerados.

Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a seguir o saldo cumulativo dos créditos renegociados do Banco e suas controladas nas datas indicadas em IFRS.

	Em 31 de Dezembro de		
	2019	2018	2017
<i>(em R\$ mil)</i>			
Créditos Renegociados	68.977	3.040	3.779
Total.....	68.977	3.040	3.779

Provisão para perdas por ajuste ao valor recuperável

De acordo com o IFRS, a carteira de crédito do Banco e suas controladas é classificada usando o mesmo sistema de classificação de crédito utilizado pelo Banco Central. No entanto, suas provisões de créditos de liquidação duvidosa são estimadas também de acordo com o IFRS (segundo os critérios contábeis estabelecidos na IAS 39) para cada categoria de crédito, que difere as provisões mínimas e crédito requeridas pelo Banco Central. Para mais informações sobre as provisões mínimas de crédito requeridas pelo Banco Central, vide item 7.5 (a) – “Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades do Banco e suas controladas- necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações”, subitem “Classificação de crédito e provisão para devedores duvidosos” deste Formulário de Referência.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a tabela abaixo apresenta as variações nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019					
	Cartão Consignado	Cartao Múltiplo	Crédito Empresas	Crédito Imobiliário	Crédito Pessoal	Total
(em R\$ mil)						
			(Em R\$ milhões)			
Variações nas provisões por tipo de empréstimo						
Saldo em 01 de janeiro de 2019	5,7	44,1	1,2	42,2	26,2	119,4
Provisões registradas durante o exercício	0,9	98,5	11,3	27,2	21,3	159,2
Reversão de provisão durante o exercício	(0,2)	(2,9)	(1,5)	(14,0)	(5,9)	(24,5)
Baixados como prejuízo	(4,0)	(18,9)	(0,9)	(3,6)	(11,1)	(38,5)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2,4	120,8	10,1	51,8	30,5	215,6

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018					
	Cartão Consignado	Cartao Múltiplo	Crédito Empresas	Crédito Imobiliário	Crédito Pessoal	Total
(em R\$ mil)						
			(Em R\$ milhões)			
Variações nas provisões por tipo de empréstimo						
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(4.527)	(4.147)	(11.592)	(43.098)	(22.242)	(85.606)
Provisões registradas durante o exercício	(1.175)	(39.964)	-	-	-	(41.139)
Reversão de provisão durante o exercício	-	-	10.423	848	(3.935)	7336
Baixados como prejuízo	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.702)	(44.111)	(1.169)	(42.250)	(26.177)	(119.409)

	Provisões de avaliação coletivas	Provisões de avaliação individual	Total
(em R\$ mil)			
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(85,2)	(0,4)	(85,6)
Provisões registradas durante o exercício	(41,1)	-	(41,1)
Reversão de provisão.....	7,3	-	7,3
Baixados como prejuízo.....	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(119,0)	(0,4)	(119,4)

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017					
	Crédito Imobiliário	Crédito Pessoal	Crédito Empresas	Outros	Total
(em R\$ mil)					
Variações nas provisões por tipo de empréstimo					
Saldo em 01 de janeiro de 2017	(54,6)	(22,1)	(31,0)	(8,4)	(116,1)
Provisões registradas durante o exercício	(36,3)	(28,9)	(7,6)	(1,6)	(74,4)
Reversão de provisão durante o exercício.....	12,2	1,00	9,8	2,20	25,2
Baixados como prejuízo.....	35,7	19,8	19,3	4,9	79,7
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(43,0)	(30,2)	(9,5)	(2,9)	(85,6)

	Provisões de avaliação coletivas	Provisões de avaliação individual	Total
(em R\$ mil)			
Saldo em 01 de janeiro de 2017	(114,3)	(1,8)	(116,1)
Provisões registradas durante o exercício	(74,4)	-	(74,4)
Reversão de provisão.....	23,8	1,4	25,2
Baixados como prejuízo	79,7	-	79,7
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(85,2)	(0,4)	(85,6)

Alocação das perdas por redução ao valor recuperável

A tabela a seguir apresenta a alocação das perdas por redução ao valor recuperável e outras perdas financeiras do Banco e suas controladas em IFRS e é demonstrada por categoria de empréstimos, apresentando o percentual de distribuição das provisões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

	Em 31 de dezembro de								
	2019			2018			2017		
	Carteira	% do total dos créditos	Modalidade de operação com o % da redução do valor recuperável	Carteira	% do total dos créditos	Modalidade de operação com o % da redução do valor recuperável	Carteira	% do total dos créditos	Modalidade de operação com o % da redução do valor recuperável
	(Em R\$ milhões, exceto percentual)			(Em R\$ milhões, exceto percentual)			(Em R\$ milhões, exceto percentual)		
Setor Não financeiro Privado	4.777,4	100%		3.341,0	100%		2.601,7	100%	
Cartão Consignado	80,4	1,7%	-	93,9	2,8%	-	102,2	3,9%	-
Cartão Múltiplo	783,5	16,4%	-	325,5	9,7%	-	71,3	2,7%	-
Crédito Empresas	472,3	9,9%	-	255,7	7,7%	-	213,0	8,2%	-
Crédito Imobiliário	2.519,2	52,7%	-	1.948,0	58,3%	-	1.534,1	59,0%	-
Crédito Pessoal	922,0	19,3%	-	717,9	21,5%	-	681,1	26,2%	-
Total da redução do valor recuperável	(215,6)	-4,5%	100%	(119,5)	-3,6%	100%	(85,6)	-3,3%	100%
(-) Cartão Consignado	(2,4)	-0,1%	1,1%	(5,7)	-0,2%	4,8%	(4,5)	-0,2%	5,3%
(-) Cartão Múltiplo	(120,8)	-2,5%	56,0%	(44,1)	-1,3%	36,9%	(4,1)	-0,2%	4,8%
(-) Crédito Empresas	(10,1)	-0,2%	4,7%	(1,2)	0,0%	1,0%	(11,6)	-0,4%	13,6%
(-) Crédito Imobiliário	(51,8)	-1,1%	24,0%	(42,3)	-1,3%	35,4%	(43,1)	-1,7%	50,4%
(-) Crédito Pessoal	(30,5)	-0,6%	14,1%	(26,2)	-0,8%	21,9%	(22,2)	-0,9%	25,9%
Total dos créditos	4.561,8			3.221,5			2.516,1		

Empréstimos e adiantamentos a clientes por modalidade e faixa de vencimento

A tabela a seguir demonstra os empréstimos e adiantamentos a clientes, sem efeito das provisões para perdas, por modalidade e faixa de vencimento nas datas indicadas:

	31/12/2019				
	Vencidos	A vencer			
		Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Capital de giro	11,7	101,6	179,0	516,7	809,0
Crédito consignado	160,2	172,4	198,8	657,8	1.189,2
Empréstimo imobiliário	9,0	21,0	50,6	525,3	605,9
Financiamento imobiliário	29,8	41,5	116,2	1.182,1	1.369,6
Financiamento rural	-	1,5	-	-	1,5
Cartão	-	620,3	13,8	-	634,1
Outros créditos com característica de concessão de crédito	0,3	151,3	2,7	13,8	168,1
Total	211,0	1.109,6	561,1	2.895,7	4.777,4

	31/12/2018				
	Vencidos	A vencer			
		Até 3 meses	3 meses a 1	Acima de 1	Total
(Em R\$ Milhões)					
Capital de giro	8,3	105,3	109,9	315,0	538,4
Crédito consignado	56,0	169,7	175,6	472,3	873,7
Empréstimo imobiliário	8,9	18,1	45,7	442,3	515,0
Financiamento imobiliário	12,4	32,6	81,6	945,1	1.071,7
Cartão	-	264,5	-	-	264,5
Outros créditos com característica de concessão de crédito	6,8	62,4	2,4	7,4	77,7
Total	92,4	652,7	415,2	2.182,1	3.341,0

Faixa de depósitos por categoria e taxa média

A tabela abaixo divide os depósitos dos clientes do Banco e suas controladas por categoria, apresentando a taxa média dos períodos:

	Em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	Saldo Médio	Taxa Média	Saldo Médio	Taxa Média	Saldo Médio	Taxa Média
	<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Depósitos Nacionais ⁽¹⁾:						
Depósitos à Prazo						
<i>Reais</i>	2.539,4	4,46%	1.498,9	6,38%	1.461,9	10,07%
Total	2.539,4	4,46%	1.498,9	6,38%	1.461,9	10,07%
Depósitos à Vista						
<i>Reais</i>	2.034,4	0,00%	398	0,00%	112,1	0,00%
Total	2.034,4	0,0	398	0,00%	112,1	0,00%

(1) Baseado na média da soma dos balanços de fim de mês, para cada mês do período aplicável, por moeda.

Faixa de Vencimento dos Depósitos

A tabela abaixo divide os depósitos dos clientes do Banco e suas controladas por data de vencimento, em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, respectivamente (em BACEN GAAP):

	Em 31 de dezembro de 2019 <i>(em R\$ milhões)</i>	Em 31 de dezembro de 2018 <i>(em R\$ milhões)</i>
Depósitos a prazo:		
até 1 meses	131,3	25,6
entre 1 e 6 meses	235,2	223,8
entre 6 e 12 meses	176,1	211,1
acima de 12 meses	1.141,4	1.179,8
Depósitos a prazo Totais	1.584,0	1.640,3

Empréstimos a curto prazo

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2016, o Banco não teve saldo de empréstimos a curto prazo.

Requisitos Mínimos de Capital

As tabelas a seguir apresentam informações a respeito da adequação de capital nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 de acordo com as regulamentações do Banco Central e do acordo da Basileia III:

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	<i>(em R\$ milhões)</i>		
Patrimônio de Referência⁽¹⁾	2.123,1	922,5	387,7
Capital de Tier 1	2.123,1	922,5	387,7
Capital de Tier 2	0	0	0
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	5.388,3	3.090,20	2.239,90
Risco de Crédito (RWACPAD)	4.102,3	2.516,80	1.786,30
Risco de Mercado (RWAMPAD)	565,8	64,7	108,3
Risco Operacional (RWAOPAD)	720,2	508,6	345,3
Valor Correspondente ao RBAN	50,95	42,4	16,1
RWA + RBAN	5.389,25	3.132,70	2.256,00

(1) O Patrimônio de Referência (ou capital regulatório) é o montante de capital disponível levado em consideração para fins da determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras, e é composto por dois níveis. O capital de Nível I é representado pela composição do patrimônio líquido acrescido pelo saldo de determinadas reservas, rendas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central. Já o capital de Nível II é composto pelas reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, determinados instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros a realizar relacionados a ajustes no valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda.

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	<i>(em R\$ milhões)</i>		
Patrimônio de Referência Mínimo * Saldo de RWA ⁽¹⁾	431,1	266,5	235,2

(1) Capital Regulatório Mínimo Requerido = 9,875% (2016); 9,25% (2017); 8,625% (2018); e 8% (2019).

(2) Nível Mínimo Exigido Nível 1 = 6% (a partir de 2015 inclusive).

A seguir o Banco apresenta as informações a respeito de suas operações de crédito segregadas por classificação de risco, as quais estão apresentadas em conformidade com as Bacen GAAP.

Crédito e Financiamentos – Classificação da Carteira

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, conforme normas do Banco Central do Brasil, são classificados de acordo com seu nível de risco entre “AA” (melhor indicador) e “H” (pior indicador), seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, o histórico de relacionamento e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, de acordo com a Resolução nº 2.682 do CMN, de 21 de dezembro de 1999. Referida resolução estabelece que as operações de crédito devem ser classificadas (e reavaliadas periodicamente) em nove níveis de risco e sobre elas é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os quadros abaixo apresentam os saldos das Carteiras de operação de crédito do classificadas pelo baixo risco de default em virtude do rating da operação. Abaixo, segue tabelas que visam demonstrar a qualidade da carteira do Banco.

Classificação de risco de crédito

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AA	Baixo Risco	Operações classificadas em menores ratings, consideradas como de baixa probabilidade de default.
A		
B		
C		
D	Alto Risco	Operações de ratings mais elevados, com alta probabilidade de default, podendo ser operações em atraso, sujeitas a arrasto ou renegociadas.
E		
F		
G		
H		

(em R\$ mil)

	31/12/2019		
	Baixo Risco	Alto Risco	Total
Cartão Consignado	77,9	2,5	80,4
Cartão Múltiplo	710,5	73,1	783,6
Crédito Empresas	459,8	12,5	472,3
Crédito imobiliário	2.415,9	103,2	2.519,1
Crédito Pessoal	893,3	28,7	922,0
	4.557,3	220,0	4.777,4

(em R\$ mil)

	31/12/2018		
	Baixo Risco	Alto Risco	Total
Cartão Consignado	89,6	4,4	94,0
Cartão Múltiplo	298,3	27,4	325,7
Crédito Empresas	254,9	0,1	255,0
Crédito imobiliário	1.855,5	92,7	1.948,2
Crédito Pessoal	695,4	22,7	718,1
	3.193,7	147,3	3.341,0

(em R\$ mil)

	31/12/2017		
	Baixo Risco	Alto Risco	Total
Cartão Consignado	352,2	11,9	364,0
Cartão Múltiplo	1.256,0	74,6	1.330,6
Crédito Empresas	760,1	41,5	801,6
Crédito imobiliário	61,2	0,2	61,4
Crédito Pessoal	41,5	2,5	44,1
	2.471,00	130,70	2.601,70

A tabela a seguir apresenta Empréstimos e adiantamentos a clientes do Banco e suas controladas por categoria nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, em consonância com o cálculo da perda esperada em IFRS:

	Em 31 de Dezembro de					
	2019	%	2018	%	2017	%
	(em R\$ milhões, exceto percentuais)					
Categorias da Carteira de Crédito						
AA	653,2	13,7%	432,3	12,9%	384,3	14,5%
A	3.502,7	73,4%	2.472,6	73,9%	1.842,4	71,1%
B	275,5	5,8%	191,1	5,7%	151,9	5,9%
C	130,4	2,7%	112,9	3,4%	91,8	3,5%
D	46,9	1,0%	43,0	1,3%	32,0	1,2%
E	45,7	1,0%	25,0	0,8%	26,9	1,0%
F	31,0	0,6%	11,9	0,4%	16,7	0,6%
G	19,7	0,4%	12,8	0,3%	12,0	0,5%
H	68,3	1,4%	45,5	1,3%	43,7	1,7%
Total Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.773,4	100%	3.347,0	100%	2.601,7	100,0%

Valores vencidos e outros financiamentos

Os valores vencidos listados na tabela abaixo incluem os empréstimos e financiamentos do Banco e suas controladas vencidos por mais de 90 dias por categoria com encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, em IFRS, segue quadro a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em R\$ milhões)		
NPL			
Para o setor não financeiro e para estrangeiros			
Crédito Imobiliário	86,3	92,6	86,8
Crédito Pessoal	108,1	22,3	37,7
Crédito Pessoa Jurídica	25,8	0,7	10,1
Outros Créditos.....	0,2	26,0	0,3
NPL Total	220,4	141,6	134,9
Empréstimos e financiamentos vencidos			
Com garantia	101,5	93,3	90,0
Sem garantia.....	118,9	48,3	44,9
Total de financiamentos vencidos.....	220,4	141,6	134,9

	Em 31 de dezembro de					
	2019	%	2018	%	2017	%
Categorias						
C	36,1	16,4%	32,4	22,9%	22,1	16,4%
D	27,8	12,6%	28,7	20,3%	24,1	17,9%
E	41,2	18,7%	22,2	15,6%	23,9	17,7%
F	30,5	13,8%	11,8	8,4%	15,1	11,2%
G	19,4	8,8%	13,2	9,3%	11,8	8,7%
H	65,4	29,7%	33,3	23,5%	37,9	28,1%
Total de financiamentos vencidos.....	220,4	100,0%	141,6	100,0%	141,6	100,0%

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2017, e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores do Banco (ri.bancointer.com.br).

A prática de remuneração do Banco para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, quando instalado, tem por objetivo o reconhecimento pelos serviços desenvolvidos e visa incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e os padrões de governança corporativa aos quais o Banco está submetido.

A Política de remuneração do Banco tem como objetivos principais: (i) buscar as melhores práticas de mercado; (ii) alinhar as políticas de remuneração a gestão de risco; (iii) prevenir a exposição ao risco em níveis superiores aos considerados prudentes no curto, médio e longo prazo; e (iv) a atribuição de remuneração adequada aos administradores das áreas de controle interno e de gestão de riscos, segregada do desempenho das áreas de negócio por eles controladas.

O Banco possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo que o referido órgão não foi instalado no exercício social de 2016, tendo sido instalado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2017, e que funcionou até a Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as Demonstrações Financeiras Anuais do Banco referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, realizada entre os dias 12 de março de 2018 e 14 de março de 2018, ocasião na qual deixou de funcionar em razão de não ter sido requerida sua manutenção. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019, o Conselho Fiscal foi novamente instalado, com mandado válido até a próxima Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se nos primeiros quatro meses de 2020.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas pela parcela fixa representada por seus honorários *pro labore*. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Remuneração Fixa

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, apenas o Presidente do Conselho de Administração e os membros independentes faziam jus à remuneração. Os demais membros renunciaram à remuneração que lhes seria devida em razão do exercício do cargo de membro do Conselho de Administração. A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, inclusive, todos os membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus à remuneração, exceto pelo conselheiro independente eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019, Sr. André Guilherme Cazzaniga Maciel, que renunciou ao direito de recebimento da remuneração que lhe seria devida, em função de um pacto celebrado com o acionista Softbank Group Corp. que o indicou como membro do Conselho de Administração, nos termos acordo de acionistas celebrado com o Banco Inter S.A.

Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração do Banco Inter não inclui nenhum benefício. Quando necessário, o Banco reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo.

Participação em Comitês.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração em razão da participação em comitês do Banco.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

O Banco pode oferecer aos membros do Conselho de Administração participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos membros no médio e longo prazo. Adicionalmente, não há qualquer impedimento aos membros do Conselho de Administração para que detenham opções de compra de ações de emissão do Banco em razão de outros cargos exercido nesta.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é dividida em: (i) parcela fixa representada por seus honorários *pro labore*; e (ii) benefícios de acordo com padrão de mercado. Adicionalmente, os membros do Diretoria Estatutária são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Remuneração Fixa

Nos termos da política de remuneração do Banco, os membros da Diretoria estatutária fazem jus à remuneração fixa que tem como objetivo remunerar os serviços prestados por cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria do Banco.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus ao recebimento de benefícios em linha com padrões de mercado.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração variável (bônus) anual.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

O Banco Inter pode oferecer aos membros da Diretoria Estatutária participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos membros no médio e longo prazo.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é composta apenas pela parcela fixa representada por seus honorários *pro labore*. Adicionalmente, os membros do

Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Remuneração Fixa

Todos os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, fazem jus à remuneração fixa em razão do exercício de seus cargos.

Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal do Banco Inter não inclui nenhum benefício. Quando necessário, o Banco reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo.

Participação em Comitês.

Os membros do Conselho Fiscal não participam de comitês do Banco, e, portanto, não fazem jus a qualquer remuneração em razão disso.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Comitês Estatutários e Não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Nenhum dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração faz jus a qualquer remuneração a este título.

ii. *Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:*

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	100%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Pós Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	100%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Pós Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	N/A
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	N/A
Pós Emprego	0,00%	0,00%	N/A
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	N/A
TOTAL	100,00%	100,00%	N/A

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores globais pagos aos administradores do Banco são calculados e atualizados anualmente pelo Comitê de Pessoas e Remuneração, aprovados pela assembleia geral de acionistas e, posteriormente, distribuídos entre os administradores pelo Conselho de Administração do Banco.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes do Banco, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item “c” abaixo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O Banco mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade do Banco e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

O Banco acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração, alinha os interesses dos executivos aos interesses do Banco no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas do Banco.

O Banco acredita que a outorga das opções alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da instituição, à medida que busca desenvolver neles o sentimento de “dono”, conforme se tornem acionistas por meio do exercício das opções.

v. a existência de membros não remunerados pelo Banco e a razão para esse fato

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em relação ao Conselho de Administração do Banco, apenas o Presidente do Conselho de Administração e os membros independentes faziam jus à remuneração. Os demais membros renunciaram à remuneração que lhes seria devida em razão do exercício do cargo de membro do Conselho de Administração.

A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, inclusive, todos os membros do Conselho de Administração, passaram a fazer jus à remuneração fixa, exceto pelo conselheiro independente eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019, Sr. André Guilherme Cazzaniga Maciel, que renunciou ao direito de recebimento da remuneração que lhe seria devida, em função de um pacto celebrado com o acionista Softbank Group Corp. que o indicou como membro do Conselho de Administração, nos termos do acordo de acionistas celebrado com o Banco Inter S.A.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração atribuída aos administradores do Banco: responsabilidades de cada cargo, desempenho individual, expansão dos negócios e performance em relação aos resultados do Banco. O modelo de avaliação de desempenho da administração, quando aplicável, é baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos administradores é estruturada pela evolução dos indicadores de desempenho individuais ou coletivos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração do Banco tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade do Banco. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses do Banco, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores, é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos do Banco. Assim, a estrutura da política de remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

O Banco busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos do Banco.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuídos aos administradores do Banco.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Banco possui um Comitê de Pessoas e Remuneração, que participa do processo decisório para definição dos valores globais de remuneração da Administração. Contudo, o comitê não participa da definição dos valores individuais.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual atribuída a cada membro da Administração leva em consideração as responsabilidades assumidas por cada um em suas respectivas funções, bem como os riscos inerentes à elas. O Banco contrata periodicamente empresas especializadas para a realização de pesquisas de mercado, visando manter os valores atribuídos a cada um de seus Administradores alinhado com aqueles praticados pelo mercado. A pesquisa de mercado se baseia na análise da competitividade do pacote de remuneração praticado pelo Banco, versus os pacotes de remuneração praticados pelo mercado.

iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração é atualizada e revisada anualmente pelo Conselho de Administração em conjunto com o Comitê de Pessoas e Remuneração.

13.2 - Remuneração total do Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,08	10,42	1,5	19
Nº de membros remunerados	6,92	10,42	1,5	19
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.774.000,00	11.368.508,09	126.000,00	15.268.508,09
Benefícios direto e indireto	446,30	667.514,47	149,22	668.109,99
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	849.150,00	2.557.914,33	28.350,00	3.435.414,33
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-

Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020
Total da remuneração	4.623.150,00	13.926.422,42	154.350,00	18.703.922,42

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	7,50	0,75	14,50
Nº de membros remunerados	6,25	7,50	0,75	14,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 3.154.000,00	R\$ 7.635.746,32	63.000,00	R\$ 10.852.746,32
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	R\$709.650,00	R\$1.718.042,92	R\$ 14.175,00	R\$2.441.867,92
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).

Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 02/2020
Total da remuneração	R\$3.863.650,00	R\$9.353.789,24	R\$ 77.175,00	R\$13.294.614,24

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,58	0,50	11,08
Nº de membros remunerados	2,00	5,58	0,50	8,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 2.754.914,40	R\$ 6.257.522,73	R\$ 45.500,00	R\$ 9.057.937,13
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	R\$619.855,74	R\$1.407.942,61	R\$10.237,50	R\$2.038.035,85
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	R\$269.962,00	-	R\$269.962,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e	O número de membros do Conselho de Administração e	O número de membros do Conselho de Administração	O número de membros do Conselho de Administração e

	da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020	da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020	e da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020	da Diretoria Estatutária do Banco foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 02/2020
Total da remuneração	R\$3.374.770,14	R\$7.935.427,34	R\$55.737,50	R\$11.365.934,98

13.3 - Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Não aplicável, considerando que nenhum membro da Diretoria, do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal fez jus à remuneração variável nos 3 últimos exercícios sociais.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e diretoria estatutária

Em 24 de fevereiro de 2012, 30 de setembro de 2016 e 06 de fevereiro de 2018, os acionistas do Banco aprovaram, respectivamente, o II, III e o IV Planos de Opções de Compra de Ações Preferenciais do Banco, respectivamente, destinado aos administradores e colaboradores do Banco. Em 06 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração do Banco aprovou o Programa nº 1 do IV Plano de Opções de Compra de Ações.

Não há opções a serem exercidas no Plano de Opções I.

Os Planos II, III e IV de Opções têm como meta o incentivo do relacionamento de longo prazo, entre o Banco e os beneficiários.

a. Termos e Condições Gerais:

Termos e Condições do II Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais (“Plano II”)

Data de Aprovação: 24 de fevereiro de 2012, conforme alterado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2016 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019;

Limite de emissão de opções: Até 4,0% do total de ações já emitidas, conforme capital social do Banco, considerando todos os Planos de Opção de Compra em vigor;

Classe de ações a serem exercidas: Preferenciais, Ordinárias e Certificados de Depósitos de Ações, formados por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais (*Units*);

Beneficiários: Administradores e colaboradores do Banco. Em 24 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a lista de beneficiários do referido Plano II e o envio das respectivas cartas de outorga aos referidos beneficiários.

Quantidade de opções a serem outorgadas¹: 294.645 (duzentas e noventa e quatro mil, seiscentas e quarenta e cinco) opções, divididas em três *tranches* cada, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Datas de Exercício das Opções: A partir de janeiro de 2013, relativamente à tranche de 2012 e assim sucessivamente, referente aos demais anos.

Períodos de Carência (*vesting*): cinco parcelas anuais para cada tranche, sendo que as primeiras 4 parcelas serão de 5,0% das opções outorgadas e a última de 80% das opções outorgadas.

Preço de Exercício: R\$1,00 (um real) por opção de ação da 1ª tranche; R\$1,84 (um real e oitenta e quatro centavos) por opção de ação das 2ª e 3ª tranches, após desdobramento de ações.

Vencimento: Após o período de dois anos, a contar da data de última subscrição prevista para cada tranche.

¹ Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial do Banco iniciada em 12 de março de 2018, suspensa e retomada em 14 de março de 2018, foi aprovado o desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial atualmente existente. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2019, foi aprovado um novo desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Em razão disso, o número de opções constantes deste quadro (outorgadas e ainda não exercidas), para todos os planos, será desdobrado na mesma proporção, com reflexos no preço de exercício.

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Vencimento
1ª Tranche (01.2012) – Preço de Exercício por opção	Preço: R\$1,00	Preço: R\$1,00	Preço: R\$1,00	Preço: R\$1,00	Preço: R\$1,00	31/12/2019
	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 80%	
2ª Tranche (01.2013) - Preço de Exercício por opção	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	31/12/2020
	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 80%	
3ª Tranche (01.2014) – Preço de Exercício por opção	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	Preço: R\$1,84	31/12/2021
	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 80%	

Rescisão: A rescisão do contrato de outorga de opção no âmbito do Plano II será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário com o Banco ou, em casos de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, ou caso seja atingido o prazo de vencimento do exercício das opções vestidas sem que haja o exercício ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro.

Termos e Condições do III Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais (“Plano III”)

Data de Aprovação: 30 de setembro de 2016, conforme alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019;

Limite de emissão de opções: A quantidade de opções a serem outorgadas no Plano III representa uma diluição de até 4,00% do capital social subscrito e integralizado do Banco, considerando todos os Planos de Opção de Compra em vigor. O número total de opções a serem exercidas não poderá ultrapassar o limite do capital autorizado do Banco.

Classe de ações a serem exercidas: Preferenciais, Ordinárias e Certificados de Depósitos de Ações, formados por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais (*Units*);

Beneficiários: Administradores e colaboradores do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a lista de beneficiários do Plano III e as assinaturas respectivas dos contratos de opções a serem celebrados com os referidos beneficiários.

Quantidade de opções a serem outorgadas²: 98.000 (noventa e oito mil) opções

Períodos de Carência (*vesting*): (i) 5,0% (cinco por cento) em 1º de janeiro de 2017; (ii) 5,0% (cinco por cento) em 1º de janeiro de 2018; (iii) 5,0% (cinco por cento) em 1º de janeiro de 2019;

² Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial do Banco iniciada em 12 de março de 2018, suspensa e retomada em 14 de março de 2018, foi aprovado o desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial atualmente existente. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2019, foi aprovado um novo desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Em razão disso, o número de opções constantes deste quadro (outorgadas e ainda não exercidas), para todos os planos, será desdobrado na mesma proporção, com reflexos no preço de exercício.

(iv) 5,0% (cinco por cento) em 1º de janeiro de 2020; e (v) 80% (oitenta por cento) em 1º de janeiro de 2021.

Preço de Exercício: R\$27,71 (vinte e sete reais e setenta e um centavos), *ex dividends*, que é o valor patrimonial atribuído às ações em 31/12/2015, excluídos os valores pagos a título de dividendos.

Vencimento: Após o período de até três anos do decurso do último período de carência.

	01/01/2017	01/01/2018	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021	Vencimento
III Plano	Preço: R\$2,31 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,31 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,31 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,31 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,31 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	01/01/2024
	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 5%	Direito de exercício: 80%	

Rescisão: A rescisão do contrato de outorga de opção no âmbito do Plano III será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário com o Banco ou, em casos de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, ou caso seja atingido o prazo de vencimento do exercício das opções vestidas sem que haja o exercício ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro.

Termos e Condições do Programa nº 1 do IV Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais (“Plano IV”) e do próprio Plano IV.

Data de Aprovação do Plano IV: 05 de fevereiro de 2018, conforme alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019;

Data de Aprovação do Programa nº 1 do Plano IV: 06 de fevereiro de 2018 e alterado em 15 de abril de 2019;

Limite de emissão de opções: A quantidade de opções a serem adquiridas pelos participantes no âmbito do Plano IV poderá representar uma diluição máxima de até 4% (quatro por cento) do capital social subscrito e integralizado do Banco, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas. No percentual aqui descrito, deverão ser englobados todos os Planos de Opção de Compra em vigor.

Classe de ações a serem exercidas: Preferenciais, , Ordinárias e Certificados de Depósitos de Ações, formados por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais (*Units*).

Beneficiários: Administradores e colaboradores do Banco. Em 06 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a lista de beneficiários do Programa nº 1 do Plano IV e as assinaturas respectivas dos contratos de opções a serem celebrados com os referidos beneficiários.

Quantidade de opções a serem adquiridas no Plano IV³: A quantidade total de opções do Programa nº 1 representa uma diluição máxima de 2,06% (dois inteiros e seis centésimos por cento) do capital social subscrito e integralizado do Banco na data de aprovação do Programa nº 1, considerando-se o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito do Programa nº 1.

Períodos de Carência (*vesting*): Para as opções outorgadas em 06 de fevereiro de 2018 (i) 20% (vinte por cento) no dia útil subsequente à data de outorga; (ii) 20% (vinte por cento) no primeiro aniversário da data de outorga; (iii) 20% (vinte por cento) no segundo aniversário da data de outorga; (iv) 20% (vinte por cento) no terceiro aniversário da data de outorga; e (v) 20% (vinte por cento) no quarto aniversário da data de outorga.

Para as eventuais demais opções outorgadas no âmbito do Programa I do Plano IV, o *vesting* das opções obedecerá a proporção de 20% (vinte por cento) em cada data de exercício, que serão definidas nos contratos de outorga de opções que vierem serem celebrados com os respectivos beneficiários.

Preço de Aquisição: R\$0,32 (trinta e dois centavos) sujeito em todos os casos, às alterações relativas a desdobramentos de ações que sejam aprovados pelo Banco.

Preço de Exercício: R\$5,41 (cinco reais e quarenta e um centavos), excluídos os valores pagos a título de dividendos, sujeito, em todos os casos, às alterações relativas a desdobramentos de ações que sejam aprovados pelo Banco.

Vencimento: Após o período de três anos, contados dos respectivos períodos de carência, após o que serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

	06/02/18	05/02/19	05/02/20	05/02/21	05/02/22
1º Programa do IV Plano	Preço: R\$2,71 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,71 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,71 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,71 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)	Preço: R\$2,71 (Valor patrimonial excluídos valores pagos a título de dividendos)
	Direito de exercício: 20%	Direito de exercício: 20%	Direito de exercício: 20%	Direito de exercício: 20%	Direito de exercício: 20%
	Vencimento: 06/02/2021	Vencimento: 05/02/2022	Vencimento: 05/02/2023	Vencimento: 05/02/2024	Vencimento: 05/02/2025

Rescisão: A rescisão do contrato de aquisição de opção no âmbito do Plano IV será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário com o Banco ou, em casos de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, ou caso seja atingido o prazo de vencimento do exercício das opções vestidas sem que haja o exercício ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro.

³ Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial do Banco iniciada em 12 de março de 2018, suspensa e retomada em 14 de março de 2018, foi aprovado o desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial atualmente existente. Em razão disso, o número de opções constantes deste quadro (outorgadas e ainda não exercidas), para todos os planos, será desdobrado na mesma proporção, com reflexos no preço de exercício.

b. Principais objetivos do plano

Os Planos II, III e IV têm por objetivo (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais e dos interesses dos acionistas, permitindo a determinados membros da administração e colaboradores do Banco adquirir ações; e (ii) possibilitar ao Banco a contratação e manutenção de executivos e colaboradores.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O oferecimento de opções de compra de ações é uma forma de estímulo aos beneficiários por meio do seu comprometimento na geração de resultados para valorização das ações no médio e longo prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento de riscos e ganhos do Banco, por meio da valorização das ações adquiridas a partir do exercício das opções outorgadas.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do Banco

Os Planos II, III e IV foram aprovados visando a manutenção de um nível de competitividade adequado aos negócios do Banco e ao contexto do mercado em que atua.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do Banco a curto, médio e longo prazo

Os Planos II, III e IV possuem como critério principal para exercício de opções, a divisão em tranches anuais e a existência dos períodos de carência, que fazem com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações do Banco, no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

(i) Plano II : As outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano II, estão limitadas ao máximo de 4,0% (quatro por cento) do total de ações do capital social subscrito e integralizado do Banco, com data base em 31/12/2011, considerando todos os Planos de Opção de Compra em vigor. As ações que forem emitidas em decorrência de aumento dentro do limite do capital autorizado não estão sujeitas ao direito de preferência estabelecido no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Plano III: As outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano III, deverão observar o limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício das referidas opções. A quantidade de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano III representa uma diluição de até 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) do capital social subscrito e integralizado do Banco, considerando todos os Planos de Opção de Compra em vigor, podendo tal limite previsto ser alterado mediante deliberação do Conselho de Administração.

(iii) Plano IV: A quantidade de opções a serem adquiridas pelos participantes no âmbito do Plano IV poderá representar uma diluição máxima de até 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social subscrito e integralizado do Banco, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas. No percentual aqui descrito, deverão ser englobados Planos de Opção de Compra em vigor.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária de emissão do Banco. A quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito nos itens “f” acima.

h. condições de aquisição de ações

As opções de ações dos Planos II, III e IV só poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item “a” acima.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

(i) Plano II : R\$1,00 (um real) por opção de ação da 1ª tranche; R\$22,13 (vinte e dois reais e treze centavos) por opção de ação das 2ª e 3ª tranches, referente ao valor patrimonial da ação em 31/12/2011.

(ii) Plano III: R\$27,71 (vinte sete reais e setenta e um centavos), ex dividendos, que é o valor patrimonial atribuído às ações em 31/12/2015, excluídos os valores pagos a título de dividendos.

(iii) Plano IV: R\$1,93 (um real e noventa e três centavos) (preço de aquisição) e R\$32,49 (trinta e dois reais e quarenta e nove centavos) (preço de exercício), excluídos os valores pagos a título de dividendos.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções do Plano II, III e IV poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item “a” acima, observado os prazos de carência e o prazo de vencimento de cada uma delas, sob pena de decadência do direito de exercício.

k. Forma de liquidação

O exercício das opções objeto do Plano II, do Plano III e do Plano IV, por cada beneficiário deverá ser realizado mediante pagamento em uma única parcela, em até 20 dias úteis, contados da data em que o Banco tomar conhecimento do interesse do beneficiário em exercer as opções, por meio de (i) cheque nominal ao Banco; (ii) transferência bancária para conta indicada pelo Banco; (iii) qualquer outra forma de pagamento permitida pelo Banco e previamente comunicada ao beneficiário, por escrito.

O exercício das opções deverá ser formalizado pelo beneficiário, mediante envio de carta registrada enviada para o endereço do Banco ou por outro documento escrito previsto nos Planos II, III e IV.

l. Restrições à transferência de ações

(i) Plano II: Uma vez exercidas as opções no âmbito do Plano II, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano II, pelo período mínimo de 04 (quatro) anos, contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

(ii) Plano III: Caso o Banco seja uma companhia fechada, ou seja, suas ações ainda não sejam negociadas em bolsa de valores, os beneficiários só poderão alienar as ações no prazo de 5 (cinco) anos após as respectivas datas de outorga das opções, nos termos dos contratos de opção celebrados. Caso o Banco seja uma companhia de capital aberto, os beneficiários que desejarem alienar suas ações poderão fazê-lo em ambiente de bolsa, sujeito às condições de mercado.

(iii) Plano IV: As Ações adquiridas e/ou subscritas em decorrência do exercício das Opções de Compra relativas ao primeiro período de vesting, qual seja, aquelas descritas correspondentes a 20% do total de opções outorgadas a cada Beneficiário, estarão sujeitas a um período de restrição à negociação de 6 (seis) meses contados da data de seu exercício ("Ações Restritas"). Adicionalmente, se, não obstante as restrições previstas, o participante selecionado, por qualquer motivo, alienar suas Ações Restritas sem observar os limites e prazos estabelecidos, as demais opções previstas, ainda que não tenham sido exercidas serão automaticamente canceladas, de pleno direito, independente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos II, III e IV serão administrados pelo Conselho de Administração do Banco, que terá amplos poderes para tomar as medidas necessárias para a sua administração. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará estritamente sujeito aos limites previstos em lei, na regulamentação aplicável, nos Planos II, III e IV e no Estatuto Social do Banco, bem como às diretrizes da assembleia geral de acionistas.

Compete ao Conselho de Administração, dentre outras obrigações:

- (i) a definição e aprovação dos beneficiários, e das condições das opções de compra a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- (ii) a definição das regras complementares aos Planos II e III e a reavaliação de seus termos e condições, conforme aplicável;
- (iii) a análise de casos excepcionais relacionados com os Planos II e III; e
- (iv) a alteração ou extinção dos Planos II e III, caso seja de interesse do Banco.

O Conselho de Administração, no interesse do Banco Inter e de seus acionistas, poderá rever as condições dos Planos II, III e IV, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do Banco sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

(i) Plano II: Na hipótese do beneficiário se desligar ou ser desligado do Banco, ou no caso de falecimento ou invalidez permanente, as opções a ele outorgadas e cujo prazo de exercício ainda não tiver sido atingido, não poderão ser exercidas, uma vez que considerar-se-ão extintas na data de qualquer um destes eventos. Serão mantidas, nesta hipótese, as condições para alienação das ações, observado o período mínimo de alienação.

(ii) Plano III: Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano III poderão ser extintos ou modificados.

Caso o beneficiário se desligue por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou desligar-se por aposentadoria ou desligar-se mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (a) as opções ainda não exercíveis (ou seja, que não tenham passado o período de exercício), na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) as opções já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Se o beneficiário for desligado mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador: todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Se o beneficiário falecer ou sofrer invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento ou invalidez permanente, poderão ser exercidas, pelos respectivos herdeiros e sucessores legais do beneficiário no caso de falecimento, ou pelos seus representantes no caso de invalidez permanente, no prazo de 12 (doze) meses contados da data do evento em questão, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que as ações adquiridas e/ou subscritas em tais circunstâncias se tornarão automaticamente disponíveis para negociação, respeitadas a lei e a regulamentação aplicáveis.

(iii) Plano IV: Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano IV e seus Programas de Opções poderão ser extintos ou modificados:

Caso o beneficiário se desligue por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou desligar-se por aposentadoria ou desligar-se mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (a) as opções ainda não exercíveis (ou seja, que não tenham passado o período de exercício), na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) as opções já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Se o beneficiário for desligado mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador: todas as opções já exercíveis ou ainda não

exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Se o beneficiário falecer ou sofrer invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento ou invalidez permanente, poderão ser exercidas, pelos respectivos herdeiros e sucessores legais do beneficiário no caso de falecimento, ou pelos seus representantes no caso de invalidez permanente, no prazo de 12 (doze) meses contados da data do evento em questão, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que as ações adquiridas e/ou subscritas em tais circunstâncias se tornarão automaticamente disponíveis para negociação, respeitadas a lei e a regulamentação aplicáveis.

13.5 - Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019 ¹		
PLANO II	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	4,00
Nº total de membros remunerados	N/A	4,00
Data da Outorga	N/A	24/02/2012
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.289.070
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º ano – 64.452 2º ano – 64.452 3º ano – 64.452 4º ano – 64.452 5º ano – 1.031.262
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	1ª tranche: janeiro/2019 2ª tranche: janeiro/2020 3ª tranche: janeiro/2021
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
<i>a) Opções em aberto no início do exercício</i>	N/A	175.848 – R\$ 5,17
<i>b) Opções perdidas durante o exercício</i>	N/A	N/A
<i>c) Opções exercidas durante o exercício</i>	N/A	151.901 – R\$ 5,32
<i>d) Opções expiradas durante o exercício</i>	N/A	N/A
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas</i>	N/A	0,15%
PLANO III	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº total de membros remunerados	N/A	8,00
Data da Outorga	N/A	30/09/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	438.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º ano – 21.900 2º ano – 21.900 3º ano – 21.900 4º ano – 21.900 5º ano – 350.400
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	1ª tranche: janeiro/2019 2ª tranche: janeiro/2020 3ª tranche: janeiro/2021
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
<i>Opções em aberto no início do exercício</i>	N/A	424.200 – R\$ 5,32
<i>Opções perdidas durante o exercício</i>	N/A	N/A
<i>Opções exercidas durante o exercício</i>	N/A	26.400 - R\$ 4,82
<i>Opções expiradas durante o exercício</i>	N/A	N/A
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas</i>	N/A	0,02%

PLANO IV	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	1,00	10,00
Nº total de membros remunerados	1,00	10,00
Data da Outorga	06/02/2018	06/02/2018
Quantidade de opções outorgadas	18.000	1.400.288
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1º ano – 3.600 2º ano – 3.600 3º ano – 3.600 4º ano – 3.600 5º ano – 3.600	1º ano – 280.057 2º ano – 280.057 3º ano – 280.057 4º ano – 280.057 5º ano – 280.060
Prazo Máximo para Exercício das opções	06/02/2021– 3.600 06/02/2022– 3.600 06/02/2023– 3.600 06/02/2024– 3.600 06/02/2025– 3.600	06/02/2021 - 280.057 06/02/2022 - 280.057 06/02/2023 - 280.057 06/02/2024 - 280.057 06/02/2025 - 280.057
Preço médio ponderado de exercício:		
Opções em aberto no início do exercício	14.400 – R\$ 5,42	1.367.288 – R\$ 5,42
Opções perdidas durante o exercício	N/A	N/A
Opções exercidas durante o exercício	3.600 – R\$ 4,91	365.915 - R\$ 4,89
Opções expiradas durante o exercício	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	0,00%	0,25%

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial do Banco iniciada em 12 de março de 2018, suspensa e retomada em 14 de março de 2018, foi aprovado o desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2019, foi aprovado um novo desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Em razão disso, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 os números e valores indicados para as opções refletem os efeitos decorrentes de tal desdobramento.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018¹		
PLANO II	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	4
Nº total de membros remunerados	N/A	4
Data da Outorga	N/A	24/02/2012
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.289.070
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º ano – 64.452 2º ano – 64.452 3º ano – 64.452 4º ano – 64.452 5º ano – 1.031.262
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	1ª tranche: janeiro/2019 2ª tranche: janeiro/2020

		3ª tranche: janeiro/2021
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
<i>Opções em aberto no início do exercício</i>	N/A	439.620 – R\$ 5,17
<i>Opções perdidas durante o exercício</i>	N/A	0
<i>Opções exercidas durante o exercício</i>	N/A	263.772 – R\$ 5,17
<i>Opções expiradas durante o exercício</i>	N/A	0
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas</i>	N/A	0,08%
<u>PLANO III</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7
Nº total de membros remunerados	N/A	7
Data da Outorga	N/A	30/09/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	438.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º ano – 21.900 2º ano – 21.900 3º ano – 21.900 4º ano – 21.900 5º ano – 350.400
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	1ª tranche: janeiro/2019 2ª tranche: janeiro/2020 3ª tranche: janeiro/2021
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
<i>Opções em aberto no início do exercício</i>	N/A	438.000 – R\$ 5,32
<i>Opções perdidas durante o exercício</i>	N/A	0
<i>Opções exercidas durante o exercício</i>	N/A	13.800 – R\$ 5,32
<i>Opções expiradas durante o exercício</i>	N/A	0
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas</i>	N/A	0,18%
<u>PLANO IV</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	7,00
Nº total de membros remunerados	1,0	7,00
Data da Outorga	06/02/2018	06/02/2018
Quantidade de opções outorgadas	18.000	1.400.288
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1º ano – 3.600 2º ano – 3.600 3º ano – 3.600 4º ano – 3.600 5º ano – 3.600	1º ano – 280.057 2º ano – 280.057 3º ano – 280.057 4º ano – 280.057 5º ano – 280.057
Prazo Máximo para Exercício das opções	06/02/2021– 3.600 06/02/2022– 3.600 06/02/2023– 3.600 06/02/2024– 3.600 06/02/2025– 3.600	06/02/2021 – 280.057 06/02/2022– 280.057 06/02/2023– 280.057 06/02/2024– 280.057 06/02/2025– 280.057
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>	R\$ 5,42	R\$ 5,42
<i>a) Opções em aberto no início do exercício</i>	N/A	N/A
<i>b) Opções perdidas durante o exercício</i>	N/A	N/A

<i>c) Opções exercidas durante o exercício</i>	3.600 – R\$ 4,92	33.000 – R\$ 4,92
<i>d) Opções expiradas durante o exercício</i>	N/A	N/A
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas</i>	0,01%	0,21%

¹ Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial do Banco iniciada em 12 de março de 2018, suspensa e retomada em 14 de março de 2018, , foi aprovado o desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Em razão disso, nos termos da o pronunciamento técnico CPC 41os números e valores indicados para as opções constantes deste quadro refletem, conforme aplicável, os efeitos decorrentes de tal desdobramento.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017¹		
<u>PLANO II</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	5,58
Nº total de membros remunerados	N/A	4,00
Data da Outorga	N/A	24/02/2012
Quantidade de opções outorgadas	N/A	214.845
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º ano – 10.742 2º ano – 10.742 3º ano – 10.742 4º ano – 10.742 5º ano – 171.876
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	1ª tranche: janeiro/19 2ª tranche: janeiro/20 3ª tranche: janeiro/21
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
<i>a) Opções em aberto no início do exercício</i>	N/A	102.583 – R\$ 20,62
<i>b) Opções perdidas durante o exercício</i>	N/A	0 - R\$0,00
<i>c) Opções exercidas durante o exercício</i>	N/A	29.311 – R\$ 2,49
<i>d) Opções expiradas durante o exercício</i>	N/A	0 – R\$0,00
<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas</i>	N/A	0,8621%
<u>PLANO III</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	5,58
Nº total de membros remunerados	N/A	4,00
Data da Outorga	N/A	30/09/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	71.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	5% - 2017 – 3.550 5% - 2018 – 3.500 5%- 2019 – 3.550 5% - 2020 – 3.550 80% - 2021 – 56.800
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	2024
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
<i>a) Opções em aberto no início do exercício</i>	N/A	0 - R\$0,00
<i>b) Opções perdidas durante o exercício</i>	N/A	0 – R\$0,00
<i>c) Opções exercidas durante o exercício</i>	N/A	0 – R\$0,00
<i>d) Opções expiradas durante o exercício</i>	N/A	0 – R\$0,00

<i>Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas</i>	N/A	0%
--	-----	----

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial do Banco iniciada em 12 de março de 2018, suspensa e retomada em 14 de março de 2018, foi aprovado o desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Os números e valores indicados para as opções não refletem os efeitos decorrentes de tal desdobramento. Para que sejam comparáveis aos números e valores indicados para as opções em 31 de dezembro de 2018, os efeitos do mencionado desdobramento devem ser considerados.

13.6 - Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Exercício social encerrado em 31/12/2019¹		
<u>PLANO II</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	4,00
Nº total de membros remunerados	N/A	4,00
Outorga de Opções de Compra de Ações		
Quantidade de Opções Outorgadas	N/A	1.289.070
<i>Data em que as opções se tornarão exercíveis</i>	N/A	1º ano – 64.452 2º ano – 64.452 3º ano – 64.452 4º ano – 64.452 5º ano – 1.031.262
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>	N/A	1ª tranche: janeiro/19 2ª tranche: janeiro/20 3ª tranche: janeiro/21
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>	N/A	4 (quatro) anos a partir da data de recebimento da primeira oferta do Plano II de Opções
<i>Preço Médio Ponderado de Exercício</i>	N/A	R\$ 5,32
<i>Valor justo das opções na data da outorga</i>	N/A	1ª Tranche - R\$ 1,83 2ª Tranche - R\$ 0,88 3ª Tranche - R\$ 0,99
<u>PLANO III</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº total de membros remunerados	N/A	8,00
Outorga de Opções de Compra de Ações		
Quantidade de Opções Outorgadas	N/A	438.000
<i>Data em que as opções se tornarão exercíveis</i>	N/A	1º ano – 21.900 2º ano – 21.900 3º ano – 21.900 4º ano – 21.900 5º ano – 350.400
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>	N/A	01.01.2024
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>	N/A	30.09.2021
<i>Preço Médio Ponderado de Exercício</i>	N/A	R\$ 4,82
<i>Valor justo das opções na data da outorga</i>	N/A	R\$ 1,13
<u>PLANO IV</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	1,00	10,00
Nº total de membros remunerados	1,00	10,00
Outorga de Opções de Compra de Ações		

Quantidade de Opções Outorgadas	18.000	1.400.288
Data em que as opções se tornarão exercíveis	1º ano – 3.600	1º ano – 280.057
	2º ano – 3.600	2º ano – 280.057
	3º ano – 3.600	3º ano – 280.057
	4º ano – 3.600	4º ano – 280.057
	5º ano – 3.600	5º ano – 280.060
Prazo máximo para exercício das opções	01.01.2024	01.01.2024
Prazo de restrição à transferência das ações	30.09.2021	30.09.2021
Preço Médio Ponderado de Exercício	R\$ 4,91	R\$ 4,89
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,32	R\$ 0,32

¹ Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial do Banco iniciada em 12 de março de 2018, suspensa e retomada em 14 de março de 2018, foi aprovado o desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2019, foi aprovado um novo desdobramento das ações do Banco, na razão de 6 (seis) ações ordinárias em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária então existente, e 6 (seis) ações preferenciais em substituição a cada 1 (uma) ação preferencial então existente. Em razão disso, nos termos da o pronunciamento técnico CPC 41 os números e valores indicados para as opções constantes deste quadro refletem, conforme aplicável, os efeitos decorrentes de tal desdobramento.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2019				
<u>PLANO II</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	4,00	N/A	4,00
Nº de membros remunerados	N/A	4,00	N/A	4,00
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	N/A	151.901	N/A	151.901
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	N/A	R\$5,32	N/A	R\$5,32
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	N/A	151.901	N/A	151.901
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	N/A	R\$3,69	N/A	R\$3,69
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2019				
<u>PLANO III</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	8,00	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	8,00	N/A	8,00
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	N/A	26.400	N/A	26.400
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	N/A	R\$4,82	N/A	R\$4,82
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	N/A	26.400	N/A	26,400
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	N/A	R\$3,76	N/A	R\$3,76
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2019				
<u>PLANO IV</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	10,00	N/A	11,00
Nº de membros remunerados	1,00	10,00	N/A	11,00
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	3.600	365.915	N/A	369.515
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	4,91	R\$4,89	N/A	R\$4,89
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	3.600	365.915	N/A	369.515
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	4,80	R\$4,61	N/A	R\$4,61

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2018				
<u>PLANO II</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	5,58	N/A	5,58
Nº de membros remunerados	N/A	4,00	N/A	4,00
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	N/A	263.772	N/A	263.772
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	N/A	R\$3,69	N/A	R\$3,69
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	N/A	263.773	N/A	263.773
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	N/A	R\$3,69	N/A	R\$3,69
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2018				
<u>PLANO III</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	5,58	N/A	5,58
Nº de membros remunerados	N/A	4,00	N/A	4,00
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	N/A	13.800	N/A	13.800
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	N/A	R\$4,46	N/A	R\$4,46
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	N/A	13.800	N/A	13,800
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	N/A	R\$4,46	N/A	R\$4,46
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2018				
<u>PLANO IV</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	5,58	N/A	5,58
Nº de membros remunerados	N/A	4,00	N/A	4,00
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	3.600	33.000	N/A	36.600
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	5,24	R\$5,24	N/A	R\$5,24

<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	3.600	29.308	N/A	29.308
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	5,24	R\$0,00	N/A	R\$0,00
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2017				
<u>PLANO II</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	5,58	N/A	5,58
Nº de membros remunerados	N/A	4,00	N/A	4,00
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	N/A	29.308	N/A	29.308
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	N/A	R\$ 2,49	N/A	R\$ 2,49
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	N/A	29.308	N/A	29.308
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2017				
<u>PLANO III</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	5,58	N/A	5,58
Nº de membros remunerados	N/A	5,58	N/A	5,58
Opções Exercidas				
<i>Número de Ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>Preço Médio ponderado de exercício</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações Entregues				
<i>Número de ações entregues</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações</i>	N/A	N/A	N/A	N/A

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7
- Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

Em relação aos Planos II, III e IV, o Banco registra o valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*.

O modelo *Black & Scholes* consiste em modelo matemático que visa avaliar o preço justo de opções de compra de ações amplamente utilizado pelo mercado, envolvendo diferentes variáveis.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Foram utilizados os seguintes dados e premissas no modelo de precificação:

	Planos				
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)	4(2018)
Preço de Exercício	1,00	3,69	3,69	4,62	5,42
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%	9,87%
Duração do Exercício (anos)	7	8	9	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%	39,67%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	1,83	0,88	0,99	1,13	0,32

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Em relação aos Planos II, III e IV, não há hipótese de exercício antes do *vesting* das opções. Além disso, em caso de exercício após o *vesting* antes do vencimento, não haveriam efeitos relevantes para o capital do Banco.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Como o Banco não tem ações negociadas em bolsa, foram selecionados pares (outros Bancos) com ações negociadas em bolsa, levantadas as respectivas volatilidades, e utilizada a média das volatilidades para efeito da precificação das opções. A volatilidade esperada foi calculada com data base na outorga das opções de cada Plano.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Em relação aos Planos II, III e IV, não foram utilizadas outras características da opção para mensuração de seu valor justo de suas respectivas opções.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Banco Inter S.A.

Em 31/12/2019

Órgão	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	33.581.588	188.571.736	222.153.324
Diretoria	1.823.169	911.284	2.734.453
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2020, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

13.10 - Informações em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários

O Banco não custeia planos de previdência para seus administradores.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,08	6,25	5,00	10,42	7,50	5,58	1,5	0,75	0,50
Nº de membros Remunerados	6,92	6,25	2,00	10,42	7,50	5,58	1,5	0,75	0,50
Valor da maior Remuneração (Reais)	R\$ 2.878.750,00	R\$ 2.205.000,00	R\$ 3.124.870,14	R\$ 4.231.339,88	R\$ 2.880.327,71	R\$ 3.576.895,14	R\$ 51.450,00	R\$ 25.725,00	R\$ 18.579,17
Valor da menor Remuneração (Reais)	R\$ 274.000,00	R\$ 269.500,00	R\$ 249.900,00	R\$ 52.617,83	R\$ 352.800,00	R\$ 349.900,83	R\$ 51.450,00	R\$ 25.725,00	R\$ 18.579,17
Valor médio da Remuneração (Reais)	R\$ 660.450,00	R\$ 551.950,00	R\$ 1.687.385,07	R\$ 1.071.263,26	R\$1.169.223,66	R\$1.422.119,59	R\$ 51.450,00	R\$ 25.725,00	R\$ 111.475,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.
31/12/2018	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.
31/12/2017	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.
Conselho de Administração	
31/12/2019	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020
31/12/2018	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020
31/12/2017	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020
Conselho Fiscal	
31/12/2019	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.
31/12/2018	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.
31/12/2017	O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.

13.12 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$3.374.770,14	R\$55.737,50	R\$7.665.465,34
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$ 2.919.914,40
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0,00%	0,00%	38,09%

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$ 3.863.650,00	R\$ 77.175,00	R\$ 9.353.789,24
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$ 1.098.825,00	R\$0,00	R\$ 2.880.327,71
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	28,44%	0,00%	30,79%

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$ 4.623.150,00	R\$ 154.350,00	R\$ 13.926.422,42
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$ 2.878.750,00	R\$ 0,00	R\$ 4.231.339,88
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	62,27%	0,00%	30,38%

13.14 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, este último, quando instalado, não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

13.15 - Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal.

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas do Banco, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

13.16 - Outras informações relevantes

Total da Remuneração dos Administradores em 2017, 2018 e 2019

As informações a respeito da remuneração dos administradores do Banco relativas constantes do item 13.2 deste Formulário de Referência foram elaboradas de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº02/2020, levando-se em consideração os valores relativos aos encargos e à remuneração baseada em ações para todos os períodos ali indicados. O total da remuneração dos administradores do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$9.057.937,13.

Em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 as informações constantes das Demonstrações Financeiras não consideram os valores relativos aos encargos, à remuneração baseada em ações e à gratificação especial que foi paga à todos os empregados, indistintamente. O total da remuneração dos administradores do Banco para 2019 e 2018, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras é de, respectivamente, R\$11.626.281,53 e R\$9.509.259,00.

Remuneração do Conselho Fiscal em 2018

Conforme previsto no Estatuto Social do Banco, o Conselho Fiscal não é um órgão de funcionamento permanente. Assim, tendo em vista que o Conselho Fiscal, apesar de não ter tido sua instalação renovada para o período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2018, o órgão estava instalado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e, por isso, seus membros foram remunerados durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2018. Dessa forma, o número de membros remunerados do Conselho Fiscal constante do item 13.2 deste Formulário de Referência, relativo ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2018, reflete o período em que houve remuneração dos membros.

Remuneração do Conselho Fiscal em 2019

Na Assembleia Geral Ordinária do Banco realizada em 26 de abril de 2018, o Conselho Fiscal foi instalado e seus membros foram eleitos com mandato até a data da Assembleia Geral a se realizar em 2020 e, por isso, seus membros foram remunerados após a sua homologação pelo Banco Central do Brasil e posse em 01 de julho de 2019 até a data de término do mandato em abril de 2020.

Número de Membros dos Órgãos da Administração

Conselho de Administração

Exercício de 2019		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	7	7
Fevereiro	7	7
Março	7	7
Abril	7	7
Maio	7	7
Junho	7	7
Julho	7	7
Agosto	7	7
Setembro	7	7
Outubro	7	7
Novembro	8	7
Dezembro	7	6
Total:	7.08	6,92

Exercício de 2018		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	3	3
Fevereiro	7	7
Março	7	7
Abril	7	7
Maio	7	7
Junho	7	7
Julho	7	7
Agosto	7	7
Setembro	7	7
Outubro	7	7
Novembro	7	7
Dezembro	7	7
Total:	6.08	6.08

Exercício de 2017		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	5	2
Fevereiro	5	2
Março	5	2
Abril	5	2
Maio	5	2
Junho	5	2
Julho	5	2
Agosto	5	2
Setembro	5	2
Outubro	5	2
Novembro	5	2
Dezembro	5	2
Total:	5,00	2,00

Diretoria

Exercício de 2019		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	11	11
Fevereiro	10	10
Março	10	10
Abril	10	10
Maio	10	10
Junho	10	10
Julho	10	10
Agosto	10	10
Setembro	11	11
Outubro	11	11
Novembro	11	11
Dezembro	11	11
Total:	10.42	10.42

Exercício de 2018		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	7	7
Fevereiro	7	7
Março	7	7
Abril	7	7
Maio	7	7
Junho	7	7
Julho	8	8
Agosto	8	8
Setembro	8	8
Outubro	8	8
Novembro	8	8
Dezembro	8	8
Total:	7.5	7.5

Exercício de 2017		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	5	5
Fevereiro	5	5
Março	5	5
Abril	5	5
Maio	5	5
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Total:	5,58	5,58

Conselho Fiscal

Exercício de 2019		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	0	0
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	3	3
Agosto	3	3
Setembro	3	3
Outubro	3	3
Novembro	3	3
Dezembro	3	3
Total:	1,5	1,5

Exercício de 2018		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	3	3
Fevereiro	3	3
Março	3	3
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	0	0
Outubro	0	0
Novembro	0	0
Dezembro	0	0
Total:	0,75	0,75

Exercício de 2017		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	0	0
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	0	0
Outubro	0	0
Novembro	3	3
Dezembro	3	3
Total:	0,50	0,50

Anexo VI

Quadro comparativo das alterações ao Estatuto Social em atendimento ao disposto no artigo 11, da Instrução CVM 481

REFORMA ESTATUTÁRIA		
Estatuto Atual	Proposta de Alteração do Estatuto (cópia marcada com relação à última versão consolidada ao lado)	Justificativas/Comentários
ARTIGO 14.[...] (xv) deliberar sobre a celebração ou aditamento de contrato ou acordo, pelo Banco ou suas sociedades controladas, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses, e sob o qual o Banco ou suas sociedades controladas assumam responsabilidades ou obrigações recíprocas, de valor superior a montante determinado pelo Conselho de Administração anualmente no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica.	ARTIGO 14.[...] (xv) deliberar sobre a celebração ou aditamento de contrato ou acordo, pelo Banco ou suas sociedades controladas, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses, e sob o qual o Banco ou suas sociedades controladas assumam responsabilidades ou obrigações recíprocas, represente valor superior a montante determinado pelo Conselho de Administração anualmente no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica.	Simples ajuste e correção de português na redação.
ARTIGO 21.[...] <i>Parágrafo 1º.</i> A Diretoria terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor. O Banco terá (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia; Operações e Financeiro; (iii) um Diretor Vice-Presidente Comercial ; (iv) um Diretor de Relações com Investidores; (v) um Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria; (vi) um Diretor de Tecnologia; (vii) um Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem; e (viii) demais Diretores, sem designação específica.	ARTIGO 36.[...] Parágrafo 1º. A Diretoria terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor. O Banco terá (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Financeiro Operações; (iii) um Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários ; (iv) um Diretor de Relações com Investidores; (v) um Diretor Financeiro ; (vi) um Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria; (vii) um Diretor de Tecnologia da Informação ; (viii) um Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem; (ix) demais Diretores, sem designação específica. (...);	Trata-se de reestruturação da estrutura de cargos da Diretoria, para fins de excluir o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e criar o (i) cargo de Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários; (ii) o cargo segregado de Diretor Financeiro; e (iii) alterar o cargo de Diretor de Tecnologia para Diretor de Tecnologia da Informação,. As alterações de justificam para, no entendimento da Administração da Companhia, compatibilizar sua estrutura diretiva às necessidades e desafios atuais do Banco.

ARTIGO 24. (...)

Parágrafo 3º. Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente:

(i) **Diretor Presidente:** Dirigir as atividades gerais do Banco e coordenar as atividades da Diretoria e, ainda: (a) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração; (b) supervisionar a área de crédito; (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (d) supervisionar e coordenar as políticas internas do Banco; e (e) desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Conselho de Administração.

(ii) **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro:** Coordenar e supervisionar as áreas financeira e back-office, incluindo operações, jurídico, cobrança, desenvolvimento, controladoria, tesouraria (inclusive mesa de operações de câmbio) e tecnologia da informação e, ainda, desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.

(iii) **Diretor Vice-Presidente Comercial:** Coordenar e supervisionar as áreas ~~comerciais~~ do Banco, incluindo as áreas de crédito imobiliário, operações de crédito para pessoas jurídicas, ~~conta digital, marketing, comercial de câmbio, cartões e crédito pessoal~~ e, ainda desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.

(iv) **Diretor de Relações com Investidores:** Representar o Banco perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Bacen, às bolsas de valores nas quais o Banco venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

(v) **Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria:** Exercer as funções que lhes forem

ARTIGO 39.[...]

Parágrafo 3º. Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente:

(i) **Diretor Presidente:** Dirigir as atividades gerais do Banco e coordenar as atividades da Diretoria e, ainda: (a) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração; (b) supervisionar a área de crédito; (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (d) supervisionar e coordenar as políticas internas do Banco; e (e) desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Conselho de Administração.

(ii) **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro:** Coordenar e supervisionar as áreas financeira e back-office, incluindo operações, jurídico, cobrança, desenvolvimento, controladoria, tesouraria (inclusive mesa de operações de câmbio) e tecnologia da informação e, ainda, desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.

(iii) **Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários:** Coordenar e supervisionar ~~as áreas de produtos bancários do Banco~~, incluindo as áreas de crédito imobiliário, ~~crédito consignado, crédito empresas, dentre outros produtos bancários~~, e, ainda desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.

(iv) **Diretor de Relações com Investidores:** Representar o Banco perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Bacen, às bolsas de valores nas quais o Banco venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

(v) **Diretor Financeiro:** Representar o Banco perante as áreas financeiras do Banco, cabendo-lhe supervisionar as áreas de planejamento financeiro e contabilidade.

Trata-se de reestruturação da estrutura da Diretoria, para fins de excluir o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e criar o (i) cargo de Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários; e (ii) o cargo de Diretor Financeiro

<p>atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos jurídico e ouvidoria do Banco.</p> <p>(vi) Diretor de Tecnologia: Exercer as funções que lhes forem atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos de tecnologia e inovação do Banco.</p> <p>(vii) Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem: Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos do Banco, bem como por direcionar a estruturação destas atividades, equipes e processos correlatos. É responsável também por elaborar as políticas para a concessão das operações de crédito, definição das alçadas de aprovação e exceção, definição dos critérios de aceite, valorização e monitoramento das garantias, estruturação do processo decisório e de monitoramento das operações creditícias, bem como pela gestão das respectivas equipes. Por fim, é responsável pelo desenvolvimento de modelos analíticos para apoio nas decisões estratégicas.</p> <p>(viii) Diretores Sem Designação Específica: Responsáveis por coordenar e supervisionar áreas específicas, de acordo com as funções a eles atribuídas pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.</p>	<p>(vi) Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria: Exercer as funções que lhes forem atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos jurídico e ouvidoria do Banco.</p> <p>(vii) Diretor de Tecnologia da Informação: Exercer as funções que lhes forem atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos de tecnologia e inovação do Banco.</p> <p>(viii) Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem: Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos do Banco, bem como por direcionar a estruturação destas atividades, equipes e processos correlatos. É responsável também por elaborar as políticas para a concessão das operações de crédito, definição das alçadas de aprovação e exceção, definição dos critérios de aceite, valorização e monitoramento das garantias, estruturação do processo decisório e de monitoramento das operações creditícias, bem como pela gestão das respectivas equipes. Por fim, é responsável pelo desenvolvimento de modelos analíticos para apoio nas decisões estratégicas.</p> <p>(ix) Diretores Sem Designação Específica: Responsáveis por coordenar e supervisionar áreas específicas, de acordo com as funções a eles atribuídas pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.</p>	
--	---	--

<p>ARTIGO 35. O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos - das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 - na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes dos regulamentos da B3 e do contrato de participação no Nível 1 e, após a migração do Banco para o Nível 2, do contrato de participação no Nível 2.</p>	<p>ARTIGO 50. O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos - das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 - na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes dos regulamentos da B3 e do contrato de participação no Nível 1 e, após a migração do Banco para o Nível 2, do contrato de participação no Nível 2.</p>	<p>Retirar as regras e obrigações residuais que eram aplicadas ao Nível 1 de Governança e manter somente as regras e obrigações de Nível 2 da B3.</p>

	<p>Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez</p> <p>ARTIGO 21. O Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.</p> <p>ARTIGO 22. Os membros do Comitê Ativos, Passivos e Liquidez terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.</p> <p>ARTIGO 23. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.</p> <p>ARTIGO 24. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.</p> <p>ARTIGO 25. Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) aprovar assuntos que impactem as exposições do Banco em risco de mercado, capital e liquidez, (ii) aprovar metodologias de mensuração, gestão e controle correlatos, limites de exposição; e (iii) definir ações de mitigação e verificação da suficiência das reservas prudenciais. <p>“Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade</p>	<p>Inclusão das disposições em razão da criação dos (i) Comitê de Ativos e Passivos e Liquidez, (ii) Comitê de Riscos Operacionais, Governança Corporativa e Integridade e; (iii) Comitê de Riscos de Crédito</p>
--	--	---

	<p>ARTIGO 26. O Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.</p> <p>ARTIGO 27. Os membros do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.</p> <p>ARTIGO 28. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.</p> <p>ARTIGO 29. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.</p> <p>ARTIGO 30. Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) aprovar assuntos que impactem e mitiguem o risco operacional do Banco; (ii) aprovar metodologias de trabalho e mensuração de riscos; e (iii) definir planos de ação mitigatórias e de contingência, levando em consideração a observância dos limites máximos de exposição e verificação das reservas 	
--	---	--

	<p>prudenciais..</p> <p>“Comitê de Riscos de Crédito</p> <p>ARTIGO 31. O Comitê de Riscos de Crédito será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.</p> <p>ARTIGO 32. Os membros do Comitê de Riscos de Crédito terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.</p> <p>ARTIGO 33. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Riscos de Crédito cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.</p> <p>ARTIGO 34. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Riscos de Crédito, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.</p> <p>ARTIGO 35. Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Riscos de Crédito:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) aprovar assuntos que impactem e envolvam o risco de crédito do Banco; (ii) aprovar metodologias de trabalho e mensuração; e (iii) definir alçadas e limites de exposição, suficiência de mitigadores, verificação da constituição das reservas prudenciais e a garantia de sua suficiência. 	
--	---	--

ARTIGO 20. Compete ao Comitê de Pessoas e Remuneração:

- (i) elaborar a política de remuneração de administradores da instituição, propondo ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição;
- (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento;
- (iv) elaborar, com periodicidade anual, o relatório do Comitê de Pessoas e Remuneração que deverá conter as informações exigidas pela regulamentação aplicável.
- (v) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- (vii) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e
- (viii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação em vigor.

Anexo VII – Proposta de Estatuto Social Consolidado

BANCO INTER S.A.

CNPJ/ME 00.416.968/0001-01 NIRE 31300010864
(Companhia Aberta de Capital Autorizado)

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, PRAZO E FORO

ARTIGO 1º. BANCO INTER S.A. (“Banco”), é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações de capital autorizado, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), sendo regida pelo presente Estatuto Social (“Estatuto Social”) e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo 1º. Com a listagem do Banco no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se o Banco, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (“Regulamento do Nível 2” e “Nível 2”). As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

ARTIGO 2º. O Banco tem por objeto social as atividades bancárias em geral, em todas as modalidades autorizadas, inclusive câmbio, bem como a participação em outras sociedades, na qualidade de cotista ou acionista.

Parágrafo Único. É vedado ao Banco adquirir imóveis não destinados ao uso próprio, salvo os imóveis recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los, de acordo com os termos e condições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis.

ARTIGO 3º. O Banco está sediado na Avenida Barbacena, nº 1.219, 13º ao 24º andares, Bairro Santo Agostinho, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.190-131, tendo foro no mesmo município.

Parágrafo Único. Por deliberação da Diretoria nos termos do Artigo 38 abaixo e atendidos os requisitos legais e regulamentares, o Banco poderá abrir e encerrar agências, filiais, sucursais, lojas e outras dependências em qualquer parte do território nacional e no exterior, bem como nomear representantes ou correspondentes, respeitadas as prescrições legais e normas do Bacen.

ARTIGO 4º. O prazo de duração do Banco é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 5º. O capital social subscrito e integralizado do Banco é de R\$ 2.116.006.178,58 (dois bilhões, cento e dezesseis milhões, seis mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), representado por ações nominativas, sem valor nominal, sendo 365.244.096 (trezentas e sessenta cinco milhões, duzentas e quarenta e quatro mil, noventa e seis) ações ordinárias e em 339.939.438 (trezentas e trinta e nove milhões, novecentas e trinta e nove mil e quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais.

Parágrafo 1º. Todas as ações do Banco são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo 2º. Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pelo Banco.

Parágrafo 3º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo 4º. As ações preferenciais emitidas pelo Banco asseguram aos seus titulares as seguintes vantagens:

- (i) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias;
- (ii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, nos casos em que ocorra tal reembolso; e
- (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle do Banco ao mesmo preço e nas mesmas - condições Ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 5º. Enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2, cada ação preferencial emitida pelo Banco conferirá ao seu titular o direito a voto restrito em Assembleias Gerais, exclusivamente nas seguintes matérias:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão do Banco;
- (ii) aprovação de contratos entre o Banco e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;
- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital do Banco;
- (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico do Banco, conforme Artigo 47 deste Estatuto Social; e
- (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem

quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 6º. O Banco, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras espécies e classes de ações, regulando a natureza dos direitos e vantagens que conferirem aos seus titulares.

Parágrafo 7º. O Banco, por deliberação do Conselho de Administração (exceto quando exigida expressamente aprovação pela Assembleia Geral), poderá adquirir as próprias ações, visando mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 6º. O Banco está autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o capital social até o limite de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independente de reforma estatutária, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais o limite máximo previsto em lei. Competirá ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo 1º. Dentro do limite do capital autorizado, o Banco poderá emitir ações e bônus de subscrição, sendo que, a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência dos atuais acionistas ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 2º. Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela assembleia geral, o Banco poderá outorgar opções de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços ao Banco ou a sociedade sob seu controle, ou ainda poderá emitir ações no limite do capital autorizado para fazer frente a obrigações decorrentes de planos de remuneração baseados em ações que venham a ser aprovados nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para discussão dos assuntos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão sempre que necessário, quando os interesses sociais assim exigirem ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável demandarem deliberação dos acionistas.

Parágrafo 2º. As Assembleias Gerais serão realizadas na sede do Banco.

Parágrafo 3º. Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (a) acionista ou administrador do Banco, (b) advogado, ou (c) instituição financeira, sendo solicitado o envio dos instrumentos de representação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data da respectiva Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo 4º. Independente do disposto no parágrafo 3º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos no referido Parágrafo poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

ARTIGO 8º. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, e instalada e presidida por ele ou por quem este indicar. O presidente da Assembleia Geral convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência e, em segunda convocação, se necessário, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência.

Parágrafo 2º. As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos, um quarto do capital social com direito de voto do Banco; e em segunda convocação com qualquer número de acionistas.

ARTIGO 9º. As deliberações da Assembleia Geral ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos. Votos em branco e abstenções não serão computados.

ARTIGO 10. Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, cabe privativamente à Assembleia Geral:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) alterar o capital social (ressalvado com relação ao capital autorizado) e objeto social do Banco;
- (iii) eleger ou destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- (iv) fixar a remuneração global dos administradores e do Conselho Fiscal;
- (v) avaliar, anualmente, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do lucro do exercício e distribuição de dividendos;
- (vi) estabelecer e alterar a política de dividendos;
- (vii) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão do Banco, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (viii) aprovar planos de opções de compra de ações do Banco e de suas controladas, podendo outorgar ao Conselho de Administração poderes para a aprovação de programas no âmbito dos referidos planos;
- (ix) aprovar bonificações em ações e eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (x) deliberar sobre o resgate das ações pelo Banco;
- (xi) deliberar sobre a obtenção ou o cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xii) deliberar sobre qualquer outra matéria submetida pelo Conselho de Administração; e
- (xiii) deliberar a saída do Banco do Nível 2, a qual deverá ser comunicada à B3 nos termos e condições previstos nas normas e regulamentos da B3, observado o disposto no parágrafo 7º do Artigo 47 abaixo.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 11. A administração do Banco compete a um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse, lavrados em livro próprio, após homologação da sua eleição pelo Bacen. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções.

Parágrafo 2º. A posse dos Conselheiros e Diretores é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Artigo 50 abaixo, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º. Os Conselheiros e Diretores poderão ser destituídos a qualquer tempo, devendo permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores. Da mesma forma, vencido o prazo de seus mandatos, os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos, caso não tenham sido reeleitos. Em caso de renúncia, os Conselheiros e Diretores não permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores, devendo o órgão competente do Banco proceder à escolha do substituto na forma prevista neste Estatuto.

Conselho de Administração

ARTIGO 12. O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração terá um Presidente escolhido pelo Conselho de Administração entre seus próprios membros na primeira reunião que se seguir à eleição dos seus membros para um novo mandato. Na ausência do Presidente, tais atribuições serão realizadas por Conselheiro indicado pelo Presidente ou, na ausência de tal indicação, pelo Conselheiro mais velho.

Parágrafo 2º. Ocorrerá a vacância permanente quando da destituição, renúncia, morte, invalidez permanente, ausência ou interdição de Conselheiro ou ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração. Havendo vacância permanente de cargo no Conselho de Administração, caberá aos demais conselheiros, nos termos do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, eleger o substituto, que servirá até a próxima assembleia geral extraordinária do Banco, a qual deverá ser convocada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da vacância.

Parágrafo 3º. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, nova eleição será realizada para escolher o substituto dentre os membros do Conselho de Administração na primeira reunião subsequente à vacância.

Parágrafo 4º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e diretor presidente ou de principal executivo do Banco não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos decorrentes de vacância, sendo que, nesse caso, o Banco deve:

- (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência;
- (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e
- (iii) cessar a acumulação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo 5º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 02 (dois) membros ou 20% (vinte por cento) do total de membros, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 6º. O enquadramento do Conselheiro Independente como tal deve considerar sua relação com o Banco, seus acionistas controladores (diretos ou indiretos), seus administradores, bem como com as sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum em relação ao Banco.

Parágrafo 7º. Para os fins da verificação do enquadramento do Conselheiro Independente como tal, não será considerado independente aquele conselheiro que:

- (i) é acionista controlador direto ou indireto do Banco;
- (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas ao Banco;
- (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador do Banco ou de administrador do acionista controlador do Banco; ou
- (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor do Banco ou do seu acionista controlador.

Parágrafo 8º. Para os fins da verificação do enquadramento do Conselheiro Independente como tal, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento:

- (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador do Banco ou de administrador do acionista controlador do Banco;
- (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum em relação ao Banco;
- (iii) tem relações comerciais com o Banco, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum em relação ao Banco;

- (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com o Banco ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- (v) recebe outra remuneração do Banco, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum em relação ao Banco além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês do Banco, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum em relação ao Banco, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social do Banco e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Parágrafo 9º. A caracterização do indicado ao Conselho de Administração como Conselheiro Independente será deliberada pela assembleia geral, que poderá basear sua decisão:

- (i) na declaração, encaminhada pelo indicado a conselheiro independente ao conselho de administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos neste Estatuto Social, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no Parágrafo 8º deste Artigo 12; e
- (ii) na manifestação do Conselho de Administração do Banco, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

Parágrafo 10. O procedimento previsto no Parágrafo 9º acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do Conselho de Administração:

- (i) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e
- (ii) mediante votação em separado pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (que, nesse caso, se eleitos, serão considerados independentes).

Parágrafo 11. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo 5º acima, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

ARTIGO 13. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros, por escrito, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, devendo constar da convocação a data, horário, local da reunião e os assuntos da ordem do dia.

Parágrafo 1º. Podem ser dispensadas as formalidades de convocação caso todos os membros estejam presentes a uma determinada reunião.

Parágrafo 2º. As reuniões do Conselho de Administração ocorrerão na sede do Banco. Qualquer Conselheiro poderá participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou conferência telefônica. Se a reunião ocorrer por videoconferência ou por conferência telefônica, a respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os Conselheiros que participaram da reunião e arquivada na sede do Banco.

Parágrafo 3º. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 4º. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas reuniões, competindo ao Presidente do Conselho o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Parágrafo 5º. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, assinadas por todos os presentes e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos deverão ser registrados na Junta Comercial e publicados.

ARTIGO 14. Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios e aprovar a estrutura organizacional do Banco;
- (ii) aprovar estratégias operacionais, planos de negócios e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais;
- (iii) eleger e destituir Diretores e fixar-lhes a remuneração (inclusive participação nos lucros);
- (iv) deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual;
- (v) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- (vi) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral e sobre a política de recursos humanos e critérios de remuneração de empregados;
- (vii) escolher e destituir os auditores independentes do Banco;
- (viii) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão do próprio Banco (ressalvados os casos em que for expressamente exigida a aprovação em Assembleia Geral);
- (ix) instituir órgãos de assessoramento, nomear e destituir seus membros, fixar sua remuneração, quando aplicável, e aprovar suas regras e regimentos;
- (x) aprovar limites operacionais e de crédito conforme definido anualmente pelo Conselho de Administração no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica;
- (xi) deliberar sobre captações de recursos, em moeda nacional e estrangeira, no Brasil e no exterior, em valores definidos anualmente pelo Conselho de Administração no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica;
- (xii) deliberar sobre a aquisição, alienação, transação, desistência, renúncia de direitos e a constituição de ônus reais de bens imóveis de uso, em valores iguais ou superiores aos aprovados pelo Conselho de Administração anualmente no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica;

- (xiii) deliberar sobre a celebração de contrato, acordo ou transação entre o Banco ou quaisquer de suas controladas e suas partes relacionadas, assim definidas na “Política de Transação com Partes Relacionadas” do Grupo Inter, desde que tal aprovação seja requerida pelo referido documento;
- (xiv) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão envolvendo quaisquer subsidiárias do Banco e terceiros;
- (xv) deliberar sobre a celebração ou aditamento de contrato ou acordo, pelo Banco ou suas sociedades controladas, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses, e sob o qual o Banco ou suas sociedades controladas assumam responsabilidades ou obrigações recíprocas, represente valor superior a montante determinado pelo Conselho de Administração anualmente no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica;
- (xvi) deliberar sobre a realização de operações interbancárias e operações de cessão de direitos creditórios cujos valores sejam superiores a montante determinado pelo Conselho de Administração anualmente no plano de negócios, orçamento ou em deliberação específica, exceto operações transacionadas no âmbito do mercado aberto, lastreadas por títulos públicos federais (operações compromissadas);
- (xvii) deliberar sobre a contratação de quaisquer colaboradores do Banco ou de suas sociedades controladas cuja remuneração global anual seja igual ou superior a montante determinado pelo Conselho de Administração no plano de negócios, orçamento anual ou em deliberação específica;
- (xviii) aprovar a aquisição ou alienação de participação no capital de qualquer sociedade controlada, a criação e extinção de subsidiárias e controladas e deliberar sobre o exercício, pelo Banco, dos direitos de voto nas referidas sociedades;
- (xix) aprovar programas de outorga de opções de compras de ações e/ou outros mecanismos de remuneração baseado em ações conforme plano aprovado pela Assembleia Geral;
- (xx) deliberar sobre emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, não conversíveis em ações, pelo Banco ou por suas sociedades controladas, incluindo, sem limitação, notas promissórias, bonds e outros títulos e valores mobiliários;
- (xxi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão do Banco, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses do Banco; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação ao Banco; (d) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações existentes no mercado; e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

- (xxii) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para elaboração de laudo de avaliação das ações do Banco nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2;
- (xxiii) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente; e
- (xxiv) fixar as regras para a emissão e cancelamento de certificados de depósitos de ações do Banco para a formação de Units ("Units").

Órgãos de Apoio ao Conselho de Administração

ARTIGO 15. O Conselho de Administração poderá criar comitês ou comissões técnicos ou consultivos para assessorá-lo na administração do Banco, com ou sem poderes deliberativos, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração e seus respectivos regimentos internos, cujos membros serão eleitos pelo próprio Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno ou documento semelhante que estabeleça as normas aplicáveis aos referidos comitês, incluindo sua função, composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Comitê de Pessoas e Remuneração

ARTIGO 16. O Comitê de Pessoas e Remuneração será composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, sendo que um dos membros não poderá ser administrador do Banco.

ARTIGO 17. Os membros do Comitê de Pessoas e Remuneração terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido esse prazo, somente poderão voltar a integrar o Comitê após decorridos, no mínimo 3 (três) anos.

ARTIGO 18. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Pessoas e Remuneração cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do Comitê de Pessoas e Remuneração e pela regulamentação aplicável.

ARTIGO 19. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Pessoas e Remuneração, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação.

ARTIGO 20. Compete ao Comitê de Pessoas e Remuneração:

- (i) elaborar a política de remuneração de administradores da instituição, propondo ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição;
- (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição,

recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento;

- (iv) elaborar, com periodicidade anual, o relatório do Comitê de Pessoas e Remuneração que deverá conter as informações exigidas pela regulamentação aplicável.
- (v) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- (vii) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e
- (viii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação em vigor.

Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez

ARTIGO 21. O Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

ARTIGO 22. Os membros do Comitê Ativos, Passivos e Liquidez terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO 23. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Ativos, Pessoas e Liquidez cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.

ARTIGO 24. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.

ARTIGO 25. Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez:

- (i) aprovar assuntos que impactem as exposições do Banco em risco de mercado, capital e liquidez,
- (ii) aprovar metodologias de mensuração, gestão e controle correlatos, limites de exposição; e
- (iii) definir ações de mitigação e verificação da suficiência das reservas prudenciais.

Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade

ARTIGO 26. O Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

ARTIGO 27. Os membros do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO 28. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.

ARTIGO 29. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.

ARTIGO 30. Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade:

- (i) aprovar assuntos que impactem e mitiguem o risco operacional do Banco;
- (ii) aprovar metodologias de trabalho e mensuração de riscos; e
- (iii) definir planos de ação mitigatórias e de contingência, levando em consideração a observância dos limites máximos de exposição e verificação das reservas prudenciais.

Comitê de Riscos de Crédito

ARTIGO 31. O Comitê de Riscos de Crédito será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, cuja função é indelegável, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração do Banco, a qualquer tempo, com as qualificações e experiências necessárias para o cumprimento de suas atribuições, além do preenchimento das condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

ARTIGO 32. Os membros do Comitê de Riscos de Crédito terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO 33. O Conselho de Administração será responsável por assegurar que os membros do Comitê de Riscos de Crédito cumpram os requisitos exigidos pelo Estatuto Social, pelo regimento interno do comitê e pela regulamentação aplicável.

ARTIGO 34. Caberá ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno do Comitê de Riscos de Crédito, bem como determinar a remuneração dos seus membros, se aplicável, nos termos da regulamentação, se aplicável.

ARTIGO 35. Sem prejuízo das competências definidas em regimento interno próprio, compete ao Comitê de Riscos de Crédito:

- (a) aprovar assuntos que impactem e envolvam o risco de crédito do Banco;
- (b) aprovar metodologias de trabalho e mensuração; e
- (c) definir alçadas e limites de exposição, suficiência de mitigadores, verificação da constituição das reservas prudenciais e a garantia de sua suficiência.

Diretoria

ARTIGO 36. O Banco será administrado por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 (dois) Diretores e, no máximo, 18 (dezoito) Diretores, residentes e domiciliados no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, para mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitida a reeleição (“Diretoria”).

Parágrafo 1º. A Diretoria terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor. O Banco terá (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro; (iii) um Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários; (iv) um Diretor de Relações com Investidores; (v) um Diretor Financeiro; (vi) um Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria; (vii) um Diretor de Tecnologia da Informação; (viii) um Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem; e (ix) demais Diretores, sem designação específica.

Parágrafo 2º. Os Diretores não poderão afastar-se de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo casos de licença concedida pela Diretoria. Nos seus impedimentos temporários ou faltas, os Diretores serão substituídos entre si. Nos casos de destituição, renúncia, morte, invalidez permanente, ausência ou interdição de Diretor, e se houver necessidade de substituição, competirá ao Conselho de Administração eleger um novo Diretor para completar o mandato do Diretor substituído, em até 10 (dez) dias da vacância. Caberá ao Diretor Presidente exercer as funções do cargo vago até a respectiva eleição do substituto.

ARTIGO 37. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais ou sempre que convocada por qualquer Diretor Vice-Presidente, por escrito, com antecedência mínima de 48hs (quarenta e oito horas) da data da reunião respectiva, devendo constar da convocação a data, horário, local da reunião e os assuntos da ordem do dia.

Parágrafo 1º. Podem ser dispensadas as formalidades de convocação caso todos os membros estejam presentes a uma determinada reunião.

Parágrafo 2º. As reuniões de Diretoria ocorrerão na sede do Banco. Qualquer Diretor poderá participar das reuniões por meio de videoconferência ou conferência telefônica. Se a reunião ocorrer por videoconferência ou por conferência telefônica, a respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os Diretores que dela participaram e arquivada na sede do Banco.

Parágrafo 3º. A reunião de Diretoria somente será instalada com a presença da maioria dos seus membros e, necessariamente, de 1 (um) Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo 4º. As deliberações nas reuniões de Diretoria serão tomadas por maioria absoluta, sendo que cada Diretor terá direito a 1 (um) voto nas reuniões. Em caso de empate nas deliberações, competirá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

ARTIGO 38. Observadas as normas do Estatuto Social, a orientação geral dos negócios e as diretrizes prescritas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, a Diretoria terá amplos poderes de administração e representação dos negócios sociais e para a prática dos atos operacionais que se relacionem com o objeto do Banco, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação e alçadas para a prática de atos.

Parágrafo Único. Compete à Diretoria, além das atribuições legais:

- (i) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração;
- (ii) levantar balanços semestrais, elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e o relatório de administração, bem como assiná-los e publicá-los;
- (iii) elaborar e propor ao Conselho de Administração o plano de negócios e orçamento anual e fazer cumprir suas diretrizes;
- (iv) designar e destituir o Ouvidor;
- (v) deliberar sobre a contratação de colaboradores do Banco ou de suas subsidiárias cuja remuneração base anual seja inferior ao montante estabelecido no Artigo 14, (xvii) acima;
- (vi) aprovar os investimentos, endividamentos ou despesas, observados os limites das competências atribuídas ao Conselho de Administração e as diretrizes previstas nos planos de negócios, orçamentos anuais e planos de investimentos aprovados pelo Conselho de Administração; e
- (vii) abrir e encerrar agências, filiais, sucursais, lojas e outras dependências do Banco em qualquer parte do território nacional e no exterior, bem como nomear representantes ou correspondentes, respeitadas as prescrições legais e normas do Bacen.

ARTIGO 39. A representação ativa e passiva do Banco, em juízo ou fora dele, caberá aos Diretores, sendo que o Banco somente poderá assumir obrigações e responsabilidades mediante assinatura:

- (i) do Diretor Presidente em conjunto com: 1 (um) Diretor Vice-Presidente ou 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos para a prática do ato; ou
- (ii) de 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes, em conjunto; ou
- (iii) de 1 (um) Diretor Vice-Presidente em conjunto: com 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos para a prática do ato;
- (iv) do Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria em conjunto: com 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos para a prática do ato, exclusivamente para assinaturas de todos os contratos e documentos nos quais o Banco seja parte, exceto contratos que envolvam operações de crédito e operações bancárias; ou
- (v) 2 (dois) procuradores, em conjunto, exclusivamente para (a) a movimentação de contas

bancárias de titularidade do Banco, e (b) a formalização de operações nas quais o Banco seja interveniente-quitante.

Parágrafo 1º. O Banco poderá, ainda, ser representado individualmente por qualquer membro da Diretoria, ou por 1 (um) procurador com poderes específicos, agindo isoladamente exclusivamente (i) em assuntos de rotina, que não envolvam assunção de obrigações ou renúncia de direitos, perante órgãos governamentais, autarquias, repartições públicas ou concessionárias de serviços públicos; (ii) na formalização de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário, contratos de cessão de recebíveis e compra e venda com financiamentos e/ou quaisquer outros contratos em que o Banco figure como credor; ou (iii) em contratos particulares e/ou escrituras públicas de compra e venda de imóveis em que o Banco figure como vendedor.

Parágrafo 2º. As procurações outorgadas pelo Banco serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores, em conjunto, e deverão especificar os poderes outorgados e, com exceção àquelas para fins judiciais, serão válidas por, no máximo, 1 (um) ano.

Parágrafo 3º. Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente:

- (i) **Diretor Presidente:** *Dirigir as atividades gerais do Banco e coordenar as atividades da Diretoria e, ainda: (a) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração; (b) supervisionar a área de crédito; (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (d) supervisionar e coordenar as políticas internas do Banco; e (e) desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Conselho de Administração.*
- (ii) **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro:** *Coordenar e supervisionar as áreas financeira e back-office, incluindo operações, jurídico, cobrança, desenvolvimento, controladoria, tesouraria (inclusive mesa de operações de câmbio) e tecnologia da informação e, ainda, desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.*
- (iii) **Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários:** *Coordenar e supervisionar as áreas de produtos bancários do Banco, incluindo as áreas de crédito imobiliário, crédito consignado, crédito empresas, dentre outros produtos bancários, e, ainda desempenhar outras atividades e competências que lhe forem indicadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração.*
- (iv) **Diretor de Relações com Investidores:** *Representar o Banco perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Bacen, às bolsas de valores nas quais o Banco venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.*
- (v) **Diretor Financeiro:** *Representar o Banco perante as áreas financeiras do Banco, cabendo-lhe supervisionar as áreas de planejamento financeiro e controladoria.*
- (vi) **Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Ouvidoria:** *Exercer as funções que lhes forem atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos jurídico e ouvidoria do Banco.*

- (vii) **Diretor de Tecnologia da Informação:** Exercer as funções que lhes forem atribuídas e coordenar as estratégias dos departamentos de tecnologia e inovação do Banco.
- (viii) **Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem:** Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos do Banco, bem como por direcionar a estruturação destas atividades, equipes e processos correlatos. É responsável também por elaborar as políticas para a concessão das operações de crédito, definição das alçadas de aprovação e exceção, definição dos critérios de aceite, valorização e monitoramento das garantias, estruturação do processo decisório e de monitoramento das operações creditícias, bem como pela gestão das respectivas equipes. Por fim, é responsável pelo desenvolvimento de modelos analíticos para apoio nas decisões estratégicas.
- (ix) **Diretores Sem Designação Específica:** Responsáveis por coordenar e supervisionar áreas específicas, de acordo com as funções a eles atribuídas pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.

Parágrafo 4º. As procurações outorgadas pelo Banco para fins judiciais poderão ser assinadas por procuradores, devidamente constituídos, nos termos do parágrafo 2º acima, e deverão especificar os poderes judiciais, sendo permitida a outorga das procurações por prazo indeterminado.

ARTIGO 40. É vedada a qualquer dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas do Banco, sendo permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias a terceiros, em nome do Banco, desde que pertinentes ao seu objeto social.

CAPÍTULO V

OUIDORIA

ARTIGO 41. O Banco terá uma Ouvidoria com funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do grupo do Banco autorizadas a funcionar pelo Bacen, composta por 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pela Diretoria, com mandato de 02 (dois) anos, prorrogável por iguais períodos. Em caso de vacância do cargo de Ouvidor, a Diretoria poderá designar substituto, que servirá pelo tempo de mandato restante.

Parágrafo 1º. A Ouvidoria terá a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre o Banco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. Para tanto, deverá:

- (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações recebidas que não tenham sido solucionadas pelo atendimento habitual;
- (ii) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, encaminhando resposta conclusiva dentro de tal prazo;
- (iii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas;
- (iv) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e
- (v) encaminhar à auditoria interna, à Comissão de Auditoria, à Diretoria e ao Conselho de Administração, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas no

cumprimento de suas atribuições contendo as propostas indicadas no item “iv”, quando existentes.

Parágrafo 2º. O atendimento prestado pela Ouvidoria:

- (i) deve ser identificado por meio de número de protocolo, fornecido ao demandante;
- (ii) deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação;
- (iii) pode abranger: (a) excepcionalmente, demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; e (b) demandas encaminhadas pelo Bacen, por órgãos públicos ou por entidades públicas ou privadas;
- (iv) deve ter prazo de resposta de demandas não superior a 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação.

Parágrafo 3º. O Diretor Jurídico e Administrativo será o responsável pela coordenação das atividades do Ouvidor e da Ouvidoria, e não poderá acumular esta atividade com a função de diretor responsável pela área de administração de recursos de terceiros.

Parágrafo 4º. A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Parágrafo 5º. O Ouvidor não poderá desempenhar outra atividade na instituição, exceto a de diretor responsável pela ouvidoria.

Parágrafo 6º. Poderá ser designado para o cargo de Ouvidor apenas o profissional que possua reputação ilibada e que preencha os requisitos necessários para o desempenho de função, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º. O Ouvidor somente poderá ser destituído de seu cargo pela Diretoria e desde que seja comprovado que ele cometeu qualquer uma das infrações abaixo:

- (i) não cumprir fielmente com todos os deveres inerentes ao cargo para o qual foi designado;
- (ii) infringir o Código de Ética e Conduta do Banco;
- (iii) cumular o cargo de Ouvidor com qualquer outra função no Banco;
- (iv) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- (v) ser condenado por atos de corrupção, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade;

- (vi) tornar-se moralmente inidôneo para o exercício do cargo para o qual foi designado; ou
- (vii) deixar de respeitar todos os ditames legais, em especial ao disposto na Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 e suas regulamentações, não atuando no exercício das suas atividades empresárias com transparência e responsabilidade.

ARTIGO 42. O Banco assumirá o compromisso de:

- (i) manter condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- (ii) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

ARTIGO 43. O Banco terá um Conselho Fiscal que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM aplicável. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do anúncio da convocação. Esta mesma Assembleia procederá a eleição dos membros do Conselho Fiscal, de seus respectivos suplentes e a fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. O funcionamento do Conselho Fiscal, caso não reinstalado, terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, acionistas ou não, cuja função é indelegável, observado o disposto no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. A posse dos Conselheiros Fiscais é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Artigo 50 abaixo, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

ARTIGO 44. As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão do Banco sem prévia e expressa autorização legal.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDOS

ARTIGO 45. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados, atendidos os prazos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações e as normas expedidas pelo Bacen.

ARTIGO 46. O Conselho de Administração submeterá à Assembleia Geral Ordinária a proposta de destinação do lucro líquido apurado no ano.

Parágrafo 1º. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais.

Parágrafo 2º. O lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções referidas no Parágrafo 1º acima, será destinado da seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social. No ano em que o valor retido na conta de reserva legal adicionado ao valor retido na conta de reserva de capital represente valor superior a 30% (trinta por cento) do capital social, essa destinação não será obrigatória;
- (ii) conforme proposto pelo Conselho de Administração, parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas, sujeita às leis e regulamentações aplicáveis, ou reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;
- (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos valores indicados nos incisos (i) e (ii) acima, destinados ao pagamento de dividendo obrigatório, exceto no exercício em que tal distribuição for incompatível com a situação financeira do Banco. No exercício em que o dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto Social ou do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar;
- (iv) após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, poderá a Assembleia Geral destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional, que será limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social do Banco e terá por finalidade garantir que a sua margem operacional seja compatível com a regulamentação aplicável e com as atividades do Banco;
- (v) também após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, poderá a Assembleia Geral, se assim entender, destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, que também será limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social do Banco e terá por finalidade garantir o pagamento de dividendos e de Juros Sobre o Capital Próprio, assegurando aos acionistas do Banco a sua remuneração.
- (vi) qualquer potencial saldo remanescente após as deduções, diminuições e acréscimos listados nos parágrafos acima será destinado conforme determinado pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável, e qualquer retenção de lucros pelo Banco deverá estar prevista em orçamento de capital previamente aprovado em Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese do saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, exceder o valor do capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do valor excedente para a integralização ou aumento do capital social do Banco, ou para distribuição de dividendos.

Parágrafo 3º. O Banco poderá, por deliberação do Conselho de Administração, distribuir lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, dividendos intermediários ou dividendos intercalares, a partir de balanços intermediários, lucros acumulados ou de reservas de lucros, consoante as disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, os quais poderão ser imputados, total ou parcialmente, aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social em que sejam distribuídos.

Parágrafo 4º. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a capitalização de reservas de lucros ou de capital, incluindo as registradas em balanços intermediários, de acordo com a legislação aplicável.

Parágrafo 5º. Quaisquer dividendos não recebidos ou reclamados expirarão dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que tais dividendos foram colocados à disposição do acionista, e serão revertidos ao Banco.

CAPÍTULO VIII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE E CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

ARTIGO 47. A Alienação direta ou indireta de Controle do Banco, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o Adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão do Banco de titularidade dos demais acionistas do Banco, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º. A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle do Banco; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle do Banco, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído ao Banco nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo 2º. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no caput acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações do Banco nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Parágrafo 3º. O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem o Banco poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(es) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 4º. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede do Banco enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 5º. Para fins deste Estatuto Social, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

- (i) “Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle do Banco.
- (ii) “Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle do Banco.
- (iii) “Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador, quando este promove a Alienação de Controle do Banco.
- (iv) “Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado, do Poder de Controle do Banco.
- (v) “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pelo Banco, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores do Banco, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.
- (vi) “Administradores” significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração do Banco referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração do Banco referidos conjuntamente.
- (vii) “Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle do Banco.
- (viii) “Alienação de Controle do Banco” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.
- (ix) “Controle” (bem como os seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do Banco, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.
- (x) “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (iii) sob Controle Comum.
- (xi) “Valor Econômico” significa o valor do Banco e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo 6º. Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pelo Banco, para o cancelamento do registro de companhia aberta do Banco, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 48 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 7º. Caso seja deliberada a saída do Banco do Nível 2 para que os valores mobiliários por este emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de

reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas do Banco, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 48 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo que:

- (i) o Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no parágrafo 7º deste Artigo se o Banco sair do Nível 2 em razão da celebração do contrato de participação do Banco no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação;
- (ii) na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída do Banco do Nível 2 para que os valores mobiliários por este emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no caput deste artigo acima;
- (iii) a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; e
- (iv) na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Parágrafo 8º. A saída do Banco do Nível 2 em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 48 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo que:

- (i) o Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo;
- (ii) na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 referida neste parágrafo 8º decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput;
- (iii) na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 referida neste parágrafo ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores do Banco deverão convocar Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída do Banco do Nível 2; e

- (iv) caso a assembleia geral mencionada no item (iii) acima delibere pela saída do Banco do Nível 2, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

ARTIGO 48. O laudo de avaliação previsto nos artigos acima deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão do Banco, seus administradores e do Acionista Controlador além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo.

Parágrafo Único. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

CAPÍTULO IX LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 49. O Banco entrará em liquidação nos termos da lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverão funcionar naquele período.

CAPÍTULO X JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 50. O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos - das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 - na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes dos regulamentos da B3 e do contrato de participação no Nível 1 e, após a migração do Banco para o Nível 2, do contrato de participação no Nível 2.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Árbitro de Apoio, na forma do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO XI

EMIÇÃO DE UNITS

ARTIGO 51. O Banco poderá patrocinar a emissão de Units.

Parágrafo 1º. Cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco e somente será emitida: (i) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme o Parágrafo 2º abaixo, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) mediante deliberação do Conselho de Administração, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; ou (iii) nos casos previstos no artigo 53, Parágrafo 2º abaixo, e no artigo 54 abaixo.

Parágrafo 2º. Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

Parágrafo 3º. A partir da emissão das Units, as ações depositadas ficarão registradas em conta de depósito aberta em nome do titular das ações perante a instituição financeira depositária.

Parágrafo 4º. O Banco poderá contratar instituição financeira para emitir Units.

ARTIGO 52. As Units terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.

Parágrafo 1º. O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no Parágrafo Primeiro deste artigo 52, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º. As Units sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

ARTIGO 53. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações por elas representadas, inclusive em relação ao pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e quaisquer outras bonificações, pagamentos ou proventos a que possam fazer jus.

Parágrafo 1º. O direito de participar das Assembleias Gerais do Banco e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais do Banco por procurador constituído nos termos da Lei de Sociedade por Ações e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º. Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

- (i) caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão do Banco, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e
- (ii) caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão do Banco, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

ARTIGO 54. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão do Banco, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão do Banco depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Banco para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão do Banco, não haverá o crédito automático de Units.

ARTIGO 55. De maneira a viabilizar a implementação do programa de Units previsto no Capítulo XI acima, os acionistas do Banco poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão do Banco em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão do Banco em ações preferenciais, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo Único. Competirá ao Conselho de Administração do Banco estabelecer os termos, prazos e condições para o exercício do direito de conversão previsto neste artigo 55, podendo praticar todos os atos necessários à sua implementação.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 56. Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às instituições financeiras, observado o disposto no Regulamento do Nível 2.

ARTIGO 57. Observado o disposto no parágrafo 4º do artigo 47, o Banco observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo.

Parágrafo Único. O Banco deverá providenciar e completar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do pedido feito pelo acionista, o arquivamento de acordos de acionistas na sede do Banco, bem como a averbação de suas obrigações ou ônus nos livros de registros do Banco.

ARTIGO 58. As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em outro jornal de grande circulação.

* * *